

Afirmativa

ANO 3 - Nº 14 - AFROBRAS / UNIPALMARES

plural



Universitários da Unipalmes conquistam MBA Júnior

Bravíssimos

Entrevista Especial

João Carlos Di Genio	8
----------------------------	---

O que fazemos

Projeto Brasil Alfabetizado	10
Projeto Mais Negros nas Universidades	12
Cursinho Comunitário da Afrobras	14
Alumni	15
Projeto Guri	16
Troféu Raça Negra	17
Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro	18
Comunicação: TV, Revista, Internet	20
Negros de todas as cores	22
Cultura: dança, música e arte	24

Apoio

Dão força a essa idéia	26
------------------------------	----

Mercado de Trabalho

Em busca de um lugar ao sol	28
-----------------------------------	----

Matéria de Capa

Primeira turma de estagiários conquista MBA	36
---	----

Top Social

O mérito pelo trabalho	38
------------------------------	----

Educação

INEP pesquisa Afrodescendentes	39
Artigo Paulo Renato	40
Artigo Cristina Jorge	42
Artigo Maria Celia Malaquias	43
Artigo Milu Villela	44

Na Zumbi

Nova cara da Unipalmes	46
Visitas	47

Cultura

Agenda cultural	50
Artigo Maurício Pestana	52

Cidadania

Artigo Abdias Nascimento	56
Artigo Dora Lucia	58
Artigo Paulo Paim	60
Estatuto da Igualdade Racial	62
Artigo Luiz Carlos Bresser Pereira	65
Artigo Gesner Oliveira	66

Plural

Artigo Alberto Pfeifer	68
Artigo Paiva Netto	70

Eleições

Artigo Marco Aurélio Mello	72
Artigo Marta Suplicy	77
TRE	78
Candidatos a Presidente	80
Candidatos a Governador	90
Candidatos a Senador	92
Candidatos a Deputado Estadual	94
Candidatos a Deputado Federal	96

Opinião

Falta democracia nas eleições Rosenildo Ferreira	97
--	----

Palavra do Presidente

Bravíssimos!	98
--------------------	----

ndice



Esq/Dir: Daniela Beilich, Zulmira Felício, Demetrius Trindade, Francisca Rodrigues, Júlia Ramos e Grace Ellen Rufino

Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural e da Universidade Zumbi dos Palmares – Centro de Documentação, com periodicidade bimestral. Ano 3, Número 14 – Rua Washington Luiz, 236 – 3º andar – Luz – São Paulo /SP - Brasil - CEP 01033-010 –Tel. (55 -11) 3228-1824.

Conselho Editorial: José Vicente, Ruth Lopes, Raquel Lopes, Francisca Rodrigues, Cristina Jorge, Nanci Valadares de Carvalho, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Jarbas Vargas Nascimento, Humberto Adami, Felice Cardinali, Sônia Guimarães.

Direção Editorial e de Redação: Jornalista Francisca Rodrigues (MTb. 14.845 - francisca@afrobras.org.br); Redação e Publicidade: Maximagem Mídia Assessoria em Comunicação (mim@maximagemmidia.com.br) - Tel. (11) 3229-9554.

Redação: Zulmira Felício (zulmira.felicio@globo.com) - Mtb.11.316; Daniela Beilich (daniela@afrobras.org.br); Demetrius Trindade (demetrius@afrobras.org.br) - Mtb.30.177; – Grace Ellen Rufino (grace@afrobras.org.br), Júlia Ramos (estagiária); **Fotografia:** J.C.Santos, Cíntia Sanchez, Miro Ferreira e divulgação. **Colaboradores:** Rodrigo Massi (agendacultural@afrobras.org.br), Maurício Pestana (pestana@mauriciopestana.com.br) e Rosenildo Gomes Ferreira (rosenildoferreira@revistadinheiro.com.br).

Editoração eletrônica: Geraldo de Oliveira (gmstefani@terra.com.br)

CtP e Impressão: Vox Editora

A revista **Afirmativa Plural** é uma publicação da Afrobras/Unipalmes. A Editora não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos e matérias assinadas. A reprodução desta revista no todo ou em parte só será permitida com autorização expressa da Editora e com citação da fonte.

Cotas: problema racial ou social?

Esta edição de Afirmativa Plural tenta retratar os grandes momentos pelos quais passam a comunidade negra brasileira em função de toda a polêmica criada em torno do Estatuto da Igualdade Racial, de cotas e de racismo no Brasil.

Discussões à parte, o importante de tudo isso é que a sociedade parece acordar, enfim, para essa questão da necessidade de inclusão do negro em todas as camadas da sociedade, na educação, no mercado de trabalho, na mídia etc. Mas, como diz o mestre Abdias Nascimento, “como não poderia deixar de ser, setores da elite branca pas-

de governo. Para presidência, apenas a senadora Heloísa Helena não respondeu “por falta de tempo”, segundo seu assessor. Para governo de São Paulo, o candidato José Serra também não respondeu. Quanto aos candidatos a senadores, deputados federal e estadual (SP), buscamos ouvir os negros. No caso do senado, ouvimos os que os partidos nos forneceram os contatos.

Mas, discussões à parte, na Afrobras e na Unipalmes, nosso lema é “trabalho e resultados”. E é o que mostramos nessa edição. O resultado de nosso trabalho ao longo de quase dez anos de existência,

saram a articular uma reação. A mídia tem tido papel de destaque nesse processo, fabricando uma ‘opinião pública’ contrária à ação afirmativa por meio de reportagens tendenciosas e editoriais apocalípticos. Enquanto isso, setores da elite acadêmica se empenham em desqualificar as pesquisas sobre desigualdade racial, em um comportamento semelhante ao de políticos em véspera de eleição.”

Esse debate, em uma sociedade que antes se refugia nas fantasias da “democracia racial”, é o melhor produto da ação afirmativa até o momento.

Aproveitando toda essa discussão em torno do negro e o momento de campanha eleitoral, a Afirmativa Plural buscou saber dos políticos onde está inserido o negro em seus programas

independente de partidos políticos, de religião, de ajuda governamental, mas com o auxílio de parceiros que realmente acreditam que podem melhorar um pouco a situação do negro neste país, que se diz multirracial, mas onde as oportunidades ainda são pouquíssimas para que tem pele escura.

Trazemos um resumo de nossos projetos (editoria “o que fazemos”), apresentando um pouco de cada um através dos quais, no seu desenvolvimento, descobrimos negros de todas as cores, tentando fazer deste país uma nação, com oportunidades iguais para todos.

Boa leitura!
Francisca Rodrigues
Editora

Unipalmares é o caminho correto para inclusão social”

Por: Ana Luiza Biazeto

João Carlos Di Genio, um dos mais bem-sucedidos empresários da educação no país, diz ter um pouco de receio sobre as cotas para afrodescendentes, pois pode se criar problema pelo sujeito que não tem direito às cotas e que pode alegar que perdeu a vaga por causa dela. Por isso, ele afirma que defende e apóia o projeto da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares). “Acho que a Unipalmares é um exemplo que deveria ser seguido e levado ao país todo. Ninguém tem motivo para reclamar, pois ela não ‘tira’ vagas, ela cria vagas. Acho que a Unipalmares deveria ser incrementada, através da ajuda de empresários e do governo, para que este exemplo seja reproduzido. Este caminho é correto para inclusão social, por isso fizemos questão de participar desde o início. Esta empreitada é um sucesso e tem muito valor para o Brasil.”

Di Genio leva a sério o que foi iniciado há mais de 40 anos, com a fundação do Curso Objetivo – em parceria com o também estudante de Medicina Dráuzio Varella e os médicos

Roger Patti e Tadasu Itto, que preparavam alunos para as faculdades de Medicina. Em 1970, foi criado o Colégio Objetivo, com currículo de Ensino Médio. Em 1972, foram implantadas as Faculdades Objetivo, embrião da Universidade Paulista – UNIP, iniciada em 1988, com o reconhecimento do Ministério da Educação e Cultura, e que hoje tem 28 *campi*, distribuídos pelo Estado de São Paulo, Brasília, Goiânia e Manaus, e 110 mil alunos.

Encantado pela área educacional, o professor Di Genio optou por não seguir a carreira médica. No entanto, refere-se a ela como um doutor, quando diz que a Unipalmares “não tem contra-indicação”.

Acompanhe a entrevista em que João Carlos Di Genio comenta a atualidade da educação brasileira.

Afirmativa: Qual a sua avaliação sobre o atual sistema de ensino superior no Brasil?

João Carlos Di Genio: O ensino superior brasileiro passa por uma fase de inclusão muito boa. O ProUni [Pro-

grama Universidade para Todos, que concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa], por exemplo, é uma ótima iniciativa do governo. Achar que o aluno pode ter inclusão social apenas nas universidades públicas é um engano, porque a demanda por vagas é grande. Mesmo com 50% das vagas destinadas às cotas, não é suficiente. O número de pessoas que tem necessidade é maior. O Brasil é um país que tem poucos jovens no ensino superior, apenas cerca de 10%. O aumento deve ser para ao menos 30%, o que é uma inclusão de grande importância.

Afirmativa: No seu entendimento, um projeto como a Unipalmares é mais eficaz do que as cotas?

João Carlos Di Genio: Sem dúvida, porque não tem contra-indicação. Eu sou médico (risos). Concordo com as cotas, mas sempre vai ter reclamação:



João Carlos Di Genio

‘Perdi minha vaga para o pessoal das cotas’. Que contra-indicação pode ter na Unipalmarens? Nenhuma. É idéia tranqüila e correta, que merece nossos aplausos. E nossa ajuda também. No que puder colaborar, colaboraremos.

Afirmativa: O senhor sugere a disseminação da Unipalmarens no Brasil, para que muitas ocorram pelo país inteiro e dêem certo?

João Carlos Di Genio: A primeira coisa é a Unipalmarens ir para Brasília, primeiro porque tem um número grande de negros e, segundo, serviria de exemplo, porque Brasília converge. Todo mundo vai pra lá e, estando lá, a atenção das autoridades e políticos é até maior, porque, afinal, é a capital

do Brasil. Eu digo sempre ao José Vicente (reitor da Unipalmarens) para ir para Brasília. E, posteriormente, para Bahia e todos os demais estados.

Afirmativa: Qual a sua opinião sobre a fusão de grupos internacionais e instituições brasileiras de ensino superior?

João Carlos Di Genio: Na pós-graduação não tem problema nenhum e é até bom que tenha a participação de grupos estrangeiros. Mas na graduação, onde o aluno ainda está em formação, acredito que devam tomar certos cuidados, algumas ressalvas. O perigo é deixar tudo na mão do estrangeiro. No Brasil, nos meios de comunicação, a direção deve ser tomada por brasileiros, na educação vejo que a regra deva

ser a mesma, para não ficar sujeito a uma escola que não valorize as raízes e cultura do próprio país.

Afirmativa: - Como representante do ensino privado, o que diz da competição neste setor?

João Carlos Di Genio: Todas as escolas que baixam a mensalidade prestam um serviço à sociedade, pois permitem a inclusão dos alunos. Elas se adaptam para dar uma mensalidade mais barata e um ensino de qualidade. Hoje, o ensino a distância, por exemplo, valorizado pelo governo atual, barateia os custos e é possível ter 20% do currículo escolar dessa forma. Enquanto as escolas forem baratas e de qualidade, está tudo bom, pois não dá prejuízo. ■

o que fazemos

Inclusão pela porta da alfabetização

Alunos e professores do Brasil Alfabetizado





Alunos do Brasil Alfabetizado

Tendo sempre como bandeira principal a “inclusão através da educação”, a Afrobras - Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-cultural, em parceria com o MEC (Ministério da Educação e Cultura), comemora o segundo ano do programa Brasil Alfabetizado, que ensina pessoas a partir dos 15 anos de idade – que pouco ou nunca freqüentaram uma escola –, a ler e a escrever.

Na parceria com a Afrobras, o programa, que em 2005 formou 2.250 alunos, conta este ano com 3.384 alfabetizando e 71 alfabetizadores, pré-definidos pelas Associações de Bairro, parceiras da Afrobras no projeto. São as associações as responsáveis também pelo espaço onde é ministrado o curso e fica a cargo da Afrobras a capacitação dos alfabetizadores, bem como todos os processos de reciclagem e avaliação dos mesmos, realizados mensalmente.

A metodologia aplicada nas salas de aula é totalmente desenvolvida pela Afrobras, que conta com o apoio do corpo docente da Unipalmes. Segundo a supervisora do Brasil Alfabetizado na Afrobras, Teresa Jorge,

é esse o ingrediente principal para o sucesso do projeto, pois adota como base a experiência dos alunos e o conhecimento adquirido por eles ao longo dos anos. “Toda carga de conhecimento que eles trazem de suas vidas, eles vão colocar em prática dentro da sala de aula. Vão aprender a ler e a escrever a partir de suas origens, do ônibus, do supermercado, ou seja, daquilo que eles já conhecem”, explica. Outro fator que difere e potencializa o programa Brasil Alfabetizado, realizado pela Afrobras, é a inclusão de noções de matemática e negociação

durante os oito meses de curso, o que permite aos alunos a oportunidade de utilização desse aprendizado também como uma alternativa para a obtenção do sustento próprio.

Um exemplo é a estudante Rosangela França Magalhães, 36 anos, atualmente dona de casa. Ela participa do Brasil Alfabetizado pela Afrobras na Associação São Lázaro Encosta Norte, no bairro Itaim Paulista, e ingressou no programa com o objetivo de, com o aprendizado, conseguir um emprego como doméstica. “Sem saber ler e escrever fica muito mais difícil e aqui no projeto os professores são muito bons e eu já aprendi muita coisa que pode me ajudar a conseguir um emprego”. Ela conta ainda que desde que aprendeu a ler e escrever passou a participar também da vida escolar de seus dois filhos: “Agora posso ajudar os meus filhos, dar algum ensinamento para eles. Agora eu leio livros pra eles, eles lêem pra mim, a gente troca experiência. Poder estudar foi a melhor coisa que já me aconteceu”, completa.



Alunos do Brasil Alfabetizado

Mais de 600

O projeto Mais Negros nas Universidades da Afrobras, que trabalha na inclusão de negros e afrodescendentes no ensino superior através de bolsas de estudos em parceria com universidades particulares, já atendeu mais de 600 bolsistas; 70% deles já concluíram o curso ou estão em fase de conclusão, segundo a vice-presidente da Afrobras, Ruth Lopes. São parceiros da Afrobras neste projeto as seguintes instituições: Faculdade Senac, Faculdade Oswaldo Cruz, Universidades Metodista de São Paulo e Piracicaba, Universidade Paulista, Universidade de Santo Amaro e a Associação Alumni.

Segundo o formando Rodrigo da Silva, graduado em Odontologia pela Universidade Metodista de São Paulo, o projeto não tem só a importância acadêmica, mas resgata a

bolsistas foram
atendidos pelo
projeto Mais Negros
nas Universidades
da Afrobras

auto-estima da raça negra e o desenvolvimento intelectual. “Eu realizei o meu sonho de estudar Odontologia. Atualmente trabalho numa clínica odontológica, em Mauá. No futuro pretendo fazer uma especialização em implantodontia”, enfatiza o dentista Rodrigo, que concluiu o curso em 2005.

De acordo com Ruth Lopes, na atualidade o projeto conta com 180 estudantes bolsistas. “A inclusão é realizada através do mercado de trabalho e para se inserir nele é necessário ter uma qualificação profissional”, observa Ruth Lopes, lembrando que a bandeira da Afrobras é “Sem Educação Não Há Liberdade”.

“Realizei o meu sonho em concluir o curso de psicologia. Mas futuramente pretendo fazer o curso de pós-graduação e trabalhar na área jurídica. Atualmente, auxilio a coordenadora do Núcleo de Apoio Psicológico da Unipalmars, dra. Maria Célia Malaquias, na triagem de alunos que querem ser atendidos pelo núcleo, para que as demais psicólogas possam fazer atendimento individual”, enfatiza a psicóloga Vanessa Vassalo, que finalizou o curso pela Universidade Paulista, em dezembro de 2005.

Graduada em Rádio e TV pela Universidade de Santo Amaro em dezembro de 2005, Priscila Siqueira destaca a importância de participar deste projeto “Eu sou a primeira negra na minha família formada no ensino superior e isto incentivou o meu irmão a cursar a faculdade de Educação Física. Futuramente pretendo fazer um intercâmbio nos Estados Unidos para me especializar na área de audiovisual e cinema, e também criar um projeto para que os ex-bolsistas tenham vínculo com a instituição. Atualmente trabalho na Faculdade Ibmecc São Paulo, na área de atendimento ao cliente e de divulgação.”

Andréa de Paula concluiu o curso de Direito pela Universidade Paulista, em julho de 2006. No próximo mês de dezembro, mais 17 alunos concluirão sua graduação. Os demais formandos de 2005 são Herbert Nunes, formado em Rádio e TV pela Universidade de Santo Amaro, Grace Rufino, em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo e Fabiana Dias, em Administração pela Universidade de Santo Amaro. ■



Priscila Siqueira, Rádio e TV



Vanessa Vassalo, Psicóloga



Fabiana Dias, Grace Rufino e Rodrigo da Silva



Cursinho Comunitário da Afrobras já atendeu mais de 2000 alunos

Dando início em agosto a sua oitava turma, o cursinho comunitário pré-vestibular da Afrobras tem por objetivo preparar os estudantes para o ingresso na universidade e destaca-se por oferecer a pessoas, com menor poder aquisitivo, ensino qualificado e condições iguais de disputa por uma vaga nos principais vestibulares. Desde 2003, quando o projeto foi iniciado, já passaram pelas salas de aula aproximadamente 2000 alunos, divididos entre turmas anuais e semestrais.

Outro grande diferencial do curso pré-vestibular da Afrobras refere-se à questão dos professores. Além de rígida avaliação do currículo para a seleção e da parceria com docentes da USP, o cursinho pré-vestibular do Colégio Objetivo, um dos mais tradicionais de São Paulo, parceiro da Afrobras, coloca à disposição da ONG um programa de requalificação de professores, além de oferecer aos alunos do cursinho comunitário todo o material didático, incluindo livros, apostilas e simulados de provas.

Segundo Ruth Lopes, diretora-geral do Cursinho Pré-Vestibular, os alu-

nos sabem da deficiência que possuem em relação aos concorrentes de classes superiores, que estudaram em bons colégios e adquiriram uma boa base, por isso se dedicam muito ao cursinho, pois compreendem que o único caminho na busca de ascensão é uma boa formação, a graduação superior por uma universidade qualificada.”

São ministradas aulas de Língua Portuguesa, História, Inglês, Geografia, Biologia, Matemática, Química e Física, além de abordagem na área de conhecimentos gerais. Além disso, ao longo do cursinho, a equipe de professores vai trabalhando as principais dúvidas dos alunos. ■

Além do verbo “to be”

Quando uma projeção se torna cada vez mais elevada do que a realidade, os afrodescendentes no mercado de trabalho, a Afrobras desenvolve há cinco anos uma parceria com a Alumni, uma das mais conceituadas escolas de idiomas do mercado. O acordo teve início com o projeto Geração 21 que, após um processo avaliatório, ofereceu a 21 associados da Afrobras bolsas de estudos parciais, com descontos de até 70% do valor cobrado por um estágio. À época foi firmado um compromisso entre bolsistas e instituição para que o benefício adquirido fosse, de alguma forma, revertido em prol da comunidade negra. No princípio de 2004, juntamente com o início das atividades da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, a Alumni mais uma vez se fez parceira e deu então início ao curso de inglês, totalmente gratuito, para os universitários, tendo como professores os próprios bolsistas, repassando o que aprenderam, supervisionados e avaliados pelos professores da escola de idiomas. Hailton Martins Pereira Junior é um dos monitores escalados para esse projeto. Ele é bolsista há quatro anos e já no início do curso obteve uma promoção no hotel onde trabalhava, por conta do benefício da bolsa de estudos. “Pude me comunicar com os hóspedes, o que antes eu não conseguia. Passei a ter mais confiança e cheguei até a fazer discurso em inglês.



Supervisores da Alumni e bolsistas Afrobras

É muito gratificante, pois eu mesmo estou aprendendo a cada dia, revendo coisas e podendo repassar para os alunos tudo o que eu vivi e ainda vivo como estudante também. Posso entender melhor as dificuldades que eles possuem e, assim, auxiliá-los da melhor maneira.”

Suzanne Monti, uma das professoras responsáveis pela supervisão no projeto Afrobras, afirma estar cada vez mais surpresa com a qualidade de desempenho dos monitores-bolsistas: “90% desse projeto está realmente dando certo por causa dos monitores. E mesmo com a maioria deles vindo de profissões totalmente diferentes, algumas vezes não acreditamos que eles não sejam professores, porque eles chegam aqui e vestem a camisa!”, elogia.

Atualmente, o curso para os alunos

da Unipalmares, que faz parte da grade curricular, ocorre nas manhãs de sábado e conta com turmas de média entre 18 e 25 alunos, cada. O material didático é o mesmo utilizado nas unidades da Alumni e distribuído sem qualquer custo, entre os alunos da Unipalmares. Entre os bolsistas, mais de 100 já passaram pelas salas de aulas das escolas Alumni. Para o Coordenador do Departamento de Inglês e membro do Comitê de Cidadania da Alumni, Maria Adele, a realização dessa parceria com a Unipalmares veio através da compreensão sobre a importância da inserção dos afrodescendentes brasileiros na língua inglesa e que é sempre intenção da Alumni desenvolver ações afirmativas que tragam ótimos resultados, como os obtidos com os projetos da Afrobras e Unipalmares. ■



Orquestra e coral do Projeto Guri
Pólo Unipalmes



Crianças e jovens aprendem cidadania e música

Com o objetivo social de desenvolver a igualdade de condições e o acesso à cultura e à informação, o Projeto Guri Pólo Unipalmes promove para 100 crianças e jovens carentes a oportunidade de desenvolverem a musicalidade através dos cursos de orquestra e coral.

O Projeto Guri é uma iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e foi criado em 1995. As atividades no Pólo Unipalmes tiveram início no primeiro semestre de 2005 e possibilitam aos alunos, além da oficina de voz, o aprendizado de diversos instrumentos. Sob a regência do maestro Marcelo Shneider, violinos, violoncelos, flautas e saxofones, entre outros, se misturam às vozes dos coralistas e encantam

a todos que têm a oportunidade de assisti-los. Além disso, o repertório do Projeto Guri Pólo Unipalmes é diferenciado, pois apresenta canções da música popular brasileira e também peças do repertório afro, como *Obeliomã* e *Ilêae*, inclusive com a utilização de instrumentos de origem africana, que dão uma característica particular, sintonizada com a proposta da Afrobras.

O maestro diz que um dos grandes destaques do projeto está na valorização da auto-estima dos alunos e na disciplina que eles adquirem, por se tratar de um trabalho coletivo, que exige a dedicação de todos. “Não sei se no futuro algum deles se tornará musicista, mas a nossa prioridade é que se tornem cidadãos de extrema

grandeza e qualidade. A música será uma consequência”, completa.

Uma prova do sucesso que os meninos e meninas têm alcançado e da representatividade da Afrobras dentro do Projeto Guri, foi a escolha do Pólo Unipalmes para participação de uma iniciativa onde alunos de seis instituições, de um total de 245 em todo o Estado, foram escolhidos pela Coca-Cola Brasil, para entrarem em campo com a Seleção Brasileira na partida contra o Japão, durante o Mundial da Alemanha. O privilegiado representante do Pólo Unipalmes foi o garoto Lucas Eduardo Silva dos Santos que, além de participar do coral, também toca percussão. ■

Troféu Raça Negra 2006

A Afrobras já está preparando o maior evento da raça negra do Brasil – o Troféu Raça Negra 2006 – para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, ocasião em que será entregue o “Oscar” da comunidade negra. A noite de gala ocorrerá na Sala São Paulo, dia 19 de novembro, às 20h00. No dia 20, será o almoço da raça.

O Troféu, que está na quarta edição, premiará categorias como as tradicionais de ator/atriz, cantor/cantora, revelação e grupo musical, as institucionais homenagens póstumas e destaque especial, entre outras.

Para o presidente da Afrobras, José Vicente, “o objetivo do prêmio é reconhecer, exaltar, enaltecer e divulgar o valor das iniciativas, ações, gestos, posturas, atitudes, trajetórias e realizações que tenham contribuído para aprofundamento e ampliação da valorização da raça negra como forma de promover visibilidade social, consolidar paradigmas, promover e incentivar multiplicadores.”

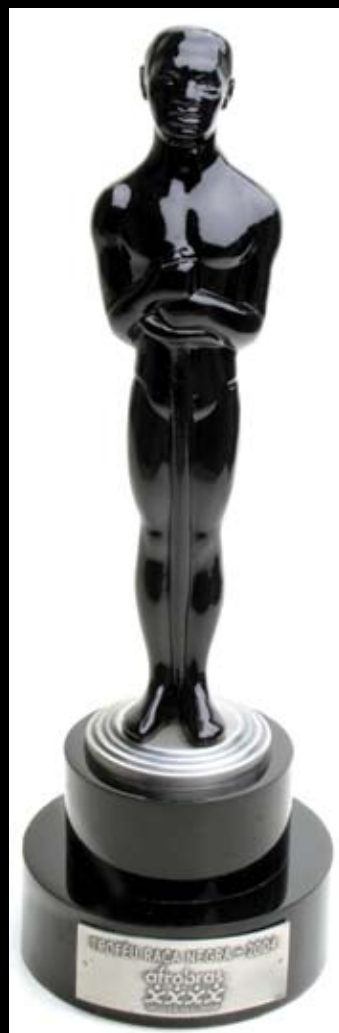
As empresas que tiverem interesse em patrocinar o evento que tem grande retorno de mídia – no ano passado foram 1h20min de retorno só em mídia televisiva –, já podem procurar a Afrobras. O evento conta com o apoio do Ministério da Cultura, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, Fundação Roberto Marinho, Sesc/Senac,

Grandes artistas negros,
personalidades e
autoridades nacionais
e internacionais se reunirão
em São Paulo para
comemorar
o Dia Nacional da
Consciência Negra

Canal Futura, Consulado dos Estados Unidos, Fundação Cultural Palmares, entre outros parceiros que vêm se somando ao evento.

Em 2005, além de mais de 100 artistas presentes, participaram também personalidades e autoridades que receberam o troféu, entre eles Paulo Renato, ex-ministro da Educação; José Tadeu Jorge, reitor da Unicamp; Ruy Mesquita, diretor de O Estado de S. Paulo; Domingo Alzugaray, diretor da Editora Três; Alexandre Raposo, presidente da TV Record; Rodri-

go César Rebello Pinho, procurador-geral de Justiça de São Paulo; Edison Vidigal, presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça); Otávio Brito, vice-procurador Geral do Ministério Público Federal do Trabalho; Ricardo Henriques, do MEC e IPEA, e a jornalista Míriam Leitão. Entre os artistas, estiveram presentes Emílio Santiago, Alcione, Sandra de Sá, Luiz Melodia, Alexandre Pires, Déo Garcez, Darlan Cunha, Isabel Fillardis, Lázaro Ramos e Thaís Araújo, entre outros. ■



Com o objetivo de reconhecer as iniciativas de pessoas físicas e jurídicas, que, com ações diretas ou indiretas, contribuem para inclusão, elevação, valorização e respeito ao negro, a Afrobras outorga a Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro. A entrega da condecoração faz parte das comemorações do 21 de Março, Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial, e 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura.



Já foram outorgadas a cerca de 100 personalidades a Medalha, e hoje são os Comendadores da Afrobras quem ajudam o trabalho de valorização e inclusão do negro.

Atualmente, três personalidades têm a Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro no grau Chanceler: João Carlos Di Genio, da Unip; o ex-presidente da República do Brasil, senador José Sarney e o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

No grau Comendador Grã-Cruz, fazem parte da Afrobras, entre outros, Márcio Cypriano, presidente do Bradesco; Paulo Jabur Maluf, diretor-presidente da Camisaria Colombo; Fábio Colleti Barbosa, presidente do Banco ABNAMRO Bank – Banco Real); Alexandre Raposo, presidente da TV Record; Gustavo Petta, presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes); José Tadeu, presidente da Merck Sharp & Dohme, Netinho de Paula, cantor e presidente da Televisão da Gente; Wilson Simoninha, cantor; Miguel Jorge, vice-presidente do Banco Santander Banespa; presidente do Tribunal de Justiça Militar Evanir Castilho, Emilson Alonso, presidente do Banco HSBC; David Uip, diretor do Instituto do Coração; Fernando Perez, vice-presidente de RH do Banco Itaú; desembargador Álvaro Lazzarini, ex-presidente do TRE/SP; Gabriel Jorge Ferreira, presidente da CNIF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras); Rabino Henri Sobel; diretor do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo, embaixador Jadiel Ferreira; Fernando Leça, presidente do Memorial da América Latina; Ivan Fábio Zurita, presidente da Nestlé do Brasil.



Márcio Cypriano, Bradesco



Di Genio, Unip e José Sarney, Senador



Ivan Zurita, Nestlé



Paulo Jabur, Colombo



José Tadeu, Merck Sharp

Centro de Documentação da Cultura Afro-Brasileira

Com o objetivo de difundir, divulgar e registrar a história do negro no Brasil e no mundo, a Afrobras e a Unipalmarenses desenvolvem projetos de comunicação que visam dar maior visibilidade ao negro brasileiro, com a abertura de um espaço na mídia para difundir as ações afirmativas voltadas à inserção social do negro deste milênio. São eles:

Afirmativa plural

Revista Afirmativa Plural

Já em seu terceiro ano, procura mostrar a realidade atual da raça negra no Brasil, que representa 46% da população, além de divulgar e sensibilizar a sociedade sobre os problemas reais do negro no País e promover a discussão acerca de Ações Afirmativas, seus prós e contras. A Revista Afirmativa Plural

é um dos palcos de discussão sobre cidadania. Busca mediar, promover e discutir os principais temas de interesse da comunidade afro-brasileira em geral e, mais especialmente, do nosso país, aproximando todos os interlocutores sociais na busca da construção de melhores condições de educação, cultura e profissionalização.

Programa de TV Negros em Foco

O programa Negros Em Foco está no ar desde 2003, ininterruptamente, e é um dos únicos no Brasil que tem apresentadores e diretores negros à frente. Tem, como carro-chefe, entrevistas com grandes personalidades e autoridades nacionais e internacionais, empresários e executivos de grandes, médias e pequenas empresas, que procuram falar do seu negócio e, principalmente, saber dele o que anda fazendo a sua empresa e/ou instituição para a inclusão do negro no mercado de trabalho e na socie-



Equipe do Programa de TV Negros em Foco

dade como um todo. Também discute temas atuais de interesse geral da sociedade como segurança, mercado de trabalho e, principalmente, educação. Negros Em Foco, todos os domingos, às 21h30, no canal 14 UHF, RBI/TV Mix, para todo o Brasil.

Programa de TV Vida Plena

A Afrobras e a Unipalmares, em parceria com a Rede Mundial de Televisão, tem participação especial todas as quartas-feiras, às 10h00, ao vivo, em âmbito nacional, no programa Vida Plena. O programa discute as

questões relativas ao negro brasileiro e estrangeiro, com entrevistas sobre cultura, mercado de trabalho, saúde, inclusão e valorização do negro, com personalidades e autoridades no assunto. A Rede Mundial de Televisão atinge mais de 500 cidades brasileiras. Em São Paulo, é transmitida no canal 25, via satélite e pela internet.

Rádio Zumba

A Unipalmares conta com uma rádio em seu campus, onde leva durante toda a semana, no horário em que antecede as aulas, discussão sobre temas interessantes à vida acadêmica, além de muita música.

Internet

A Afrobras conta com o seu portal (www.afrobras.com.br), totalmente reformulado, onde os interessados poderão ter acesso a informações sobre o negro brasileiro,

ro, a artigos e entrevistas de autoridades e personalidades sobre qualquer tema que envolva o negro. O portal também tem debates com chats semanais, agência de notícias, release para os veículos de comunicação e interessados, colunistas de renome, clipping com o que saiu na imprensa do Brasil e do mundo sobre o movimento, educação etc., link com sites do movimento negro mundial e arquivos com os programas de Tv da Afrobras (Negros em Foco e Vida Plena), revista Afirmativa Plural, online: Rádio Zumba, entre outros assuntos de interesse geral.



www.afrobras.org.br

Há também no ar o site da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (www.unipalmares.org.br). ■



Equipe do Programa de TV Vida Plena



Negros de todas as cores

Criado pela Organização Não-Governamental Afrobras – Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural, o Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior nasceu com a missão de criar e implementar na sua íntegra a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, um espaço desenvolvido para valorizar o negro, difundir a diversidade e contribuir para a elevação da sua auto-estima.

Em 2003, na cidade de São Paulo, foram inauguradas as atividades da Faculdade de Administração Zumbi

dos Palmares, primeira fase do Projeto Global da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e que tem como fundamento a inclusão do negro no ensino superior do país, a produção e a difusão dos valores da cidadania e, em especial, do respeito à diversidade e da equalização de oportunidades sociais.

Os números, por si só, justificam a importância da instituição da Unipalmares para o universo da população negra brasileira. Em números de negros no mundo, o Brasil só perde para a Nigéria, registrando 80 milhões de pessoas. Entretanto, o acesso às melhores universidades do País ainda é um longo caminho a ser percorrido.

A Unipalmares tem como missão formar e educar grande parte de pes-

soas dessa etnia, mostrando que são todos iguais, bastando oportunidades para seu crescimento e inclusão de modo geral em todas as camadas da sociedade.

Nesse novo modelo de universidade, 83% dos alunos são afrodescendentes, algo totalmente contrário ao universo que hoje se espelha em todas as instituições de ensino do País.

Vanguardismo

Hoje, com apenas dois anos de existência e contando com 1000 alunos cursando o ensino superior de Administração, a Unipalmares é a primeira e única do Brasil e da América do Sul que visa a inclusão e manutenção do negro no ensino superior do país, e, com este perfil, uma das poucas no mundo. Uma proposta para difundir

Prof. Mauri de Oliveira na sala de aula da Unipalmares





Prof. Leão e alunos da Unipalmarens em trabalho na sala de aula

e consolidar o valor da participação sócio-histórico e cultural do afro-brasileiro na construção do Brasil, bem como viabilizar a integração de negros e não-negros em ambiente favorável à discussão da diversidade racial, no contexto da realidade nacional e internacional.

Inovação

A Unipalmarens é uma faculdade de excelência, preocupada com a formação humanística e técnica do seu corpo discente, e oferece apoio ao estudante em diversas áreas de nivelamento, como Laboratório de Reforço Extracurricular nas matérias: Português, Matemática, Inglês e Informática; Núcleo de Apoio e Assistência Social e Psicológica, Orientação Vocacional e Profissional, além da oportunidade de aprender música, dança e arte afro-brasileiras.

Transversalidade

Em seu currículo, apresenta o grande diferencial – a transversalidade focada na história, cultura e economia

do negro no Brasil, considerando suas raízes africanas nas disciplinas do núcleo básico, como: Oficinas de Comunicação e Expressão, onde se estudam textos de autores e temática negra; em Economia, com as disciplinas História Econômica do Negro no Brasil e Cenários Econômicos Contemporâneos do Mercado Afro-Étnico no Brasil; em Sociologia, com discussão das relações interraciais e de classe; no Direito, a Justiça e Igualdade; e na Filosofia, a Ética, a Isonomia e a Equidade.

Qualificação para o mercado

Através de parceria com as maiores instituições financeiras do Brasil, a Unipalmarens já tem 30% do seu quadro discente empregado, aprendendo, na prática, como é o mercado financeiro.

A grande maioria das empresas afirma que não contrata negros porque eles não são qualificados ou que poucos têm formação acadêmica e técnica. Justamente conhecendo essa

posição e sabendo ter esta um pouco de verdade, a Unipalmarens fez o inverso. Bate às portas das empresas, ouve suas desculpas ou dificuldades para contratar os negros e propõe o contrário. “Nós formamos e qualificamos juntamente com vocês, no dia-a-dia da empresa, *in loco* e vocês (empresas) contratam esses negros e os preparam para o mercado de trabalho nos mesmos níveis que todos os demais funcionários da empresa,” propõe o Reitor, José Vicente.

Foi o que ocorreu e vem ocorrendo. Algumas empresas, em parceria com a Unipalmarens, já contrataram cerca de 250 jovens estudantes da universidade e os qualificam para o mercado de trabalho.

Com isso, o aluno da Unipalmarens tem a oportunidade de imersão em um treinamento prático através dos intercâmbios firmados entre ela e vários organismos; de Capacitação e Qualificação pessoal e profissional, acesso a estágios remunerados em programas de convênios com instituições públicas e privadas. ■



Grupo de dança



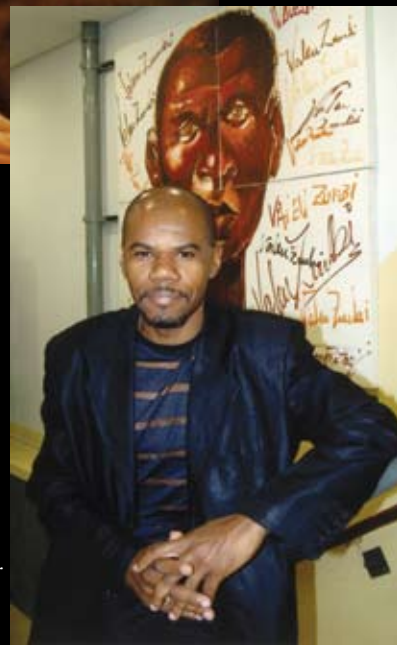
Coral Unipalmares

Difusão da cultura através da dança, música e arte

Difundir a cultura afro-brasileira e permitir a integração entre os alunos. Com esse objetivo a Unipalmares tem um Núcleo de Expressão Corporal com Graça em Ritmos Oferecidos à Sociedade, o N.E.G.R.O.S. DANÇAR.



Quadro exposto no Centro de Artes



Tom Rutz, curador

O grupo foi criado informalmente, já no primeiro ano de atividade da Unipalmes, por um grupo de três alunos que se reuniam para aprender e desenvolver o ritmo samba-rock. À época, somente os dez minutos de intervalo entre as aulas eram o tempo que os estudantes possuíam, porém, à medida que o número de interessados só aumentava, o grupo foi ganhando credibilidade e verificou-se a necessidade de oficializá-lo.

O aluno Newman Gregório é um dos fundadores, atua como instrutor e conta como foi essa mudança: “Recorremos à direção da Unipalmes e explicamos a importância do traba-

lho que realizávamos, uma vez que o samba-rock não é somente uma dança, é uma manifestação profunda da cultura afro-brasileira, tanto que é reconhecida oficialmente como Patrimônio Afro-Paulistano.”

A solicitação foi atendida e atualmente as aulas têm uma hora de duração e ocorrem diariamente. “A nossa proposta inclui o samba, a gafieira e o forró, pois são ritmos que também fazem parte da cultura brasileira”, completa Newman.

O sucesso adquirido pelo núcleo já é nitidamente percebido, por conta dos diversos convites que recebe para apresentações fora da Unipalmes e

pelo grande número de não-alunos da universidade que procuram o grupo para integrá-lo. O N.E.G.R.O.S. DANÇAR também participa de atividades sociais como visitas a comunidades de bairro, asilos e escolas, na divulgação do trabalho e prestando serviços comunitários.

Para a inserção de seu público-alvo em ambiente de valorização comunitária, a Unipalmes também mantém a rádio universitária Zumba, o Centro de Artes, cujo curador é o artista plástico, Tom Rutz, também aluno da Unipalmes, o Núcleo de Capoeira, além do Coral Unipalmes. ■

Dão força



Fazendo mais que o possível



o canal do conhecimento



**Faculdades
Oswaldo Cruz**

apoio

a essa idéia

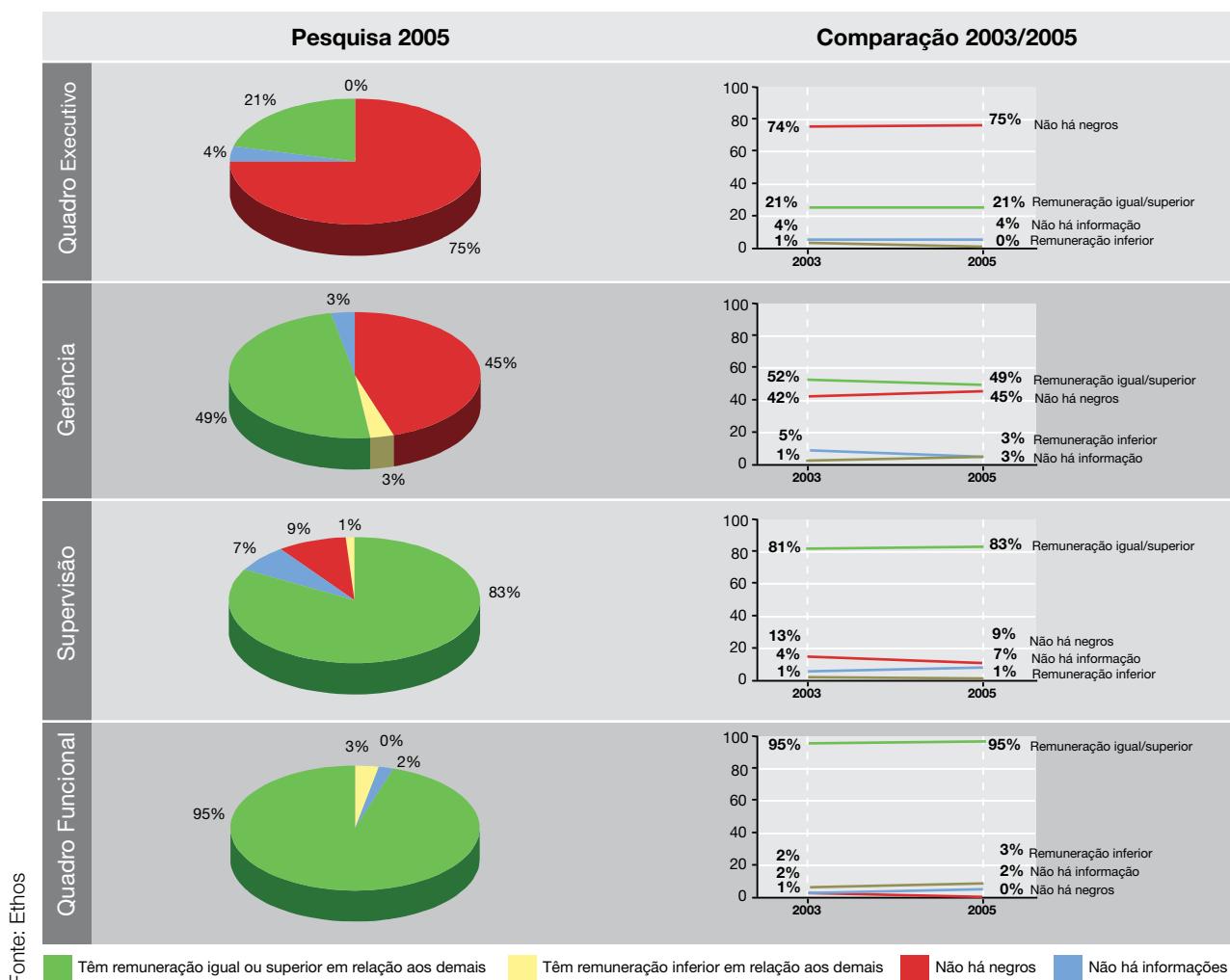


Em busca de um lugar ao sol

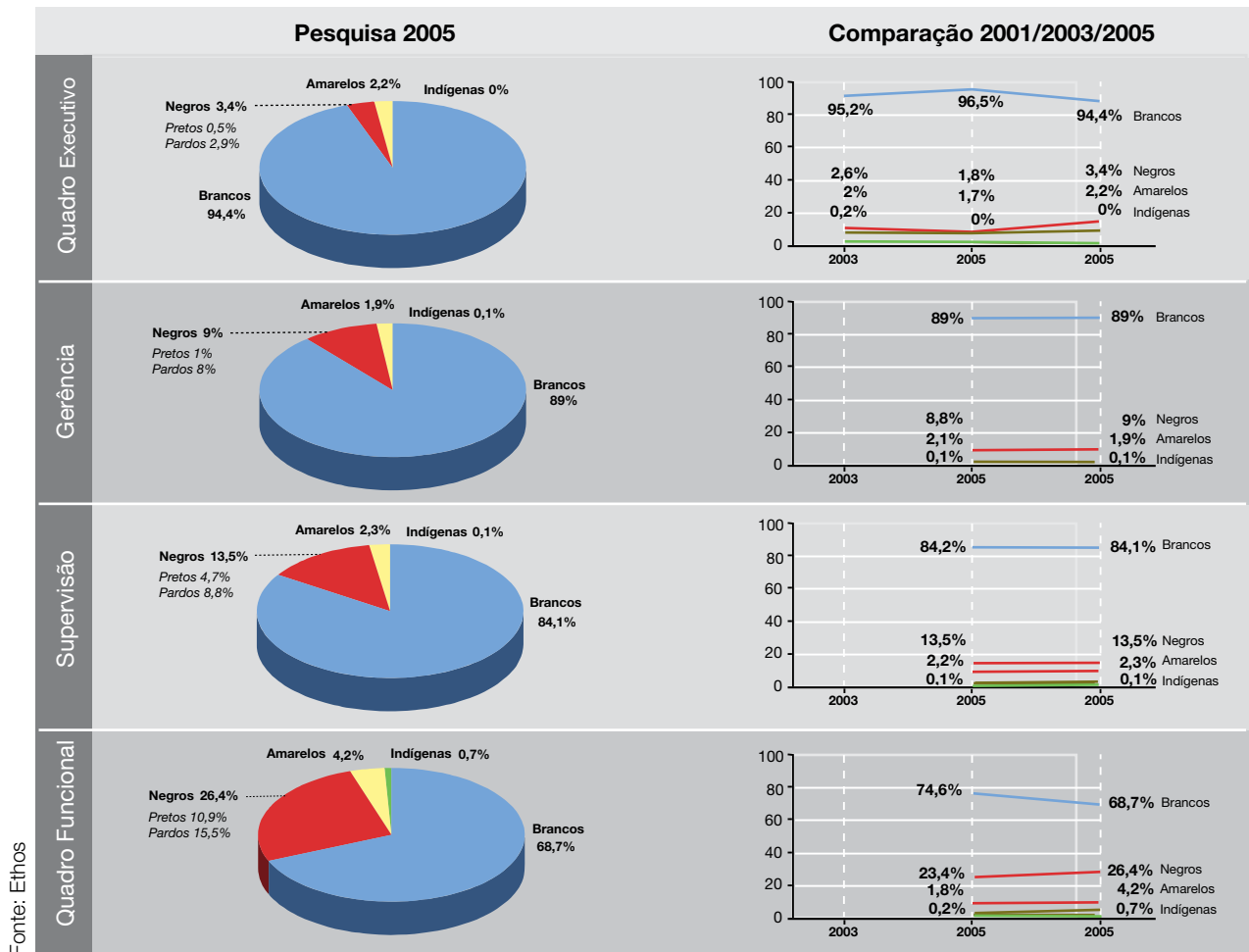
Por: Demetrius Trindade
Da Redação

Por que os negros não ocupam os altos cargos das grandes empresas brasileiras? Uma possibilidade é a de que existe discriminação racial e de gênero dentro destas empresas. A prova do que sempre se tenta mascarar na área de recursos humanos é uma pesquisa divulgada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e pela OIT - Organização Internacional do Trabalho. Apesar de possuí-

Sobre a situação dos negros na empresa



Composição por Raça



rem a mesma escolaridade, mulheres e negros não passam de 12% do alto escalão. Mais: aqueles que chegaram lá possuem um salário até 30% menor em comparação ao dos homens brancos e a situação é ainda pior quando se trata de mulheres negras. O relatório mostra ainda existir um “teto de vidro” para as mulheres e para os negros, que os impedem de ascender na carreira. Eles não são promovidos para a diretoria, chegando apenas aos cargos de gerência. Já o caso da mulher negra é diferente. Para elas há um portão de ferro trancado frente às empresas.

Pesquisas realizadas pelo IBGE -

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - e pelo Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - também mostram uma realidade precária enfrentada pelos negros no mercado de trabalho. O aspecto mais perverso da discriminação no espaço de trabalho se dá nos processos de promoção ou mobilidade para cargos de chefia, liderança ou comando, que têm maiores responsabilidades, visibilidade e remuneração. De fato, os dados do Dieese para a proporção de assalariados negros e não-negros em ocupações de direção e chefia mostram níveis de desigualdade de oportuni-

dades, além de variações regionais, quando se comparam os resultados para as seis regiões metropolitanas pesquisadas: Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A principal discriminação sofrida pelos negros no mercado de trabalho ainda é o acesso ao emprego, uma vez que muitas empresas com bons salários e benefícios não contratam negros ou, quando o fazem, são para os postos menos qualificados e com menores remunerações. Além disso, setores como o financeiro e o químico são mais discriminatórios que outros, entre eles o de couro, o de ali-



Primeira turma de estagiários, coordenadores e diretores do Bradesco

mentação e o metalúrgico. O estudo aponta ainda que esses setores são caracterizados por serem menos avançados tecnologicamente, exigindo ainda um trabalhador com habilidades manuais ou com trabalhos que exigem menor capacitação. Quanto mais nobre o trabalho, menor a representação de negros e negras.

Mudança de cenário

Mas esta situação está começando a mudar. Motivados pela parceria com a Unipalmarens - Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, algumas instituições financeiras já realizam ações diferenciadas. No total, 20% dos alunos da Unipalma são

atendidos nos programas de trainee e do Bradesco, Itaú, Citibank, Real ABN AMRO Bank, HSBC e Safra. De acordo com o presidente do Bradesco, Márcio Cypriano, o trabalho de preparação dos jovens para o mercado de trabalho que a Unipalmarens desenvolve é importante. "As empresas, quando vão admitir funcionários,

Segunda turma de estagiários, coordenadores e diretores do Bradesco





Primeira turma de alunos da Unipalmes no Itaú



Segunda turma de alunos da Unipalmes no Itaú



Primeira turma de alunos da Unipalmarens no Citibank

procuram pessoas preparadas e isso a Unipalmarens forneceu e aumentado na parceria de estágio."

O ingresso dos alunos da universidade no programa de estágio do Bradesco, que tem duração de dois anos, para Cypriano serve, também, para dar exemplo a outras instituições. "Mostra-se à sociedade que uma empresa do tamanho do Bradesco traz estes jovens negros e que é fundamental que todos dêem a oportunidade", alerta.

O diretor-executivo da instituição financeira, Milton Matsumoto, afirma que é possível, ao término do

programa, que os jovens possam ser contratados pelo banco. No entanto, isso vai depender do desempenho de cada um deles.

O HSBC, um dos mais recentes parceiros da universidade, através do Projeto Ônix, abriu as portas para a capacitação e integração de 20 estagiários, em diferentes áreas. "Esse é o nosso primeiro passo, desde que nos aproximamos da Afrobras. É um trabalho de educação e de inclusão do afrodescendente, que é inteligente e pacífico", ressalta Hélio Duarte, diretor-executivo de Relações Institucionais.

Andréia Marcelino, que vai estagiar

na área de Marketing e Propaganda, mostra que "adeborê" é sinônimo de sucesso. "Esta palavra africana foi utilizada por um palestrante durante nosso treinamento e significa 'aquele que veio para vencer'. Somos 20, e tenho certeza que viemos para vencer dentro do Grupo HSBC", reforça a aluna, que acrescenta sentir vitória pela oportunidade de estágio. "Não é fácil, principalmente para negras, trabalhar em áreas destinadas a executivos."

Já o Itaú, que atualmente abriga em seus quadros 52 estagiários, formou no início de julho o primeiro

turmadoprogramadeCapacitação ProfissionaldeAfrodescendentes.Na formatura,21estudantesdaUnipalmareseconcluíramoCurso de FormaçãoExecutivoFinanceiro Júnior,em nível MBA,realizado pela Unicamp,em parceria inédita. Para o diretor-executivo de Recursos Humanos do banco, Fernando Tadeu Perez, esse convêniofoi uma vitória para os alunos, e sucesso para a instituição.

Novos desafios

UnipalmareseBancoRealcomeçam, apartirdasegundaquinzenadeagos-

to, uma nova etapa na capacitação dos alunos da instituição. Ao todo, o Real passa a atender 50 alunos da faculdade.

Os bancos Safra e Citibank também mantêmparceriascomaUnipalmaresecontamcomalunosdafaculdade entre seus estagiários.

A partir de resultados obtidos em conversascomosestagiáriosegestores, o projeto do Citigroup Brasil (Citibank) foi revisado e aprimorado e, seráestendidoparaatenderamais21 estagiários,somando30alunos,uma vezquesetedelesjáestãotrabalhando há alguns meses.

O Citigroup, em outubro de 2005, fezuma primeira ação piloto em parceria comaUnipalmaresecontratou setealunosparaatuaremcomoestagiários em nossas áreas de negócio. O projeto remodelado consiste em um programa de recrutamento, seleção e contratação de candidatos por meio de uma consultoria. Após início do programa, os estagiários passarão por um programa de treinamento e desenvolvimento, durante o período de um ano. O programa de estágio tem a duração de 12 meses podendo ser estendido por mais um ano. ■

Alunos da Unipalmarese que ingressaram no HSBC



Banco Real capacita estagiários Unipalmares pela FGV

A parceria entre a Unipalmares e o Banco Real avança mais uma etapa. A partir da segunda quinzena de agosto, 46 novos alunos se juntarão a outros quatro, que já prestam serviços no banco para, juntos, darem início ao Programa de Estágio em Executivo Jr. do Banco Real, em parceria com a EAESP (Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas).

O programa, em sua primeira edição dentro da instituição financeira, é voltado exclusivamente a afrodescendentes.

Maria Cristina Carvalho, superintendente de Recursos Humanos do Banco Real, explica que já existia a intenção do banco em ampliar as ações afirmativas com a comunidade negra e que, ao conhecer o trabalho desenvolvido pela Unipalmares, enxergou a possibilidade de concretização desse trabalho. Para ela, o ponto principal da parceria está em possibilitar condições aos estagiários de, com a participação no programa, apresentarem um diferencial em relação aos demais na busca por um espaço no mercado de trabalho.

“É um investimento para o Banco Real, uma vez que preparando esses



Ana Elvira Santos, Clesiomar Carvalho da Silva, Luciana Andrade Silva e André Jonathan Oliveira Santos

estudantes de modo a dar-lhes condições de igualdade, eles podem vir a integrar nosso quadro efetivo, mas de modo geral é um investimento para todo o mercado, já que eles adquirirão capacitação e experiência para atuarem em diversos setores”.

Ana Elvira, aluna do quarto semestre da Unipalmares, estagiária na área de RH Diversidade do Banco Real há sete meses, ressalta a importância das parcerias desenvolvidas pela Unipalmares em oferecer, além de conhecimento teórico, uma oportunidade para mostrarmos nosso trabalho é fundamental para o nosso crescimento profissional. As parcerias

estão aí, mas temos que fazer a nossa parte, retribuindo os esforços que a Unipalmares tem feito pelos alunos. Acredito que o sucesso depende 50% da oportunidade e outros 50% da nossa dedicação”.

No projeto, que terá duração de dois anos, 15% da carga horária do estágio serão destinadas à capacitação dos universitários, com aulas ministradas em sala e através de estudo on-line, à distância. Dentro desta grade complementar, será oferecido o curso de Executivo Jr. pela FGV, com 375 horas de duração e certificação emitida pela Fundação, além dos cursos de inglês e demais oferecidos pelo próprio Banco Real. ■



Primeira turma de estagiários da Unipalmes no Itaú

Após muito esforço e dedicação, a primeira turma do Programa de Capacitação Profissional de Afrodescendentes – parceria entre a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e o Banco Itaú, se formou em evento realizado na sede do ban-

co. Os 21 formandos emocionaram a todos pela alegria contagiante e notável realização de um grande sonho, marcando a data de 07 de julho de 2006 como histórica para o negro brasileiro, na educação e no mercado de trabalho.

A data será lembrada com orgulho pelos parceiros e alunos da Unipalmes que ingressaram no Curso de Formação Executivo Júnior (nível MBA), realizado pela Unicamp (Universidade de Campinas), especialmente convidada para a parceria.

Bravíssimos!
Primeira turma
de estagiários
conquista MBA

A Unicamp - a primeira instituição de ensino superior estadual de São Paulo a apoiar um programa de ações afirmativas -, foi uma das parceiras fundamentais para que esse projeto fosse realizado com qualidade. Milton Mori, coordenador de cursos de extensão da Unicamp, disse: “Esse curso teve sucesso e poderá ser disseminado em outras empresas e bancos.”

Segundo Fernando Tadeu Perez, diretor-executivo de Recursos Humanos do Itaú, o convênio foi uma vitória para os alunos, e atingiu seus objetivos para a instituição. “O Itaú está muito orgulhoso de resgatar minimamente a dívida que a sociedade brasileira tem com os afrodescendentes e, ainda, a oportunidade proporcionada aos 21 jovens, demonstrando que a diferença está só na oportunidade.”

Para José Vicente, reitor da Unipalmes, a formação da primeira turma é um avanço para a universidade que, através de muito empenho e discipli-

na, mostra a todos que esse trabalho é possível: “É a primeira vez na história do País que presenciamos esse que é um dos maiores acontecimentos na trajetória do negro brasileiro. Confirmamos as expectativas de que era possível desenvolver um projeto dessa estatura. Demonstramos aos parceiros que os negros e, em especial, os alunos da Unipalmes têm capacidade e qualidade para desenvolver trabalhos dessa natureza ou de qualquer outra.”

Realização de um sonho

A aluna Simone de Jesus Cunha contou como foi intensa a rotina durante esse período: “Foi maravilhoso o aprendizado que tivemos, tanto pelo lado profissional quanto pessoal”. Maria José de Jesus, mãe de Simone, não escondeu a felicidade em ver sua filha se formando em um MBA, antes mesmo de completar a faculdade. “Quando ela começou, fiquei muito

contente e, graças a Deus, está dando tudo certo. A Unipalmes abriu o caminho, acreditando no talento dos seus jovens. Devemos muito a Unipalmes.”

Sucesso garantido

Paulo Aquino, superintendente de Educação Corporativa do Itaú, confirma a parceria com a Unipalmes para o Programa de Capacitação Profissional de Afrodescendentes. “O programa tem três anos. Estamos iniciando uma segunda turma, com 31 participantes. A primeira fase compõe 360 horas de treinamento (é um mini MBA). O segundo e terceiro ano, são: 180 horas de treinamento, mais 42 horas, além dos treinamentos eletivos das áreas executivas”, ressalta Aquino.

José Vicente deixa um recado para os futuros e atuais formandos: “Não esmorecer jamais. Acreditar sempre e trabalhar para que o sonho possa se transformar em realidade.” ■



Renata Tubini, diretora de RH do Itaú, Milton Mori, Fernando Perez, José Vicente e Valéria Ricomini, gerente de integração de pessoas do Itaú.

A Afrobras recebeu, no último 21 de junho, o prêmio TOP Social 2006, promovido pela ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil -, na categoria Destaque Social, pelo seu trabalho e prática de ações de impacto e transformação reconhecidas pela sociedade, como a inclusão de afrodescentes nas universidades e nas maiores empresas do país.

O evento de premiação ocorreu no Memorial da América Latina, em São Paulo, e contou com a presença de representantes das mais conceituadas empresas e instituições do país.



José Vicente, Lívio Giosa, diretor do Top Social e José Zetune, ADVB

Afrobras é Destaque Social: O Mérito pelo Trabalho

Para José Vicente, presidente da Afrobras, receber um prêmio como este “é o reconhecimento da importância e valor do nosso trabalho, mas é também um prêmio que nos leva a compreender o mérito da responsabilidade na condução do tema negro e, de uma forma muito significativa, representa a responsabilidade adicional que agora pesa sobre nós.”

A ADVB considera a importância do TOP Social pelo reconhecimento à exemplaridade de empresas que se destacam no segmento de responsabilidade social, enfatizando os seus esforços, estimulando o crescimento dessas ações e, principalmente, utilizando-as como exemplo para outras entidades, tanto sob o aspecto humanitário, como mostrando as vantagens estratégicas e competitivas de atitudes socialmente responsáveis. Para o presidente da ADVB, José Zetune, o destaque dedicado a Afrobras “é o mínimo que se pode fazer

a uma entidade que só faz o bem, ao criar condições de evolução e desenvolvimento dentro da proposta a que se destina. É uma honra e orgulho podermos homenagear a Afrobras”, destacou Zetune.

Esta foi a 8ª edição do prêmio que, este ano, recebeu 172 projetos vindos dos mais diversos setores do empresariado brasileiro. Uma comissão julgadora avaliou cada um deles e elegeu os 26 que apresentaram as melhores ações de promoção do bem-estar social, tanto dentro das empresas, como à sociedade em geral. ■

Afrodescendentes autodeclarados nas escolas privadas: apenas 33% dos matriculados

Por: Daniela Beilich
Da Redação

O INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais divulgou os resultados do Censo Escolar 2005, uma pesquisa estatístico-educacional das crianças e jovens nas escolas brasileiras. Entre as diversas constatações, os dados revelaram que o número de afrodescendentes autodeclarados nas escolas privadas do país soma apenas 33% do total de alunos matriculados. No ensino público esse percentual ultrapassou a metade, com 56,4%, número ainda mais representativo quando comparado aos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que apontam 48% da população brasileira na faixa etária de 5 a 24 autodeclarada como negra ou parda.

A questão a respeito de raça/cor foi optativa e apresentada pela primeira vez no Censo Escolar e, segundo o Instituto, gerou polêmica entre pais, alunos e educadores. Aproximadamente 18% do total de entrevistados em todo o país recusaram-se a responder o item, chegando no Rio Grande do Sul aos 66% os que ignoraram a abordagem.

Segundo Maria Inês Gomes de Sá Pestana, diretora de Estatísticas de Educação Básica do INEP, a decisão de inclusão da questão raça/cor no Censo Educacional, é parte de uma política adotada pelo MEC de lidar as questões de inclusão e desigualdade.

Outro ponto de forte discussão foi a classificação adotada pelo INEP, que seguiu o mesmo padrão adotado

pelo IBGE no Censo Demográfico. As opções de resposta para o item eram: branco, preto, pardo, amarelo ou indígena. Para muitos, a palavra “preto” é discriminatória, mas Maria Inês Pestana justifica: “Quando decidimos incluir o item na pesquisa, essa preocupação também foi levantada, pois em nenhum momento o objetivo do nosso trabalho é diferenciar ou discriminar. Entretanto, consideramos que a palavra ‘negro’ representa mais do que a raça ou cor, trata-se de uma denominação de identidade. Inclusive, considero necessária uma pesquisa de identidade negra, pois este é um conceito que precisa ser cuidadosamente avaliado e é fundamental para a superação dos problemas de discriminação”, completa. ■

Tabela 2 - Matrículas da Educação Básica, por Cor/Raça, segundo a Etapa/Modalidade de Ensino, em 30/3/2005

Etapas/Modalidades de Ensino	Matrícula Cor/Raça Declarada								
	Total	Branca		Preta		Parda		Outras	
		n	%	n	%	n	%	n	%
Educação Infantil	6.085.316	2.936.564	48,3	512.241	8,4	2.494.591	41,0	141.920	2,3
Ensino Fundamental	27.821.352	11.224.104	40,3	2.643.412	9,5	13.260.064	47,7	693.772	2,5
Ensino Médio	7.215.948	3.132.641	43,4	753.923	10,4	3.163.348	43,8	166.036	2,3
Educação Especial	313.832	164.725	52,5	31.562	10,1	112.886	36,0	4.659	1,5
Educação de Jovens e Adultos	4.350.274	1.478.288	34,0	621.554	14,3	2.149.666	49,4	100.766	2,3
Educação Profissional	491.047	300.923	61,3	42.841	8,7	138.023	28,1	9.260	1,9
Total	46.277.769	19.237.245	41,6	4.605.533	10,0	21.318.578	46,1	1.116.413	2,4

Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.

Nos dias 22 a 24 de junho próximo passado, mais de uma centena de expressivas lideranças empresariais do Brasil e da América Latina reuniram-se na Bahia com ministros, acadêmicos e representantes de ONGs para discutir como melhorar os sistemas de educação básica pública na região. Mais importante, queriam fixar diretrizes e assumir compromissos concretos a partir da análise de experiências que já demonstraram ser eficazes.

Hoje há uma grande insatisfação, no mundo todo, com os sistemas educacionais em relação aos desafios da sociedade do conhecimento. As lideranças políticas e empresariais expressam suas preocupações com frequência e força cada vez maiores. A situação educacional da América Latina é das mais críticas no mundo, especialmente na qualidade da

educação pública, e apresenta algumas características comuns que permitem uma abordagem comparativa e fixação de objetivos semelhantes. A novidade da conferência não está no diagnóstico ou na definição de metas para a região, mas por ser organizada pelo setor privado. É um reflexo regional da crescente consciência de que o Estado sozinho não é capaz de resolver esses graves problemas num período curto de tempo. Muitas lideranças empresariais têm mostrado enorme sensibilidade, sublinhando claramente a importância de um esforço nacional para melhorar a cobertura e a qualidade da educação em seus respectivos países e têm procurado uma forma concreta de atuação nas ações de responsabilidade social.

Historicamente, as ações de respon-

sabilidade social do setor privado têm adotado várias modalidades e graus diversos de abrangência em seus métodos e objetivos. A responsabilidade social pode se traduzir em ações internas das empresas em relação a seus colaboradores ou extrapolar seus muros, atingindo a comunidade que a cerca, ou, numa perspectiva mais ampla, atender a determinados segmentos da sociedade. Nesse último caso, no passado eram comuns as ações meramente filantrópicas que procuravam lidar com situações individuais de carência e iniciativas de cooperação com entidades específicas. A grande novidade nas ações de responsabilidade social das empresas, no entanto, são as iniciativas para melhorar a qualidade dos serviços públicos e das políticas governamentais, atuando em parceria com

Por: Paulo Renato Souza, economista, foi ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso, gerente de operações do BID

educação e

responsabilidade

social

os governos. Parte-se da constatação de que o poder público é capaz de cuidar do acesso aos serviços sociais, mas tem dificuldade para promover a melhoria da sua qualidade.

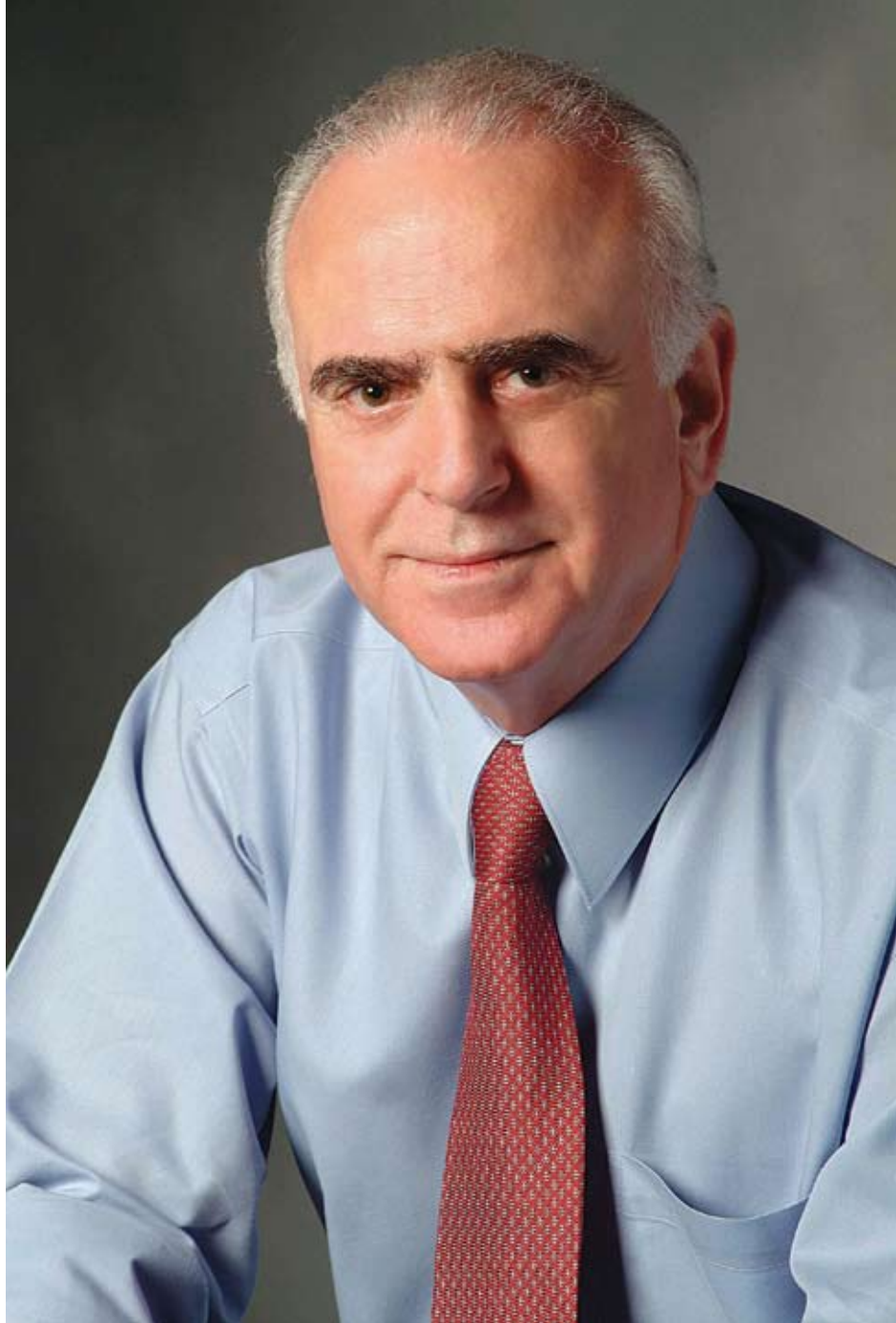
Por outro lado, a grande maioria das empresas que hoje desenvolvem ações de responsabilidade social concentra seus esforços na área da educação. As ações do setor privado nesses casos podem incluir a instituição de prêmios para melhores práticas, a difusão de experiências que tiveram êxito na educação ou o desenvolvimento de programas especiais de leitura, de treinamento de professores ou de diretores de escolas na gestão para o sucesso escolar.

A grande novidade nas ações de responsabilidade social das empresas são iniciativas para melhorar a qualidade de políticas governamentais

Dessa maneira, é possível ter uma influência geral no conjunto dos sistemas públicos de ensino, deixando de estar limitado a uma escola ou a um grupo de escolas. Os resultados concretos de muitas dessas experiências de parceria do setor privado com o setor público para melhorar a educação nos países latino-americanos são muito expressivos e assinalam um possível caminho para a efetividade nas ações de responsabilidade social das empresas.

A presente conferência, organizada e patrocinada pela Fundação Lemann e o Instituto Gerdau, do Brasil, e pela Fundação Jacobs, da Suíça, e que contou com a cooperação do Ceal (Conselho de Empresários da América Latina) na mobilização empresarial, busca justamente extrair lições que possam ser generalizadas para todos os países da região.

Sua organização se iniciou com a



Paulo Renato Souza

identificação de casos de melhores práticas de ações de responsabilidade social por meio de parcerias para melhorar a educação pública na América Latina. Esse levantamento mostrou claramente que o Brasil e a Colômbia concentram muitos dos exemplos de ações mais significativas e eficazes.

Justamente em função dessa mobili-

zação e história, os empresários brasileiros e os colombianos estão buscando novas formas de influir mais ativamente nos rumos da educação nos seus respectivos países. Estabelecer compromissos, fixar metas e avaliar a efetividade da ação empresarial na educação são precisamente os objetivos maiores da conferência. ■

Sociologia e Filosofia

Por: Cristina Jorge, diretora da Unipalmars

De acordo com resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, em reunião de 07 de julho último, todas as escolas de nível médio, cuja

organização curricular for estruturada por disciplinas, deverão incluir Sociologia e Filosofia.

Em reuniões pedagógicas com professores da Unipalmars, temos abordado, constantemente, as dificuldades apresentadas pelos alunos ingressantes no ensino superior, para acompanhar as diversas disciplinas deste nível educacional. Quero deixar muito claro que me refiro aos jovens em geral e não apenas aos alunos da Zumbi.

Todos sabem que na rede pública de ensino, com exceções de boa qualidade, os professores estão desmotivados, despreparados, a infra-estrutura de apoio pedagógico é obsoleta e, talvez o mais grave, o tempo que o educando dedica aos estudos é muito pequeno, tanto no horário das aulas, como fora dele. O resultado da combinação destes fatores condiciona o país a ocupar lugares muito inferiores no ranking internacional da qualidade da educação.

As políticas governamentais para educação voltam-se, freqüentemente, para propostas de reformas de ensino, de informatização das escolas,

de melhoria da qualidade do lanche, enfim, procuram reformar a casa e esquecem de vistoriar suas fundações: o telhado novo não impede a casa de cair!

O conculinte do nível fundamental chega à educação média apresentando sérias dificuldades de comunicação oral e escrita, de inteligência dos textos lidos e, também de ortografia, além da falta de domínio das operações matemáticas fundamentais. A este aluno, os docentes deverão ensinar Filosofia e Sociologia.

O parecer do Conselho Nacional de Educação, ao analisar o mérito da proposta da obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia nos cursos de nível médio, esclarece a importância dessas disciplinas integrarem os processos educacionais que se pretendam competentes para formação de cidadãos aptos ao protagonismo social. Já a Lei das Diretrizes e Bases define como objetivos da educação o aprimoramento da pessoa humana, a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos educandos. A simples obrigatoriedade de estas disciplinas constarem dos currículos, garante a formação de cidadãos? O aprimoramento das pessoas? A formação de idéias e prática crítica e ética?

Não creio. É verdadeiro que o estudo de Filosofia e Sociologia favorece a



formação do estudante que domina a língua pátria, que enfrenta e vence os desafios de extensa leitura de textos teóricos, bastante abstratos, que possui familiaridade com os conhecimentos lógico e científico.

Provavelmente o caminho seja outro: promover a aprendizagem dos conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática e História para desenvolver no alunado o interesse pelo estudo, pela leitura, pela observação da natureza e dos fatos sociais. Formar jovens competentes para ler e entender os textos lidos, para refletir sobre eles, problematizá-los e resolver questões que envolvam raciocínio lógico, tornará produtiva a inclusão de Filosofia e Sociologia nos currículos de ensino médio. O estudo dos teóricos destas áreas do conhecimento contribuirá, então, para a formação do sonhado cidadão possuidor de senso crítico. ■

Incluir é mais fácil que excluir

Por: Maria Célia Malaquias, psicóloga-psicodramatista-mestre em Psicologia Social, Coordenadora do NAP- Unipalmes – mcmalaquias@uol.com.br

No Brasil, a discussão sobre as relações étnicas está cada vez mais presente em todos os segmentos da nossa sociedade. O debate sobre as cotas na universidade coloca em cena a complexidade e a polêmica de tal questão. No entanto, trata-se de uma discussão necessária para que possamos pensar em instrumentos que viabilizem oportunidades de acesso a todos os cidadãos.

Para a população negra o acesso à educação, em especial o acesso à educação universitária, é um bem precioso, uma possibilidade de conquista de liberdade. Muitas das famílias negras que conhecemos abrem mão de algumas de suas necessidades básicas para dar “pelo ao menos a uma pessoa o diploma da faculdade”. Ainda é comum famílias que possuem apenas um membro com diploma universitário e o mesmo ser apresentado como motivo de orgulho, triunfo: “valeu a pena todo o nosso sacrifício”. Mas será que precisa ser assim? A educação não é um direito de todos os cidadãos? Infelizmente, apesar do direito garantido pela Constituição, o que encontramos é a população negra sendo

mais uma vez alvo de preconceito e discriminação. Ir para a escola e permanecer nela até os níveis mais altos continua sendo um grande desafio para negros e negras. Desafios que vão desde as relações de distanciamento e frieza com que nossas crianças se sentem com a maioria de seus professores. A aprendizagem no processo de parceria que se dá na inter-relação cujo afeto é

o fio condutor, principalmente nos anos iniciais, é a força motriz necessária para que a criança sinta vontade de aprender, sinta que vale a pena aprender e que os seus professores assim o desejam. No entanto, não é este o relato da maioria das crianças negras. Percebemos uma expulsão silenciosa e eficaz que, de diferentes maneiras, tenta abortar o sonho universitário. É neste contexto que o debate sobre as cotas ganha forças. É necessário lembrar que as cotas fazem parte de um grande processo que leva em conta a escola pública da educação



fundamental, média e superior, e o acompanhamento pedagógico que visem suprir eventuais necessidades. Discutir, refletir sobre a realidade do negro no Brasil, sobre sua acentuada ausência nas universidades, principalmente nas universidades públicas, nos parece ser um exercício de cidadania, assim como opinarmos sobre as leis que devem ser utilizadas para o benefício de toda a sociedade. Entendemos que um povo que clama por justiça social precisa encontrar instrumentos de inclusão para todos os seus diferentes cidadãos. ■

ora de

pensar na educação

Por: Milu Villela é presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo, do Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário, do Instituto Itaú Cultural e embaixadora da Boa Vontade da Unesco

No exato momento em que a seleção vencida o Japão, na Copa do Mundo, um grupo de empresários discutia, na Bahia, os rumos da educação brasileira. Enquanto os nossos jogadores -e 180 milhões de pessoas- ainda sonhavam em confirmar a condição do Brasil de principal potência do futebol mundial, aqui, líderes dos diversos segmentos da sociedade civil e representantes do governo engajavam-se em um movimento pela melhoria da qualidade do ensino -sem dúvida, a melhor forma de nos tornarmos uma potência mundial também fora do mundo da bola.

O paralelo entre futebol e educação faz especial sentido em época de Copa do Mundo. A cada quatro anos, o país vive um clima de euforia. E de tensão. A perspectiva de acrescentar uma nova estrela à camisa amarela desperta o fervor cívico dos brasileiros.

É como se a seleção nacional fosse a melhor parte de todos nós, a consagração de um particular jeito de ser, a face vistosa e invejável de uma nação em desenvolvimento que luta para eliminar indicadores de um país subdesenvolvido. Isso explica porque a

derrota para a França -nas circunstâncias em que ocorreu, sem luta, garra e determinação dos jogadores - provocou uma dor profunda e um enorme sentimento de perda.

O futebol, como se sabe, é parte essencial de nossa identidade, motivo de orgulho e auto-afirmação. A educação também deveria ser. Mas não é. O primeiro entusiasmo e mobiliza. A segunda, apesar de vista como importante fator de mobilidade social, ocupa espaço pouco expressivo na alma nacional. Não provoca emoções nem torcidas. E a sua lamentável situação não gera a mesma indignação que se sente após uma derrota na Copa.

Se, no futebol, o brasileiro se mostra exigente em relação à escalação do time e ao seu desempenho em campo, na educação, a grande maioria se conforma em eventualmente obter uma vaga na escola pública.

Esse comportamento, participativo por um lado e desinteressado por outro, talvez explique bem o contraste de sermos pentacampeões no futebol e ocuparmos as últimas posições em desempenho escolar no ranking

mundial. O futebol, no entanto, é apenas um jogo. E, nesse sentido, tem uma importância relativa para a melhoria de nossas vidas. Só a educação de qualidade pode formar a base de um novo projeto de país, mais justo e mais desenvolvido.

A educação, apesar de vista como importante fator de mobilidade social, ocupa espaço pouco expressivo na alma nacional

Foi exatamente esse o espírito do encontro na Bahia: ao analisar o triste cenário no Brasil e na América Latina, os 250 participantes do evento chegaram à conclusão de que a educação é, neste momento, a mais importante política pública e que assegurar a sua qualidade, especialmente para os menos favorecidos, constitui o melhor instrumento para reduzir nossas históricas desigualdades sociais.

A conclusão e o interesse pela causa não chegam a ser uma novidade. O fato novo é o sentido de urgência atribuído ao tema. É a crença de que a educação deixará de ser pauta de importância secundária apenas quando todos os setores fizerem a sua parte de

forma integrada e sinérgica.

Pela primeira vez, um grupo de lideranças, apoiado por organizações da sociedade civil e em sintonia com os governos, decidiu juntar esforços em torno de um grande projeto educacional para o país.

Como demonstração de vontade, a maioria dos presentes subscreveu sua participação no movimento “Compromisso Todos Pela Educação”, que deverá ser lançado oficialmente no dia 6 de setembro, ao meio-dia, no Museu do Ipiranga. Na prática, a adesão significa colocar energia e recursos no cumprimento da missão de “efetivar o direito à educação de qualidade para que, em 2022, bicentenário da Independência do Brasil, todas as crianças e jovens tenham acesso a um ensino básico que os prepare para os desafios do século 21”.

Significa também o compromisso de participar da consecução das grandes metas adotadas pelo movimento: até 2022, todos os brasileiros de 4 a 17 anos devem estar na escola, concluindo os seus ciclos, sabendo ler e escrever na idade adequada, aprendendo o que deve ser aprendido, sem que falem recursos para a educação básica. Foi dado o pontapé inicial para um projeto que pode mudar o país. Se as metas estabelecidas no “Compromisso Todos Pela Educação” forem permanentemente atingidas, como resultado dos esforços dos três setores da sociedade, a expectativa é que, já em 2010, na próxima Copa do Mundo, o Brasil seja reconhecido no mundo não apenas pela excelência do seu futebol, mas pela melhoria da qualidade de sua educação. ■





UNIPALMARES

UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES

SÃO PAULO - BRASIL

A nova cara

Prestes a completar três anos, a Unipalmares - Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares está ganhando uma nova cara, mais jovem e clean. A mudança ocorre no logotipo da instituição que, antes, estampava a efígie de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra. Agora, redesenhado, o logotipo reflete bem a maneira moderna e atual da instituição trazendo de forma estilizada Zumbi e o nome da universidade com mais destaque.

A mudança se faz necessária em razão da grande evolução que a instituição vem sofrendo nestes últimos anos. “A modernização do logotipo é uma tradução desta evolução. É uma forma de aproximação da instituição com o seu universo real e sintetiza a forma de como a universidade é reconhecida atualmente. Procuramos assumir nosso ‘apelido’ e valorizar sua apresentação, criando familiaridade e proximidade, numa apresentação mais atraente e de fácil aplicação”, afirma Augusto Diegues, diretor-presidente da Futura DCR, agência de publicidade responsável pelas contas



Augusto Diegues

da Afrobras e Unipalmares.

Além da mudança estética, a logomarca passou também por alterações nas cores. Foi realizado um estudo sobre as cores e os vários caminhos a ser seguidos. Por fim, o escolhido visa dar mais equilíbrio e tornar mais eficiente e agradável os elementos que compõe a logomarca. Desta forma, acabam representando de ma-

neira mais definida a personalidade e valores da instituição.

Esta é apenas a primeira de uma série de mudanças de estratégia de marketing pela qual a instituição está passando. As novas diretrizes vão servir para dar visibilidade e reconhecimento ao novo logotipo, multiplicando a sua força em todos os pontos de contato possíveis.

Representante do 1º museu afro dos Estados Unidos visita a Unipalmares

Estiveram em visita à Unipalmares, no último dia 24 de julho, John W. Franklin, e sua esposa Karen, do Smithsonian National Museum of African American History and Culture, o primeiro museu nacional da história e cultura do negro dos Estados Unidos.

John Franklin, que coordena a área de criação de programas e parcerias para o museu, veio conhecer as atividades desenvolvidas na Unipalmares, a fim de desenvolver um intercâmbio entre as duas instituições.

O visitante, se mostrou impressionado em relação aos números dos programas de inclusão no mercado de trabalho que a Unipalmares desenvolve junto aos maiores bancos do país, dado o tempo de existência da instituição.



Citibank e Brown University visitam a Unipalmares

A Unipalmares recebeu, no dia 20 de junho, a visita de um grupo formado por membros do Citibank e da Brown University, dos Estados Unidos. Estiveram presentes Stefan Ivanov, responsável pelo Planejamento Estratégico do Citibank no Brasil, Susan Zatorski e Hollie Dobrev, da Divisão Latino-americana do banco, além das professoras Adeline Becker e Maria Pacheco, da Divisão de Diversidade da Brown University. O objetivo do encontro foi o de conhecer o trabalho desenvolvido na Zumbi e reunir idéias que possam promover me-

lhorias e novas oportunidades de parcerias entre as entidades.

Um dos momentos de destaque do encontro foi o depoimento emocionado da professora Maria Pacheco,

ao citar a diferença entre o tratamento dado aos negros no Brasil: “Emocionou-me ouvir aqui o uso da palavra ‘nós’. Mostra que eles



consideram o Brasil um país que os pertence, do qual fazem parte. Infelizmente, nos Estados Unidos isso não acontece”, lamentou. ■

Agenda Cultural

O melhor da programação de arte e cultura

Por: Rodrigo Massi (agendacultural@afrobras.org.br)



Artes Visuais

"Um Presente para Ciccillo na BM&F"

A exposição "Um Presente para Ciccillo", em cartaz no Espaço Cultural da BM&F, apresenta 48 trabalhos entre desenhos, aquarelas e gravuras oferecidos para o mecenas Ciccillo Matarazzo reunidos em um álbum organizado por Oscar Pedroso d'Horta. Estão presentes obras de artistas como Tarsila do Amaral, Bruno Giorgi, Odetto Guersoni, Aldemir Martins, Aldo Bonadei, Di Cavalcanti, Samson Flexor.

Onde: Espaço Cultural da BM&F. Praça Antônio Prado, 48.

Quando: De 12 de junho a 08 de setembro de 2004. Entrada gratuita.

Mais informações: Tel. (11) 3119-2404 ou no site: www.bmf.com.br.



“Deuses Gregos - Coleção do Museu Pergamon de Berlim”

O Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Álvares Penteado (MAB-FAAP) apresenta a exposição “Deuses Gregos”. Trata-se da exibição inédita no Brasil de 200 obras de arte greco-romana provenientes do acervo do Museu Pergamon de Berlim.

Onde: Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Álvares Penteado (MAB-FAAP). Rua Alagoas, 903 – Higienópolis.

Quando: De 21 de agosto a 26 de novembro de 2006. De terça a sexta das 10h às 20h.

Sábados, domingos e feriados das 10h às 17h.

Mais informações: (11) 3662-7198. Entrada gratuita.

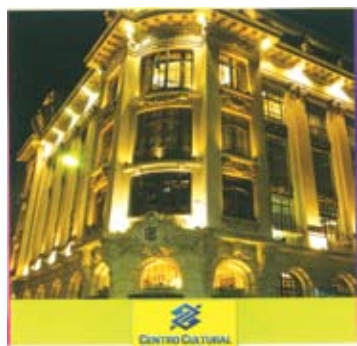
“Clube de Gravura: 20 anos”



O Museu de Arte de São Paulo (MAM-SP) apresenta a exposição “Clube de Gravura: 20 anos”. Trata-se da exibição de 93 obras de artistas como Antonio Henrique Amaral, Ianelli, Leda Catunda, Nelson Leirner. A mostra celebra o aniversário de 20 anos de criação do Clube de Colecionadores de Gravura. Dentro do contexto comemorativo também está prevista a tiragem especial de gravuras de Antonio Dias e Rubem Grilo.

Onde: Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP). Parque do Ibirapuera, portão 03 – s/n. **Quando:** de 04 de julho a 10 de setembro de 2006. **Mais informações:** Tel. (11) 5549-9688 ou pelo site: www.mam.org.br. De segunda a domingo e feriados, das 10h às 18h.

“Manobras Radicais”



A mostra “Manobras Radicais”, em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil, revela particularidades e diferenças de gêneros estabelecidos por artistas mulheres. Integra a mostra obras de 40 artistas, entre elas

Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Adriana Varejão e Leda Catunda.

Onde: Centro Cultural Banco do Brasil São Paulo (CCBB-SP). Rua Álvares Penteado, 112.

Quando: de 08 de agosto a 15 de outubro de 2006.

Mais informações: no site: www.bb.com.br.

Música

A Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP) executará Till Eulenspiegels Lustige, Op. 28 e o Concerto para Oboé em Ré Maior, ambos de Richard Strauss, e Prélude à L'après-midi d'un Faune e La Mer,

de Claude Debussy. Regência: Maestro John Neschling. Solista: Alexei Ogrintchouk.

Onde: Sala São Paulo. Praça Júlio Prestes, s/n.

Quando: 28/09 (quinta) às 21h; 29/09 (sexta) às 21h; 30/30 (sábado) às 16h30.

Mais informações: no site: www.osesp.art.br. ■



Sala São Paulo. Rua Mauá, 51, Luz.

hoque e Pressão Cultural

Por: Mauricio Pestana, cartunista e publicitário

(www.mauriciopestana.com.br)

Várias tentativas têm sido feitas para explicar a intensidade da contribuição africana na cultura ocidental, seja ela nas Américas ou no Velho Mundo. São muitos os estudos e quase todos levantam a mesma questão: o mundo, tal qual conhecemos hoje, jamais seria desta forma sem a presença africana em sua cultura.

Quando analisamos o continente americano, por exemplo, o impacto que esta cultura exerceu sobre a música, a culinária, a religiosidade, o jeito de ser de cada um dos povos que habitam esta região do planeta, nos deparamos com uma verdadeira africanização de costumes, com maior ou menor intensidade dependendo do país e do percentual de descendentes africanos em suas respectivas populações.

É difícil imaginar o Brasil, por exemplo – o maior país negro fora da África com mais de cinquenta por cento de sua população afrodescendente – sem essa presença no futebol, na culinária, na música, no nosso jeito de ser e de agir.

Se focalizarmos a América Central e o Caribe também presenciaremos a cultura africana, cotidianamente. E distante dali, na América do Norte, embora com presença física minoritária, o afro norte-americano marcou incisivamente a cultura da região influenciando o mundo. É praticamente impossível falar em cultura dos Estados Unidos sem citar a forte

herança africana na música, no esporte e nas artes em geral.

Se este espírito africano mudou o jeito de ser desta região do planeta, a opressão, o racismo e a segregação das elites eurocêtricas obrigariam os afrodescendentes a escolher entre duas opções: o enfrentamento resgatando e orgulhando-se e expondo a forte herança africana de ser, ou o enquadramento num jeito mais eurocêntrico de ser, perdendo, assim, parte de sua identidade cultural, adaptando-se a um novo estilo e uma nova forma, renegando suas origens africanistas.

Essas duas vertentes de ações diante

da pressão no qual o meio social e cultural exercem puderam ser medidas e visualizadas na última Copa do Mundo. O retrato vivo destas manifestações se deu em duas seleções de fora da África, mas com grande presença de afrodescendentes, ironicamente uma européia, a França, outra americana, o Brasil analisando os aspectos culturais e as pressões exercidas sobre essas duas seleções, teremos respostas diferentes: uma enquadrando-se num modelo europeu, ocidental, um time de super-heróis americanos e outra exercendo uma forte identidade cultural africana representada em seus jogadores,

porém ambas demonstraram as realidades culturais que os dois países vivenciam na atualidade.

A França atual tem uma expressiva e incômoda presença africana. Os africanos e seus descendentes, na França, por conta da discriminação, do racismo e do xenofobismo europeu, sentem-se obrigados a ser mais africanos que franceses, interagem mais com a cultura africana do que com a francesa.

Quando passeamos por Paris, nos dias de hoje, percebemos uma cidade com vários aspectos africanos, os afro-franceses, mesmo discriminados, ou até mesmo por conta desta discriminação, constituíram uma África dentro do território francês.

Se por um lado vimos o reflexo disso numa seleção da França, com ginga, suíngue, alegria da forte presença dos afro-franceses, por outro lado encontramos uma seleção brasileira no caminho oposto, embora formada majoritariamente por afrodescendentes. o que vimos foi uma seleção brasileira culturalmente de lordes, afro-brasileiros enquadradinhos, sem ginga, sem suíngue, sem malandragem, sem a alegria típica do futebol brasileiro e africano, e sem a técnica do futebol europeu, uma vez que não somos europeus, ou seja, uma seleção sem identidade.

Sintetizando, quando analisamos a seleção do Brasil e da França, vimos uma seleção européia com forte presença africana, queiram ou não alguns franceses, e vimos uma seleção afro-brasileira querendo ser européia, demonstrando mais uma vez o antigo drama cultural brasileiro, o de querer ser o que nunca foi, um país europeu, uma seleção de lordes.

A grande lição que Zidane e seus companheiros mostraram ao mundo vencendo o Brasil com um futebol alegre, irreverente e determina-



Mauricio Pestana

do foi que, o ser humano, quando respeita sua identidade cultural, seu jeito de ser, ele se aproxima mais da alegria, da felicidade, da criatividade e, conseqüentemente, da vitória e do sucesso.

Quando renega sua identidade, e tenta ser aquilo que não é, fatalmente estará fadado à tristeza e ao fracasso. Encerrando a comparação dessas duas formas de agir diante das pressões que o choque cultural sempre está nos impondo, poderíamos comparar dois jogadores de gerações e reações diferentes. O primeiro, com sua maneira irreverente de ser, com suas respostas espontâneas e provocadoras, com seu jeito malandro inteligente e autêntico, que nunca renegou suas origens, muito pelo contrário, sempre se orgulhou em dizer que era filho do Jacarezinho, a

segunda maior favela do Rio de Janeiro. Quando foi preciso, chamou para si, de forma irresponsável, a responsabilidade de trazer o tetra para o Brasil, e trouxe. Romário foi talvez o último jogador com cara e jeito do futebol afro-brasileiro. Já o outro, Ronaldo Fenômeno, com suas declarações sempre contidas, com seu tom de voz comedido, com sua educação exemplar, um verdadeiro lorde, que sorri baixo, que nunca chorou, gritou ou se rebelou como Romário, se enquadrou e, apesar da decepção desta copa, ainda será aclamado por muito tempo por essa elite como fenômeno.

Qual dessas duas formas de agir predominaram no futebol e na vida social brasileira, nos próximos anos? Talvez um outro Ronaldo, o Gaúcho. O futuro poderá nos dizer. ■

Racismo gera discussão em todo o Brasil

*Por: Grace Rufino
Da Redação*

As ações afirmativas são medidas que visam a inclusão social de negros e afrodescendentes, principalmente no mercado de trabalho e no ensino superior. Atualmente, essas medidas estão em discussão nacional, como o Estatuto da Igualdade e o Sistema de Cotas.

O Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim, que contém 85 artigos, será votado em 2007, na Câmara dos Deputados. Nestes últimos tempos, diversos intelectuais manifestaram-se a favor e contra o Estatuto. Um dos pontos mais questionados no estatuto é a presença de ao menos 20% de atores e figurantes afro-brasileiros em programas e propagandas de TV, e auto-declaração no quesito cor e raça em diversos documentos.

“O Estatuto da Igualdade Racial caminha no sentido de combater o racismo. As pessoas têm o direito de se

manifestar contra as cotas, mas não apresentam nenhuma proposta alternativa de solução, pois é importante propor algum tipo de alternativa!”, destaca o membro do Conselho do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior e presidente do Instituto da Advocacia Racial e Ambiental (IARA), Humberto Adami.

Para a ex-reitora da Universidade da Bahia (1998-2005), Ivete Sacramento, o Estatuto da Igualdade Racial precisa ser aprovado com urgência para a inclusão social dos afrodescendentes.

Em entrevista a esta revista no último evento da Afrobras, o senador José Sarney enfatizou: “eu acho que com todas as incompreensões que podem ter, devemos começar a exigir o programa de cotas. Não podemos ficar nesta inércia de vermos o país balançar entre os mais pobres, e os

mais pobres são os negros, os quais têm mais demanda na saúde e emprego. Entre os analfabetos, os de maior número são da raça negra. Não podemos ficar nesta função de nos conformarmos e, para romper com tudo isto, temos que ter ações afirmativas.”

Na página do Instituto da Advocacia Racial e Ambiental (IARA) tem um abaixo-assinado contra o racismo no Brasil (www.adami.adv.br/iara.asp). “Este manifesto é abrangente, existem coisas que não se resolvem apenas com as cotas nas universidades”, explica o advogado Humberto Adami.

As dificuldades de inclusão social são amplas e podem ser observadas através dos dados estatísticos, que apontam que 2% dos negros têm o ensino superior completo, segundo o censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A Universidade da Bahia utiliza no vestibular o conceito de autodeclaração de raça. Há uns seis anos, as pessoas negavam a sua ascendência; após a adoção das cotas, o fato de ser afrodescendente se tornou agenda. Hoje,

as pessoas se autodeclaram, e isto é uma vitória”, destaca a ex-reitora da UNEB, Ivete Sacramento.

Segundo o advogado Humberto Adami, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) realizou uma ação direta de inconstitucionalidade da lei de cotas 4151 no Supremo Tribunal Federal. Esta lei prevê cotas raciais para negros e pardos nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro. “Ingressamos junto com 16 entidades do movimento negro contra o racismo da cor que é uma forma de intervenção contra o processo de inconstitucionalidade. Posteriormente, foram acrescentadas mais cinco entidades religiosas de matrizes africanas”, explica o advogado Adami.



Ivete Sacramento



Humberto Adami

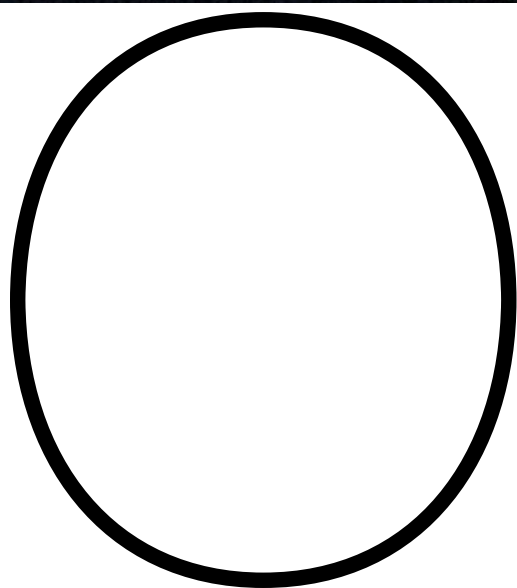
“Precisamos lutar para que outras medidas sejam efetivamente adotadas e se aliem à igualdade racial. Fui a única reitora negra da UNEB, fato que comprova uma desigualdade devido à falta de oportunidade”, analisa a ex-reitora Ivete Sacramento.

A pesquisa de 2005, do Instituto Ethos referente ao Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas, revela que 26,4% dos negros ocupam cargo funcional, e 3,4% em diretoria.

De acordo com o advogado Humberto Adami, “estão sendo implementadas ações civis públicas pelo Ministério Público do Trabalho contra os bancos devido à ausência de funcionários negros. Dentro de um mês, o Ministério Público acionará os demais bancos de outras regiões do Brasil, exceto Brasília.” ■



Por: Abdias Nascimento, escritor, professor-emérito de cultura africana no novo mundo da Universidade do Estado de Nova York/Buffalo. Foi senador (91 e 94-98) e deputado federal (83 a 87).



debate
como vitória

Da Tribuna da Câmara costumava dizer que a Abolição da Escravidão no Brasil não passava de uma bela mentira cívica. Hoje posso reafirmá-lo com o apoio de pesquisas quantitativas produzidas nas últimas décadas por instituições respeitadas como o IBGE e o DIEESE, que vêm revelando a extensão do hiato entre negros e brancos no Brasil.

A diferença nos salários, na escolaridade, na expectativa de vida e na mortalidade infantil mostra uma desigualdade racial tão ampla, persistente e difusa que não pode ser explicada pela herança da escravidão ou as diferenças de classe.

Pesquisas qualitativas mostram os mecanismos de racismo nas escolas e nos meios de comunicação, responsáveis por manter, reforçar e atualizar a imagem (e auto-imagem) negativa da população negra. A polícia e o Judiciário dispensam um tratamento discriminatório aos afro-brasileiros no contexto de um quadro de violência em que os jovens negros sofrem uma elevadíssima taxa de mortalidade.

Tudo isso contribui para manter a população negra afastada das riquezas do país, na base da pirâmide social, nas piores condições de saúde e habitação. Agregado à ideologia do branqueamento, esse quadro me levou a denunciar o genocídio contra os negros no Brasil.

Levantamentos feitos por órgãos de pesquisa encontram eco em relatórios como os da OEA (Organização dos Estados Americanos) e da Comissão dos Direitos Humanos da ONU. O mito da “democracia racial” vem sofrendo um golpe de morte, apesar dos esforços revivalistas de uma pe-

quena elite acadêmica.

O movimento negro e seus aliados nas arenas da academia, da política e da mídia passaram a elaborar e propor medidas, não para acabar com o racismo e a discriminação, o que seria demasiado ambicioso, mas para elevar a auto-estima da população negra e proporcionar-lhe um grau de igualdade de oportunidades.

Desde 2001, medidas de ação afirmativa têm sido adotadas pelo governo federal, por Estados e municípios, nas áreas do ensino superior e do funcionalismo público.

O sistema de cotas para negros (e também para indígenas, segundo a região) está sendo implementado por cerca de 30 universidades públicas, federais e estaduais, com resultados que superam as expectativas: as notas dos alunos cotistas são semelhantes às dos demais, desmentindo as previsões catastrofistas anunciadoras de uma possível queda do padrão de ensino. Há vários exemplos de alunos cotistas cujo desempenho acadêmico supera a média atingida pela maioria de seus colegas não-cotistas.

As notas dos alunos cotistas são semelhantes às dos demais, desmentindo as previsões catastrofistas de queda do padrão de ensino

Outra conquista da luta anti-racista foi a lei nº 10.639, que inclui o ensino da história e da cultura africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares, com o que se pretende abalar um dos pilares da construção de estereótipos racistas.

Como não poderia deixar de ser, setores da elite branca passaram a articular uma reação. A mídia tem tido papel de destaque nesse processo, fabricando uma “opinião pública” con-

trária à ação afirmativa por meio de reportagens tendenciosas e editoriais apocalípticos. Enquanto isso, setores da elite acadêmica se empenham em desqualificar as pesquisas sobre desigualdade racial, em um comportamento semelhante ao de políticos em véspera de eleição.

Ao mesmo tempo, a noção de que raça não existe, hoje predominante na biologia, é transplantada para a vida social. Num passe de mágica, deixam de existir as raças como categorias sociais historicamente construídas e também o racismo. A intenção dessa falsificação canhestra é transformar os negros de alvos em produtores do racismo.

A realização, em poucos dias, de duas manifestações, uma contra e outra a favor da ação afirmativa mostra que existe vida inteligente dos dois lados do debate. A discussão que ora se trava não será decidida no âmbito das ciências jurídicas, sociais ou econômicas, já que nelas encontramos elementos favoráveis às duas posições.

Trata-se de um debate eminentemente político, que reflete a visão de mundo dos que dele participam, e também -o que se costuma deixar de lado- as posições que cada um ocupa na sociedade. Esse debate, em uma sociedade que antes se refugia nas fantasias da “democracia racial”, é o melhor produto da ação afirmativa até o momento.

De minha parte, tenho certeza de que a ação afirmativa favorece a nação brasileira, ampliando as oportunidades abertas à maioria de nossa juventude para que esses meninos nos ajudem a superar as dificuldades que nos afligem há séculos. ■

Ação afirmativa desnuda o racismo brasileiro

Por: Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina. Visiting Scholar em Harvard University, School of Law, Cambridge MA - 1994-95. Procuradora Federal e Militante do Movimento Negro.



Absolutamente conhecido pela sociedade brasileira, vivenciado no dia-a-dia das famílias e indivíduos negros, mas camuflado em “brincadeiras”, “jeito de falar”, “discriminação social/econômica” e mesmo travestido na naturalidade da baixa qualidade de vida da população negra, em todos os cantos deste país, o racismo se materializa e exala seus nefastos efeitos, agora desnudo e sem qualquer escusa, quando as políticas públicas de ação afirmativa começam a ser implementadas, pelo Estado, desde 2001.

E, quando então, o debate sobre a promoção da igualdade entre negros e brancos e indígenas, chega no mais sofisticado e elitista espaço social – a Academia das Ciências, a Universidade – com concreta proposição de inclusão racial (para negros e indígenas), a comoção racista chega no limiar do desespero.

Esta introdução não é fantasmagórica. O momento de debate e embate, mobilizando grupos de intelectuais nos centros de excelência na pesquisa e produção do conhecimento do país, que em sua maioria fizeram suas carreiras utilizando-se da população negra no Brasil como objeto de seus

estudos e produção científica, o que lhes garantiu o espaço de privilégio que ocupam e também militantes ortodoxos que somente vêem a luta de classes e o conflito do capital como razão e solução para os conflitos sociais, a ponto de os mesmos correrem ao Congresso Nacional com o discurso da ameaça negra de “tomada do poder” e “divisão nacional”, demonstra que W.B. du Bois e Abdias do Nascimento não estavam equivocados quando anunciaram que o racismo e a discriminação racial contra os negros perpassam a racionalidade humana, o desenvolvimento tecnológico, os avanços da humanidade na ciência e tecnologia, para permanecer como o problema do século, talvez melhor dizendo, o problema de séculos.

Os dias atuais nos trazem, novamente e talvez ainda, ao cenário nacional de mídia e da Universidade, a discussão sobre as justificativas de implementação de políticas de reserva de vagas para estudantes negros no Ensino Superior. De um lado temos a tentativa de retirar da pauta do Congresso Nacional tanto o Estatuto da Igualdade,

que apresenta uma série de políticas e ações do Estado para atacar de frente o racismo institucional e estrutural, implementando metas e programas para promoção da igualdade racial, como também o que se convencionou chamar de projeto de Lei de Cotas, onde os estudantes de escolas públicas teriam reserva de vagas para ingresso nas Universidades. Sobre este último projeto, a razão única de sua inclusão no protesto, é o fato de que nele está incluído percentual de reserva de vagas para estudantes negros, ainda que com o mesmo requisito, qual seja, estudantes egressos de escolas públicas de nível médio. É pois preciso que a sociedade se aperceba que é o fato de que, embutida nas cotas “sociais” para estudantes egressos de escolas públicas de ensino médio, estão as cotas raciais, o que, ainda que em percentuais ínfimos, assusta e provoca a sociedade racista. Fica então explícito que o cerne do movimento contrário às cotas na

Universidade e especialmente os signatários do manifesto entregue no Congresso Nacional, é o indicador de que estudantes negros serão universitários, por óbvio, serão profissionais habilitados nas diversas áreas do conhecimento e, quiçá, em posição de poder social, político e econômico.

É pois, o direito da população negra de participar completamente da vida nacional que está sendo questionado no manifesto contrário às cotas e entregue ao Congresso Nacional e em todas as posições contrárias às ações afirmativas para negros. Esta é a questão posta e, por certo os adeptos dessa posição, fazendo jus à cultura racista nacional, se camuflam de “salvadores” da pátria que, segundo os mesmos, é o Brasil um país onde não há privilégios raciais históricos para o grupo de ascendência predominante européia, os brancos, onde as condições reais de vida são iguais para negros e brancos e onde, finalmente as pessoas não são identificadas por seu pertencimento racial! Assim que seu argumento finda no perigo de que todos nós estaremos fadados a nos identificar como negros ou brancos, criando uma cisão na população brasileira. Esquecem-se por certo, tais pessoas, que nós negros estamos sempre sendo identificados racialmente, para a exclusão. Não reconhecem que os brancos, invariavelmente são identificados como tal para o gozo dos benefícios sociais, incluídos o futuro, a prosperidade, o sonho. Não querem olhar para a sim existente divisão da população brasileira entre aqueles que podem se arvorar à proximidade da qualidade de vida de muitos países desenvolvidos com o Índice de Desenvolvimento Humano, medido pela ONU/PNUD na 43ª posição, ou seja, os brancos e aqueles, cujo IDH está na casa da 108ª posição no ranking de 147 países (índices do ano de 1999, conforme estudos de Marcelo Paixão¹), os negros.

Permitir a mudança dos paradigmas valorativos da população brasileira, como disse, hoje dividida entre os brancos, portadores da dignidade humana conforme todos os textos normativos da Declaração de Direitos Humanos e Fundamentais e a população negra, desconsiderada como sujeito daqueles valores universais, para a real conjunção da população brasileira caminhando para a igualdade real. É esse o objetivo da reserva de vagas para negros e indígenas na Universidade. Esse é o outro lado. Essa é também a luta histórica do Movimento Negro Nacional, que tem feito inúmeras proposições de intervenção do Estado Brasileiro no combate efetivo ao racismo e à discriminação racial, com o apoio e engajamento direto de inúmeros intelectuais, brancos e negros.

O desespero do racismo brasileiro no entanto é que, se isso ocorrer (e certamente irá ocorrer, pois somos muitos e fortes), não somente os espaços de poder social, político e econômico, do privilégio do grupo branco que sempre ocupou com exclusividade, por seu pertencimento racial, serão preenchidos por negros e indígenas como também cairá por terra a tão bem trabalhada idéia da inferioridade da população negra, não meritória para ocupar em igualdade de condições os espaços de liderança e poder na sociedade. Esses são os argumentos que lideram as opiniões e as afirmações contrárias às políticas de reserva de vagas na Universidade e outras que estamos próximo de fazer realizar, como ações afirmativas no mercado de trabalho e aquelas inseridas no Estatuto da Igualdade Racial, que aguarda aprovação da Câmara de Deputados.

Assim que, com políticas públicas focadas na particularidade da desigualdade racial que a população negra vivencia em todos os referenciais de qualidade de vida, e só assim, estaremos construindo a sociedade brasilei-

ra no sentido mais próximo do ideal democrático. Talvez nossa primeira oportunidade de honestamente dizer que somos cidadãos brasileiros, qualquer que seja seu pertencimento racial ou étnico e darmos um passo decisivo na superação das desigualdades sociais, baseadas no pertencimento racial das pessoas, dar-se-á com a aprovação do Estatuto de Igualdade Racial e de toda lei ou programa de ação afirmativa, quer como cotas, quer como reserva de vagas ou outro mecanismo de inclusão real da população negra na sociedade. Esse é o caminho para a conquista da plenitude dos direitos de cidadania neste país. Portanto, em contraponto à posição racista contrária às políticas afirmativas para a população negra, o movimento de todos os militantes e intelectuais, em pró da implementação imediata de reserva de vagas na Universidade brasileira para estudantes negros, a classificação racial das pessoas em todos os formulários públicos, como fonte de dados para proposição de políticas públicas focadas nessa particularidade, somente trará benefícios para a população brasileira.

Talvez devamos pensar que a união da população brasileira, a retomada da solidariedade com a conseqüente diminuição da violência, têm necessariamente que passar pela discussão das relações raciais racistas em nossa sociedade, especialmente o racismo institucional contra a população negra e pela implementação de políticas e programas que enfrente a discriminação racial, na direção da superação do racismo, este sim, promotor da desigualdade e tantos outros fenômenos nefastos à sociedade. ■

1 - “Brasil 2000 – Novos marcos para as relações raciais”. Rio de Janeiro. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE.

Ações afirmativas e o debate nacional

Por: Paulo Paim - Senador PT-RS



Modificar conceitos de uma sociedade não é fácil, mas é possível. Prova disso são as discussões acerca do Estatuto da Igualdade Racial – de nossa autoria e aprovado no Senado –, bem como o Projeto de Lei 73/1999, de autoria da deputada Nice Lobão (PFL/MA), que institui cotas nas universidades.

Há algum tempo, o espaço que tem sido dado ao tema nem era imaginado. Mas, como nossa própria história nos mostra, os avanços vão acontecendo, as pessoas vão mudando e alguns julgamentos vão caindo por terra.

Prova disso é que sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, escolas, universidades, organizações não-governamentais, igreja, enfim, a sociedade civil organizada está integrada no debate. E isso é bom para a democracia.

Queremos um debate construtivo que permita que o Estatuto da Igualdade Racial e o projeto de cotas se tornem propostas de consenso. Sabemos que o objetivo de ambos é somente com-

bater as desigualdades e o preconceito contra negros, índios e pobres.

O Estatuto é fruto de discussões iniciadas há dez anos no Congresso Nacional. Precisamos urgentemente encontrar alternativas para combatermos o fim do racismo

e do preconceito em nosso país. Somente assim alcançaremos a igualdade entre os brasileiros. Sim, porque a igualdade ainda não existe. E, por mais que alguns neguem, o racismo e o preconceito são heranças que estão no nosso dia-a-dia.

Este debate não é contra ninguém, mas a favor do povo brasileiro. É propositivo e afirmativo. Ele não levará ao agravamento do preconceito. Ao contrário. O simples fato de estarmos abrindo espaço para esse tema nos mostra que o povo brasileiro está na batalha pelo fim das discriminações. Assim, por que não discutirmos? Por que não avançarmos?

É preciso que todos entendam que o

grande eixo desse debate do Estatuto e do PL 73/99 é, na verdade, a política de cotas.

Cotas nas Universidades, na mídia, no serviço público, enfim se expandindo para o mundo do trabalho. Ninguém tem dúvida que os poderosos, pela pressão feita pelos movimentos sociais e pelo Ministério Público, são os que mais resistem.

Gostaríamos também de explicitar que nós, que somos a favor das cotas raciais, não somos contra as cotas sociais.

O importante é que o debate está acontecendo em todo o país. Nesse contexto, o grande vencedor, com certeza, será o povo brasileiro. ■

m compasso de espera

Ministro da Educação, Fernando Haddad, pela primeira vez, defende, publicamente, a posição do governo contrária às cotas raciais e a favor das cotas sociais

Por Zulmira Felício

Da Redação

Em audiência pública sobre a política de cotas no Senado, no início de agosto, o ministro da Educação, Fernando Haddad destacou seu apoio a uma proposta da Câmara dos Deputados para restringir o projeto que reserva 50% das vagas nas universidades federais aos alunos que cursaram

Desde 1998, o Estatuto da Igualdade Racial tramita no Congresso Nacional e, talvez, seja votado após as eleições, ou então no ano que vem. De acordo com o senador Paulo Paim, autor do projeto, o mesmo pode ser aprovado em regime de urgência em 20 de novembro deste ano, “data histórica do assassinato de Zumbi dos Palmares”; ou, ainda, em 21 de março, “Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial”.

A instituição do Estatuto da Igualdade Racial dispõe sobre a defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação devido à etnia, raça e/ou cor. No combate à discriminação racial de cidadãos afro-brasileiros, o projeto defende, além das cotas nas universidades, as ações afirmativas visando o mercado de trabalho, como também produções culturais.

Todavia, o Estatuto ainda é objeto de resistências. Fato que se explica: afinal, somente um em cada dez brasileiros

considera-se bem informado sobre o assunto, segundo recente pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, a partir de entrevistas colhidas junto a 6.264 pessoas com idade superior a 16 anos.

Somente 9% conhecem o assunto

De acordo com Mauro Paulino, diretor-geral do Datafolha a pesquisa discorreu sobre a pergunta: “Um dos pontos do projeto prevê que, no mínimo, 20% das vagas em universidades públicas e particulares sejam reservadas para as pessoas negras e descendentes de negros, independentemente das notas obtidas no vestibular em relação aos que não são negros. Você é a favor ou contra as cotas, isto é, que sejam reservadas vagas para negros e descendentes de negros nas universidades?”. As respostas foram as seguintes: 65% favoráveis, 25% contra e 9% não opinaram. Porém,

o ensino médio na rede pública (entre essas vagas há cotas proporcionais para afrodescendentes e indígenas). Isso excluiria os estudantes dos colégios técnicos federais e militares, cuja seleção na admissão de alunos é rigorosa. “Os jovens brancos das escolas públicas têm rigorosamente os mesmos direitos dos jovens negros das escolas públicas”, sentenciou o ministro. O governo vem se posicionando de modo a priorizar os sistemas que levem mais em conta a origem social do candidato, não a raça.

A pesquisa do Instituto Datafolha analisou aspectos referentes às cotas e mercado de trabalho (veja íntegra no site: www.datafolha.com.br)

P.26. Você tomou conhecimento do projeto de Estatuto da Igualdade Racial, que vem sendo discutido no Congresso? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto? (Resposta estimulada e única, em %)						
	GRAU DE CONHECIMENTO DO ESTATUTO DE IGUALDADE RACIAL					
	TOTAL	TOMOU CONHECIMENTO	Está bem informado	Está mais ou menos informado	Está mal informado	NÃO TOMOU CONHECIMENTO
TOMOU CONHECIMENTO	46	100	100	100	100	
Está bem informado	9	19	100			
Está mais ou menos informado	27	58		100		
Está mal informado	10	22			100	
NÃO TOMOU CONHECIMENTO	54					100
Total em %	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	6264	2912	560	1701	651	3352
Total N.ºs. absolutos	6264	3147	628	1836	683	3117

Projeto: P03341 • Base: Total da amostra - Brasil • Data do Campo - 17 e 18/07/2006

dentre os 9% que se consideram bem informados 40% recusaram a proposta. Também se opuseram as pessoas com curso superior (55%).

Aqueles que cursam o ensino fundamental abraçam a causa da cotas com maior intensidade (71%), como também os que ganham até dois salários mínimos (70%). Dentre os favoráveis, apenas 39% estão entre os que recebem acima de dez salários.

Oitenta e sete por cento sugerem que as cotas deveriam ser destinadas aos pobres, independentemente de raça (7% discordam); 48% consideram humilhante a reserva de cotas (contra 39%) e 55% acreditam que as cotas podem gerar atos de racismo.

No rumo certo

As cotas para afrodescendentes têm se mostrado viáveis, pois esses alunos demonstram bom rendimento, às vezes superior ao dos demais estudantes. Tipos de ações afirmativas aplicadas na



Mauro Paulino, diretor-geral do Datafolha

Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) merecem ser ressaltadas. Há quatro anos, a instituição gaúcha adota a reserva de vagas sob o critério socioeconômico, não levando em conta a cor. Já a UFBA destina vagas para estudantes negros, pardos ou

indígenas da rede pública.

No estado paulista, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) adota a bonificação, isto é, os candidatos de instituições públicas recebem pontos extras na nota e disputam as mesmas vagas que os demais estudantes.

P.27. Um dos pontos do projeto prevê que, no mínimo, 20% das vagas em universidades públicas e particulares sejam reservadas para pessoas negras e descendentes de negros, independentemente das notas obtidas no vestibular em relação aos que não são negros. Você é a favor ou contra as cotas, isto é, que sejam reservadas vagas para negros e descendentes de negros nas universidades? (Resposta estimulada e única, em %)

GRAU DE CONHECIMENTO DO ESTATUTO DE IGUALDADE RACIAL						
	TOTAL	TOMOU CONHECIMENTO	Está bem informado	Está mais ou menos informado	Está mal informado	NÃO TOMOU CONHECIMENTO
A favor	65	62	58	64	61	68
Contra	25	33	40	32	31	18
Indiferente	4	3	2	3	4	5
Não sabe	5	2	0	2	3	9
Total em %	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	6264	2912	560	1701	651	3352
Total N.ºs. absolutos	6264	3147	628	1836	683	3117

Projeto: PO3341 • Base: Total da amostra – Brasil • Data do campo – 17 e 18/07/2006

P.28. O Estatuto também prevê que sejam reservadas no mínimo 20% das vagas nas empresas públicas e privadas para pessoas negras e descendentes de negros. E você é a favor ou contra que sejam reservadas vagas nas empresas para negros e descendentes de negros? (Resposta estimulada e única, em %)

GRAU DE CONHECIMENTO DO ESTATUTO DE IGUALDADE RACIAL						
	TOTAL	TOMOU CONHECIMENTO	Está bem informado	Está mais ou menos informado	Está mal informado	NÃO TOMOU CONHECIMENTO
A favor	68	65	58	67	66	70
Contra	23	31	40	28	28	17
Indiferente	4	3	1	4	4	4
Não sabe	5	1	0	2	3	8
Total em %	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	6264	2912	560	1701	651	3352
Total N.ºs. absolutos	6264	3147	628	1836	683	3117

Projeto: PO3341 • Base: Total da amostra – Brasil • Data do campo – 17 e 18/07/2006

Mercado de trabalho

Há uma posição favorável de 68% para a reserva de vagas em empresas públicas e privadas para o afrodescendente. Contrários a essas cotas representam 23% dos entrevistados pela pesquisa do Instituto Datafolha. Também nesse item “mercado de trabalho” o tempo de estudo exerce influências: 73% dos que têm escolaridade fundamental são a favor, como ainda, 67% dentre os estudantes do ensino médio.

O percentual cai para 45% para quem está cursando ou concluiu o superior. Dentre os afrodescendentes, 70% adotam o sistema de cotas no mercado de trabalho (22% são contra); do mesmo modo que 64% dos brancos (28% discordam). Os indígenas são 80% favoráveis.

Outro item polêmico

Entre as propostas, além da reserva de vagas para negros nas universidades

está a criação de políticas públicas para a população estimada em 90 milhões de brasileiros. O projeto sugere ainda a criação de um Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ponto que tem enfrentado resistências do governo. O Fundo objetiva promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros, especialmente em áreas como educação e emprego, e será composto, dentre outros, de recursos provenientes da Lei Orçamentária da União. ■

P.29. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse de acordo com este cartão o quanto concorda ou discorda de cada uma delas. Então, quanto a ___ você concorda ou discorda? Totalmente ou em parte? (Resposta estimulada e única, em %)							
		TOTAL	GRAU DE CONHECIMENTO DO ESTATUTO DE IGUALDADE RACIAL				
			TOMOU CONHECIMENTO	Está bem informado	Está mais ou menos informado	Está mal informado	NÃO TOMOU CONHECIMENTO
As cotas nas universidades são necessárias porque os negros foram escravizados e merecem ser compensados por isso	CONCORDA	54	50	49	50	49	58
	Concorda totalmente	37	32	34	32	30	41
	Concorda em parte	18	18	15	18	19	18
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	9	5	3	5	8	11
	DISCORDA	37	45	48	44	44	29
	Discorda em parte	10	11	9	11	10	9
	Discorda totalmente	27	34	39	33	33	21
	NÃO SABE	0	0	-	0	-	1
As vagas nas universidades devem ser ocupadas pelos melhores alunos, independente da cor, raça ou condição social	CONCORDA	78	81	80	81	79	76
	Concorda totalmente	60	63	66	62	60	57
	Concorda em parte	18	18	14	19	18	18
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	8	6	6	5	10	10
	DISCORDA	13	13	14	13	12	14
	Discorda em parte	6	7	7	7	7	6
	Discorda totalmente	7	6	7	6	5	8
	NÃO SABE	0	0	-	0	-	1
Deveriam ser criadas cotas nas universidades para pessoas pobres e de baixa renda, independente de raça	CONCORDA	87	88	84	89	87	86
	Concorda totalmente	73	73	69	74	73	72
	Concorda em parte	14	14	15	14	14	14
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	6	4	3	3	5	7
	DISCORDA	7	8	13	7	7	6
	Discorda em parte	3	3	4	2	3	2
	Discorda totalmente	4	5	8	5	4	3
	NÃO SABE	1	0	-	1	-	1
Reservar cotas nas universidades para os negros é uma coisa humilhante para eles	CONCORDA	48	51	55	50	50	45
	Concorda totalmente	31	34	40	33	32	28
	Concorda em parte	17	17	15	17	18	17
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	12	9	7	8	12	15
	DISCORDA	39	40	38	41	38	39
	Discorda em parte	14	15	10	16	16	13
	Discorda totalmente	25	25	27	25	22	26
	NÃO SABE	1	0	-	1	-	1
As cotas para negros nas universidades são fundamentais para ampliar o acesso de toda a população à educação	CONCORDA	67	64	62	65	62	70
	Concorda totalmente	46	44	46	44	43	48
	Concorda em parte	21	20	16	21	19	22
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	11	8	6	7	13	14
	DISCORDA	21	28	32	28	25	16
	Discorda em parte	8	10	7	11	9	7
	Discorda totalmente	13	18	24	17	16	9
	NÃO SABE	1	0	-	1	-	1
Reservar cotas para negros nas universidades pode gerar atos de racismo	CONCORDA	55	59	64	57	57	52
	Concorda totalmente	36	41	47	41	35	31
	Concorda em parte	20	18	17	16	22	21
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	11	8	5	8	12	13
	DISCORDA	34	33	31	34	31	34
	Discorda em parte	11	11	8	12	10	11
	Discorda totalmente	23	22	23	22	20	23
	NÃO SABE	1	0	-	1	0	1
	Total em %	100	100	100	100	100	100
	Base ponderada	6264	2912	560	1701	651	3352
	Total N°s. absolutos	6264	3147	628	1836	683	3117
Projeto: PQ3341 • Base: Total da amostra – Brasil • Data do campo: - 17 e 18/07/2006							

s mitos raciais

Dois manifestos dividiram a sociedade brasileira: um contra a definição de cotas para negros e índios nas universidades e a reserva de vagas para minorias no serviço público; outro, a favor. Nos dois manifestos, impressionam a falta de argumentos e a ausência de propostas alternativas dos adversários das duas políticas de ação afirmativa, a não ser a reafirmação da universalidade dos direitos -da igualdade de todos perante a lei.

Esse é um princípio fundamental da nossa Constituição, mas, sendo ela um documento do século 20, não é um princípio vazio de conteúdo social. No século 18, a igualdade de todos perante a lei representava um grande avanço político quando a burguesia liberal lutava contra o Estado absoluto: era a luta de uma classe média em ascensão contra uma aristocracia montada em cima de privilégios legais.

Depois disso, porém, o mundo avançou politicamente. Percebeu-se que não bastava a igualdade perante a lei, era preciso também a igualdade de oportunidades entre as classes sociais e entre as raças.

No Brasil, preocupamo-nos apenas com a igualdade social. Alguns avanços foram alcançados nesse campo, embora o país continue um dos mais

*Por: Luiz Carlos Bresser
Pereira, professor emérito da
FGV, ex-ministro da Fazenda,
da Reforma do Estado, e
da Ciência e Tecnologia*

desiguais do mundo. No plano racial, porém, fomos incrivelmente displicentes. Apoiados no fato de que somos um país mestiço – e, de fato, somos –, supusemos que tínhamos aqui uma democracia racial – ou quase. Não a temos – nem quase. Caetano Veloso estava certo quando concordou que a democracia racial no Brasil era um mito e acrescentou: “Mas um belo mito”.

De fato, é um belo mito, no sentido de nos fazer orgulhosos de nossa mestiçagem e de nos levar a rejeitar toda discriminação racial. Mas a rejeição é teórica. Na prática, a discriminação no Brasil é fortíssima, conforme todas as pesquisas comprovam. Se o Brasil é injusto no plano social, é ainda mais no racial.

Nas universidades, por exemplo, há apenas 2% de negros estudantes e apenas 1% de negros docentes, embora eles constituam 45% da população brasileira.

É por essa razão que há alguns anos surgiu o movimento no sentido de implantar no Brasil iniciativas de ação afirmativa. Quando o movimento começou, os nacionalistas de ocasião disseram que isso era invenção americana; alguns hesitaram em lembrar o triste argumento do branqueamento gradual; outros apontaram as dificuldades em distinguir as raças no Brasil; a maioria dos contrários argumentou que a definição legal de raças só agravaria a situação. Por quê? Porque tornaria as diferenças raciais, que no Brasil são muitas vezes imprecisas, claras e, por essa razão, poria em cheque a “paz racial” ou a “harmonia natural” que rege-



Foto: Lalo de Almeida/Folha Imagem

riam as relações de raça no país.

Vemos, assim, que há outras versões do mito da democracia racial: versões que colocam a ordem, transmutada em paz e em harmonia, no centro da questão. O conservadorismo de nossa sociedade reaparece assim com toda a força.

Além dos argumentos liberais da igualdade perante a lei, também os argumentos da defesa da ordem ressurgem no debate. A paz social é necessária, mas não é perpetuando a injustiça que ela será alcançada.

Não basta que se almeje “um Brasil no qual ninguém seja discriminado”, como diz o manifesto contra. É preciso ter a coragem que 30 universidades brasileiras já tiveram e começar a adotar ações afirmativas contra a discriminação.

As ações afirmativas que estão sendo propostas não são apenas justas: são razoáveis. Elas não ameaçam a ordem, apenas fazem avançar modestamente a justiça.

Têm razão os subscritores do manifesto a favor quando afirmam que o documento contra “parece uma reedição, no século 21, do imobilismo subjacente à Constituição da República de 1891: zerou, num toque de mágica, as desigualdades causadas por séculos de exclusão e racismo e jogou para um futuro incerto o dia em que negros e índios poderão ter acesso equitativo à educação, às riquezas, aos bens e aos serviços acumulados pelo Estado brasileiro”. ■

Ação afirmativa sem o populismo das cotas

Por: Gesner Oliveira, doutor em economia pela Universidade da Califórnia (Berkeley), professor da FGV-EAESP, presidente do Instituto Tendências de Direito e Economia e ex-presidente do Cade.

Há razões de sobra para ação afirmativa no Brasil. O Brasil nunca foi e não é uma democracia racial. As estatísticas disponíveis indicam abismo social em desfavor de negros. No entanto, os mecanismos propostos de cotas dissociados de critérios de desempenho constituem erro grave que prejudica os grupos que em tese deveriam ser beneficiários da medida. Tais proposições estão contidas nos projetos de Lei de Cotas (PL 73/1999) e o de Estatuto da Igualdade Racial (PL 1198/00) que se encontram em fase final de tramitação no Congresso. A discriminação racial não é menor no Brasil do que em outros países, como os EUA. Quem já a sentiu na pele, sabe que o preconceito aqui não

tem nada de cordial. É só diferente. Esta lição foi transmitida há mais de meio século pelo saudoso sociólogo Oracy Nogueira. No Brasil prevaleceria “preconceito de cor (ou de marca)”, caracterizado pela discriminação em função de traços físicos do indivíduo. Nos EUA ocorreria o “preconceito de origem”, marcado pela exclusão em função de pertinência a determinada etnia. Neste último caso, haveria uma auto-identificação natural do grupo discriminado. Em contraste, a química social brasileira permitiria a troca de cor ao longo do tempo mediante a miscigenação. Ao pesquisar famílias de descendentes de ilustres negros do século XIX, chamou a atenção do Professor

Oracy o fato de encontrar uma grande maioria de brancos. O “branqueamento” passaria a ser uma das estratégias de ascensão e sobrevivência. Nesse contexto, torna-se ambígua a definição de grupos raciais para efeito de criação de direitos, como têm alertado diversos estudiosos. Outro pecado capital no sistema de cotas é a dissociação entre mérito acadêmico e a obtenção de uma vaga. Segundo as regras defendidas pelo governo, o aluno ganha mais pontos por ser negro e não por ter rendimento escolar de excelência. Trata-se de discriminação que, pela sua própria natureza, é ineficiente. Trata-se de discriminação reversa que é tão injusta quanto a original e

geradora de grupos de interesse que passam a fazer *lobby* pela perpetuação de seus privilégios.

Um sistema de cotas dissociado do mérito acadêmico reduz ainda mais a qualidade e reputação das universidades públicas. Isso enfraquece mecanismo de mobilidade social. Um diploma de uma boa universidade não acrescenta muito para quem tem dinheiro e relacionamento social. Mas pode ser a única via de ascensão possível para o pobre. O comprometimento do sistema de acesso ao ensino superior é portanto regressiva; prejudica mais aqueles que dependem da escola pública para melhorar seu padrão de vida.

Os defensores das cotas argumentam que as evidências existentes indicam que o desempenho dos cotistas tem sido melhor ou pelo menos equivalente ao desempenho dos alunos não cotistas. Pesquisas neste sentido foram realizadas, por exemplo, na UERJ e na UFBA. Porém, se tais resultados puderem ser generalizados (algo duvidoso, pois ainda se referem a poucas localidades e a um período curto), o problema é muito mais grave. Pois lançando mão de critério de seleção aleatório, que não guarda nenhuma relação com mérito acadêmico, seria possível atingir grupo com melhor desempenho. Isso revelaria a necessidade de melhorar o vestibular (o que aliás, é uma boa idéia) e não de apoiar sistema de cotas. Aceitar a lógica do argumento dos cotistas equivale a admitir a avacalhação geral da universidade pública.

Há alternativas para atingir os objeti-



Gesner Oliveira

vos do sistema de cotas sem incorrer em seus defeitos. Artigo recente do teórico de Direito e Economia Robert Cooter da Universidade da Califórnia mostra, por exemplo, como incentivos flexíveis são superiores a fórmulas centralizadoras e burocráticas como o sistema de cotas.

A prioridade ao ensino público básico de boa qualidade constitui instrumento poderoso no médio prazo. Mas há boas propostas de curto prazo, como os cursinhos preparatórios gratuitos para comunidades carentes. Ou ainda o reforço das bolsas

de estudo, emprego temporário na própria universidade e crédito educativo. Recursos adicionais para tais programas podem ser obtidos mediante contribuições de alunos, dimensionadas de acordo com a capacidade de pagamento das famílias.

Cada universidade poderia estabelecer de forma autônoma e adequada à sua realidade metas de diversidade étnica, cultural e social e promover os meios democráticos para que grupos menos favorecidos tenham igual oportunidade de pleitear vaga no ensino superior. ■



s eleições no México: aprimorando a democracia

Por: Alberto Pfeifer, professor de Relações Internacionais da Universidade São Marcos-SP e Coordenador Geral Executivo Internacional do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) - pfeifer@usp.br

Felipe Calderón, do Partido Ação Nacional (PAN), ganhou mais votos para presidente do México na eleição de 2 de julho passado. O resultado oficial sacramentará a exígua diferença de 0,51%, ou cerca de 240 mil votos, com relação a Andrés Manuel López Obrador, do Partido da Revolução Democrática (PRD), de centro-esquerda, e será conhecido somente em 31 de agosto, quando o Tribunal Eleitoral proclamará o vencedor. López Obrador contesta o resultado e tem mobilizado seus seguidores em monumentais manifestações públicas na Cidade do México.

O México passa por uma longa transição à democracia, desde finais dos anos 80, quando o monopólio político e eleitoral do Partido Revolucionário Institucional (PRI) começou a ser solapado. A eleição de Ernesto Zedillo, da ala moderna do PRI, em 1994, foi a inflexão no sentido da liberalização do controle partidário sobre a vida mexicana. Zedillo governou de um modo novo, dando impulso à reforma do Estado e à retirada dos privilégios diretos aos correligionários do PRI.

Felipe Calderón segue a estirpe de Zedillo: jovem tecnocrata, com estofo acadêmico – graduado em Harvard; Zedillo é egresso de Yale – e baixo perfil pessoal, o que pode facilitar o encontro de uma fórmula de governabilidade que necessariamente passará por outros partidos além do PAN. Note-se que o controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal será dividido entre os três principais partidos, em partes aproximadamente iguais, assim como tem sido nas últimas eleições.

O pecado original do presidente atual, Vicente Fox, um bem-sucedido executivo de multinacionais, foi não ter logrado a costura legislativa que lhe permitisse implementar a agenda modernizadora que dele se esperava, logo após o retumbante triunfo do ano 2000. Fox enredou-se na percepção de que o sufrágio lhe bastaria, o que se provou equivocado. Deixará a presidência com razoável performance econômica – PIB crescendo acima dos 3% ao ano em média, renda per capita acima dos US\$ 7000 anuais, país com grau de investimento, inflação

abaixo dos 5% ao ano, corrente de comércio próxima aos US\$ 500 bilhões anuais – mas com a pecha da frustração, ante as expectativas criadas em 2000.

López Obrador oferece uma lição crucial a Calderón: atender os anseios das camadas mais pobres (40% da população vive com menos de US\$ 3/dia) e implementar uma explícita agenda social. Esse apelo messiânico foi o mote da popular prefeitura de López Obrador na Cidade do México. Se não atender os reclamos de maior equidade (10% dos mexicanos detêm 43% da renda nacional), Calderón terá diante de si o efeito paralisante das hordas insatisfeitas e propiciará um palanque de seis anos para Obrador. Se, ao contrário, conseguir neutralizar o populismo de Obrador, poderá consolidar-se como a liderança modernizadora que conduzirá ao México a uma época pós-Nafta, ou seja, além da vinculação umbilical com os Estados Unidos via Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

Um México pós-Nafta será um país calcado na realização pragmática de uma economia e de uma sociedade que não cabem mais em si mesmas, ou seja, contrária à visão autárquica, nacionalista e assistencialista personificada em López Obrador e ainda encampada por muitos, no México e em toda a América Latina. Um México pós-Nafta é um país que realiza seu potencial a partir do aproveitamento da política de sua demografia – onde o papel dos imigrantes, notadamente os 12 milhões de mexicanos que vivem nos Estados Unidos, se destaca – e na geografia contem-



Alberto Pfeiffer

porânea do capital privado mexicano, cujas corporações transnacionais mostram-se competitivas, nos mais variados setores, em todos os cantos do mundo.

Calderón terá a oportunidade de realizar em seu sexênio as reformas estruturais por todos conhecidas, mas que dependem de costura política de árdua obtenção. Um grande desafio que terá que enfrentar, tanto no plano social como econômico, será dotar os jovens trabalhadores mexicanos das qualificações educacionais necessárias para que a competitividade sistêmica do país não perca

contato com o que oferecem China e Índia, seus maiores competidores no mercado dos EUA em, respectivamente, bens industriais e serviços. Paradoxalmente, a fonte da maior pobreza do México é o meio rural, e aqui urge rever o capítulo agrícola do Nafta, a fim de acomodar os impactos sociais de uma transição agrária liberalizante mal conduzida. Um remédio para esse problema terá o duplo condão de melhorar a produtividade agrícola mexicana e reter potenciais imigrantes ilegais aos EUA, sendo de interesse comum a ambos os países. ■

Vinha e o Ceticismo

A Humanidade tem
vivido sob a ditadura
de suas próprias
criações

Por José de Paiva Netto, escritor, jornalista, radialista, compositor e poeta. É Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade.

A Ciência, iluminada pelo Amor, eleva o Homem à conquista da Verdade. A Humanidade tem vivido sob a ditadura de suas próprias criações castradoras nos vastos ramos em que progride.

O resultado não tem sido o melhor, basta ver os escabrosos desníveis sociais mantidos em um mundo “civilizado”. Clara propensão suicida. Um dia, a casa pode cair, como na marchinha de carnaval, cantada por Emilinha Borba.

É flagrante a necessidade de alargar a ótica do pensamento criador humano, para que finalmente se torne promotor da grande libertação que resta por fazer. Em que bases? Nas do Espírito, desde que não considerado

mediocre projeção da mente, porquanto é a Sublime Luminosidade que dá vida ao corpo: eis a Grande Vinha que o Criador oferece à criação para livrá-la da zonzearia do ceticismo excessivo. Bem que uma dose dele seja bastante salutar, desde que apreciemos esta advertência de James Laver, antigo responsável pelos departamentos de Gravura, Desenho e Pintura do Victoria and Albert Museum, de Londres, entre 1938 e 1959: “O ceticismo absoluto é tão injustificado quanto a credulidade absoluta”. O Espírito é a objetividade; a carne, a vestimenta que urge ser bem cuidada, porque desta depende ele para evoluir.

O Amor é a chave da Nova Consciência

Com razão, escreveu Isaías, 55:3 e 6: Inclinaí os vossos ouvidos, e vinde a mim; ouvi, e a vossa Alma viverá; porque convosco farei uma aliança perpétua. (...) Buscai o Senhor enquanto se pode achar, invocai-O enquanto está perto.

Seguir o conselho do Profeta é mais que aumentar o Conhecimento, é banhá-lo com a Divina Claridade do Amor, a chave que nos abre as amplas searas da Nova Consciência, que faz da Solidariedade a sua perfeita estratégia. E aqui surge o Novo Renascimento,

cuja Suprema Inspiração desce a nós diretamente de Deus.

Não foi sem propósito o conselho do Buda, no leito de morte, a seu “discípulo amado”, como João Evangelista o foi do Cristo:

Agora, Ananda, encontra a tua luz!

Ora, o indivíduo que não descobre a Luz para a sua própria luz conserva-se na região da sombra, à margem da realidade, que é muito mais do que considera como efetivamente concreto. Se ele emprega, como defendem alguns pesquisadores, apenas 10% da capacidade cerebrina, o que é possível pontificar como incontestável, se nem ainda possui o completo controle das funções da sua massa encefálica? Disso decorrem os acidentes de percurso individuais e coletivos, com suas perturbações atávicas que provocam discriminações, sectarismos e alimentam até mesmo dogmas científicos paralisadores. Daí também os óbices entre a comunicação da Humanidade de Cima com a de baixo (dos Seres Espirituais com os terrenos), tendo em vista o relacionamento árduo da pessoa com o próprio Espírito, que ela teima em menoscar.

Não há limites para o Universo Divino

Para entendermos os ambientes mais elevados, é necessário aceitarmos que funcionam empregando a Luz, que é “matéria” quintessencia-



José de Paiva Netto

da, fluida, em regiões situadas até mesmo depois daquelas que nossa atual compreensão das coisas alcança. Há esferas além das esferas, adiante do que os astrônomos já vêm considerando como o hiperespaço. A fronteira é muito mais longínqua, porque não há limites para o Universo de Deus.

O Planeta angustia-se sob o impacto de merencória carência sentimental, porque tem preferido desenvolver-se, valendo-se dos constringentes meios físicos, em vez de, *pari passu*, agir com o instrumental que lhe oferece a Inspiração Celeste. Esta é uma das providências básicas a serem tomadas para que o Saber Terreno possa desvendar o fundamento Espírito, que nele próprio habita.

Não devemos abrir mão de Deus

A civilização precisa das suas inmensuráveis qualidades investigativas, mas não deve abrir mão de Deus. Evidentemente, não se trata aqui do caricato ser antropomórfico, histórico empecilho ao urgente fraternal abraço que, um dia, unirá duas grandes irmãs: Ciência e Religião.

Negando, a priori, a essência do que procura, torna difícil ao campo científico o privilégio de beneficiar-se com a confirmação do que, por instinto, busca. É como a criança que, batendo o pé nervosamente, protesta dizendo não gostar de um alimento que nem sequer experimentou. Haja paciência do Pai, o Celestial! ■



Por: Marco Aurélio Mello, presidente do Supremo Tribunal Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal

Infelizmente, vivenciamos tempos muito estranhos, em que se tornou lugar-comum falar dos descabros que, envolvendo a vida pública, infiltraram na população brasileira – composta, na maior parte, de gente ordeira e honesta – um misto de revolta, desprezo e até mesmo repugnância. São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o País em dois segmentos estanques – o da corrupção, seduzido pelo

projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir.

Não há, nessas afirmações – que lamentar ter de lançar –, exagero algum de retórica. Não passa dia sem deparmos com manchete de escândalos. Tornou-se quase banal a notícia de indiciamento de autoridades dos diversos escalões não só por um crime, mas por vários, incluindo o de formação de quadrilha, como por último consignado em denúncia do Procurador-Geral da República, Doutor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. A rotina de desfaçatez e indignidade parece não ter limites, levando os já conformados cidadãos brasileiros

a uma apatia cada vez mais surpreendente, como se tudo fosse muito natural e devesse ser assim mesmo; como se todos os homens públicos, nas mais diferentes épocas, fossem e tivessem sido igualmente desonestos, numa mistura indistinta de escárnio e afronta, e o erro passado justificasse os erros presentes.

A repulsa dos que sabem o valor do trabalho árduo se transformou em indiferença e desdém, como acontece quando, por vergonha, alguém desiste de torcer pelo time do coração e resolve ignorar essa parte do cotidiano. É a tática do avestruz: enterrar a cabeça para deixar o vendaval passar. E seguimos como se nada estivesse acontecendo. Perplexos, percebemos, na simples comparação entre o discurso



Marco Aurélio Mello

oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tornou um país do faz-de-conta. Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam – o que lhes daria uma carta de alforria prévia para continuar agindo como se nada de mal houvessem feito. Faz de conta que não foram usadas as mais descaradas falcatruas para desviar milhões de reais, num prejuízo irreversível em país de tantos miseráveis. Faz de conta que tais tipos de abusos não continuavam se reproduzindo à plena luz, num desafio cínico à supremacia da lei, cuja observação é tão necessária em momentos conturbados.

Se, por um lado, tal conduta pre-

ocupa, porquanto é de analfabetos políticos que se alimentam os autoritarismos, de outro surge insofismável a solidez das instituições nacionais. O Brasil, de forma definitiva e consistente, decidiu pelo Estado Democrático de Direito. Não paira dúvida sobre a permanência do regime democrático. Inexiste, em horizonte próximo ou remoto, a possibilidade de retrocesso ou desordem institucional. De maneira adulta, confrontamo-nos com uma crise ética sem precedentes e dela haveremos de sair melhores e mais fortes. Em Medicina, “crise” traduz o momento que define a evolução da doença para a cura ou para a morte. Que saíamos dessa com invencíveis

anticorpos contra a corrupção, principalmente a dos valores morais, sem a qual nenhuma outra subsiste.

Nesse processo de convalescença e cicatrização, é inescusável apontar o papel do Judiciário, que não pode se furtar de assumir a parcela de responsabilidade nessa avalanche de delitos que sacode o País. Quem ousará discordar que a crença na impunidade é que fermenta o ímpeto transgressor, a ostensiva arrogância na hora de burlar todos os ordenamentos, inclusive os legais? Quem negará que a já lendária morosidade processual acentua a ganância daqueles que consideram não ter a lei braços para alcançar os autoproclamados donos do poder? Quem sobriamente apostará na punição exemplar dos responsáveis pela sordidez que enlameou gabinetes privados e administrativos, transformando-os em balcões de tenebrosas negociações?

Essa pecha de lentidão – que se transmuta em ineficiência – recai sobre o Judiciário injustamente, já que não lhe cabe outro procedimento senão fazer cumprir a lei, essa mesma lei que por vezes o engessa e desmoraliza, recusando-lhe os meios de proclamar a Justiça com efetividade, com o poder de persuasão devido. Pois bem, se aqueles que deveriam buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos preferem ocultar-se por trás de negociatas, que o façam sem a falsa proteção do mandato. A República não suporta mais tanto desvio de conduta.

Eis o poder revolucionário do voto, com o qual, eleição após eleição, estamos os brasileiros a nos afeiçoar de

tal forma que, muito em breve, os candidatos aprenderão a respeitá-lo, se não puderem honrá-lo de espontânea vontade.

Que a importância do voto sirva de argumento àqueles que pregam, como vindita por tanta infâmia, a anulação do escrutínio. Ao reverso do abatimento e da inércia, é de conclamar o povo, principalmente os mais jovens, a se manifestar pela cura, não pela doença, não pela podridão do vale-tudo, que corrói, com a acidez do cinismo, a perspectiva de um futuro embasado em valores como retidão, dignidade, grandeza de caráter, amor à causa pública, firmeza de propósitos no empenho incondicional ao progresso efetivo, e não meramente marqueteiro, do País. Ao usar a voz da urna, o povo brasileiro certamente ouvirá o eco victorioso da cidadania, da verdade – que, sendo o maior dos argumentos, mais dia, menos dia, aparecerá –, alfim, da indispensável liberdade, viciados que estamos todos na autodeterminação viabilizada, sem retorno, pela democracia.

Àqueles que continuam zombando diante de tão simples obviedades, é bom lembrar que não são poucos os homens públicos brasileiros sérios, cuja honra não se afasta com o titilar de moedas, com promessas de poder ou mesmo com retaliações, e que a imensa maioria dos servidores públicos abomina a falta de princípios dos inescrupulosos que pre-

tendem vergar o Estado ao peso de ideologias espúrias, de mirabolantes projetos de poder. Aos que laboram em tamanhas tolices, nunca é demais frisar que se a ordem jurídica não aceita o desconhecimento da lei como escusa até do mais humilde dos cidadãos, muito menos há de admitir a desinformação dos fatos pelos agentes públicos, a brandirem a ignorância dos acontecimentos como tábua de salvação.

Já se antevê o significado do certame que se avizinha, incumbindo a cada eleitor perceber que o voto, embora

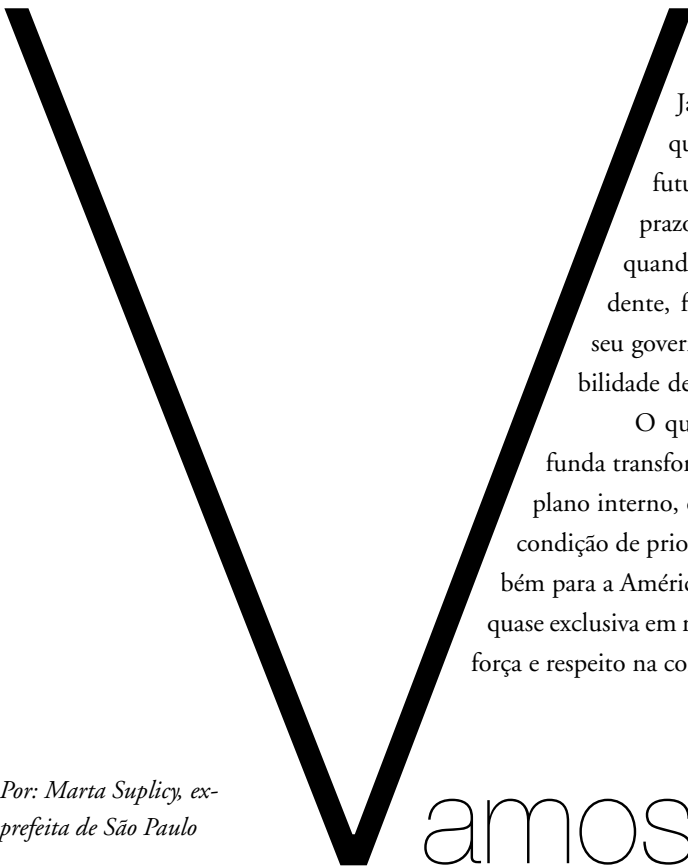
Não haverá contemporizações a pretexto de eventuais lacunas da lei, até porque, se omissa a legislação, cumpre ao magistrado interpretá-la à luz dos princípios do Direito, dos institutos de hermenêutica, atendendo aos anseios dos cidadãos, aos anseios da coletividade. Que ninguém se engane: não ocorrerá tergiversação capaz de turbar o real objetivo da lei, nem artifício conducente a legitimar a aparente vontade das urnas, se o pleito mostrar-se eivado de irregularidades.

individualizado, a tantos outros se seguirá, formando o grande todo necessário à escolha daqueles que o representarão. Impõe-se, nesse sagrado direito-dever, a conscientização, a análise do perfil, da vida pregressa daqueles que se apresentem, é de presumir – repito – para servir com honestidade de propósito e amor aos concidadãos, dispostos, acima de tudo, a honrar a coisa pública. Somente dessa forma o eleitor responderá às exigências do momento, ficando credenciado, em passo seguinte, à cobrança.

No que depender desta Presidência, o Judiciário compromete-se com redobrado desvelo na aplicação da lei. Não haverá contemporizações a pretexto de eventuais lacunas da lei, até porque, se omissa a legislação, cumpre ao magistrado interpretá-la à luz dos princípios do Direito, dos institutos de hermenêutica, atendendo aos anseios dos cidadãos, aos anseios da coletividade. Que ninguém se engane: não ocorrerá tergiversação capaz de turbar o real objetivo da lei, nem artifício conducente a legitimar a aparente vontade das urnas, se o pleito

mostrar-se eivado de irregularidades. Esqueçam, por exemplo, a aprovação de contas com as famosas ressalvas. Passem ao largo das chicanas, dos jeitinhos, dos ardis possibilitados pelas entrelinhas dos diplomas legais. Repito: no que depender desta Cadeira, não haverá condescendência de qualquer ordem. Nenhum fim legitimará o meio

condenável. A lei será aplicada com a maior austeridade possível – como, de resto, é o que deve ser. Bem se vê que os anticorpos de que já falei começam a produzir os efeitos almejados. Esta é a vontade esmagadora dos brasileiros. No mais, é aguçar os sentidos, a coragem, é aumentar a dedicação, acurar a inteligência e desdobrar as horas e as forças, no intuito único de servir à aspiração geral por um pleito limpo, civilizado e justo. É o que o Brasil merece e espera. É o que solenemente prometi ao assumir a Presidência do STE. ■



Já estamos às vésperas de outubro de 2006, momento em que o Brasil voltará às urnas para se manifestar sobre seu futuro mais imediato e, sem dúvida, o de médio e longo prazos. Vivemos um momento importante. Há quatro anos, quando Luiz Inácio Lula da Silva vencia a eleição para presidente, faziam-se inúmeras projeções. Agora, temos o saldo de seu governo para avaliar, e, mais que isso, novamente a responsabilidade de escolher pelo voto o futuro que queremos para o país.

O que aconteceu com o Brasil nos últimos anos? Uma profunda transformação, que impõe diferença em relação ao passado. No plano interno, o tripé inclusão social, educação e trabalho foi elevado à condição de prioridade; no internacional, o Brasil voltou seus olhos também para a América Latina, a África e a Ásia, rompendo com uma política quase exclusiva em relação aos Estados Unidos e União Européia. Ganhamos força e respeito na comunidade internacional.

Por: Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo

amos às urnas para dar passos mais arrojados

Não é propaganda, mas levantamento científico por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com pesquisadores do International Poverty Centre da Organização das Nações Unidas (ONU), que aponta, em 2004, o crescimento da renda média do brasileiro em 3,6%, enquanto a dos mais pobres chegou a atingir 14,1%, numa sequência de melhor distribuição a partir de 2001. A desigualdade social chegou ao menor nível desde o censo realizado em 1960, diz este estudo, intitulado “Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro”, e que tem por base a Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad - IBGE), com dados de 2004. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) constata: foi expressivo o impacto do aumento do salário mínimo e da Bolsa-Família sobre a desigualdade social. O Bolsa-Família, principal programa de transferência de renda do governo federal, atende atualmente cerca de 9,2 milhões de famílias. Em grande parte, um bom sonho que virou realidade: a maioria das crianças incluídas faz hoje três refeições ou mais ao dia, conforme se confere em mais um trabalho de campo, desta vez assinado pela Uni-

versidade Federal Fluminense (UFF). Saindo de R\$ 200 para R\$ 350, entre 2003 e 2006, o salário mínimo acumula crescimento do valor nominal de 75% e incremento do valor real de 25,3%, com impacto direto na vida de 40 milhões de pessoas entre trabalhadores e beneficiários da Previdência e Assistência Social que recebem até um salário.

Dos resultados da educação, destaca-se que, desde o final de 2004, quando foi criado o ProUni (Programa Universidade para Todos), já foram oferecidas 250 mil bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, sendo 63

mil afrodescendentes. Desde o início de 2006, também há, para alunos de cursos com três ou mais anos de duração e carga horária diária média de seis ou mais horas de aula, uma bolsa-permanência de R\$ 300, por mês. A maioria das 1.500 bolsas já concedidas foi para alunos da área da saúde, especialmente medicina. Precisamos muito desses profissionais! A expansão de ensino superior no país é fundamental. Estão sendo criadas, na rede pública federal, quatro universidades, transformadas seis faculdades em universidades e construídos e ampliados 40 campi. Serão geradas 125 mil vagas em cinco anos, um aumento de 21,75% no total de alunos hoje matriculados nesta rede. Recentemente, tivemos o anúncio de mais medidas que projetam um futuro melhor para todos os níveis e etapas do ensino no Brasil, desde a educação básica até o ensino profissional. Em 2006, serão aplicados R\$ 400 milhões no ensino médio. Em 2004 e 2005, foram outros R\$ 600 milhões.

Estes resultados na inclusão social e nos investimentos na educação foram possíveis porque houve prioridade política. Nos últimos três anos, essas ações foram potencializadas em virtude de a economia brasileira ter alcançado patamares que não víamos desde o início da década passada. Inflação baixa e sob controle, números recordes da balança comercial e aumento do poder de compra da população e de renda dos trabalhadores, círculo virtuoso da economia, que gerou mais empregos formais. De janeiro de 2003 a fevereiro deste ano, foram criados 4 milhões de postos de trabalho formais – média mensal de 100 mil novos empregos com carteira assinada no país.



Marta Suplicy

É certo que hoje o Brasil está preparado para dar passos mais arrojados, num processo que nos permitirá alcançar taxas de juros mais condizentes com a proposta de crescimento e aumento da riqueza nacional. Mas também é verdade que importantes reformas são necessárias para fazer do Estado brasileiro um verdadeiro indutor de desenvolvimento. Essas reformas exigem superar o clima atual de divisão e assegurar um pacto nacional pelo Brasil, unindo os principais partidos políticos em torno destas reformas e assegurando uma maioria no congresso nacional em favor deste pacto. O crescimento assustador do crime organizado nos

impele pôr de lado a demagogia e a politicagem para atacar a raiz desse flagelo que assola o país e em particular no maior estado da federação, São Paulo.

Temos também todas as condições de, a partir do processo eleitoral, garantir um projeto sustentável para o país, construir uma agenda de consenso, que assegure, ouvindo os principais partidos e a sociedade civil organizada, a reforma política e a discussão de assuntos da máxima importância, como a questão de cotas de inclusão, dentre tantas outras ações. Acredito que este caminho é necessário e que das urnas sairá uma democracia mais forte. ■

Momento importante para o país

O eleitor deve valorizar o voto, analisar bem quem é o seu candidato: ver o que ele fez ou mesmo deixou de fazer. “As eleições neste ano são bastante complexas, principalmente do ponto de vista do eleitor que deve estar bem informado, inclusive, quanto à ordem de votação. Esse é um momento importante que deve ser levado muito a sério”, considera Paulo Henrique Barbosa Pereira, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, desde fevereiro deste ano, preside o Tribunal Regional Eleitoral –TRE-SP, cargo que irá ocupar até 2008.

Aos 67 anos, nascido na cidade de Taubaté, o desembargador Paulo Henrique ingressou no Ministério Público em 1967 e ocupou diversos cargos até chegar a Procurador da Justiça (1982) e Desembargador do Tribunal de Justiça (1989), porém mantém na sua forma de expressar o comportamento simples e trans-

parente que distingue as pessoas do interior do Estado. É de responsabilidade do presidente do TRE ordenar despesas (licitações, compras, reformas, danos etc). O orçamento para as eleições este ano é de R\$ 35 milhões. A parte jurídica cabe ao Corregedor Geral.

O prédio do TRE-SP reúne cerca de mil servidores, agregando três mil em todo o estado, incluindo os cartórios eleitorais. Nas eleições têm quase 400 mil mesários trabalhando. Somam-se a esse contingente os funcionários requisitados de outros setores e secretarias.

Administrar um órgão como o TRE-SP não é tarefa fácil, basta analisar os números. Sua área de atuação abrange 645 municípios com mais de 28 milhões de eleitores. “Com sete milhões de eleitores, a capital paulista ocupa o 5º lugar em todo o País, perdendo somente para os estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro

ro e São Paulo. Dentre as principais atribuições do órgão, destacam-se a criação de zonas eleitorais, incluindo toda a sua estrutura. Na essência, o TRE prepara, organiza e apura as eleições”, informa o desembargador Paulo Henrique.

Minirreforma eleitoral

A minirreforma eleitoral trouxe mudanças significativas: foi proibida a utilização de outdoors e a confecção (utilização e distribuição por candidato ou comitê) de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor. Proibida, ainda, a realização de showmícios ou evento assemelhado para a promoção de candidato, bem como a apresentação (remunerada ou não) de artistas com o objetivo de animar comício e reunião eleitoral. “A colocação de



Paulo Henrique Barbosa Pereira

bens particulares de placas, cartazes ou outro tipo de propaganda eleitoral (em tamanho, característica ou quantidade) que possa configurar uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico, deverá ser apurada e punida”, esclarece o presidente do TRE. Apesar disso, é permitida a propaganda por meio de colocação de bonecos e cartazes não fixos ao longo das vias públicas, desde que não dificulte o bom andamento do trânsito, como também a comercialização de

e rádio será a grande mídia, beneficiando, inclusive, os partidos pequenos que não têm condições de fazer propaganda. Os candidatos poderão utilizar-se da internet.

Informatização, exemplo no exterior

Recentemente, um grupo de políticos da Coreia do Sul esteve presente no prédio do TRE-SP para conhecer como funciona a urna eletrônica.

ganização dos Estados Americanos, mantém um convênio para que a justiça eleitoral brasileira dê suporte aos países em desenvolvimento que queiram realizar eleição com o uso da urna eletrônica. Tanto que a urna já foi emprestada para vários países. O presidente do TSE e seus técnicos têm apresentado o modelo brasileiro para alguns países, uma vez que não é vendido, mas sim emprestado mediante convênio.

Como a urna funciona através de eletricidade, não há riscos de hacker. Inclusive, se houver problemas de corte de energia elétrica, ela funciona à bateria. O resultado da urna é imediato. “Isso é a história de evolução, pois nos meus tempos de escrevente no TRE, em 1964, eu saía às 5 horas da manhã carregando pesada urna até o Parque do Ibirapuera para receber os votos e depois fazer a contagem manual – um a um. A apuração levava uns 10 dias,” recorda-se o presidente Paulo Henrique. ■

Número de processos julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

No ano de 2002 : 4.172 processos julgados

No ano de 2004 : 3.670 processos julgados

material institucional que não contenha o nome, o número do candidato e cargo em disputa. Enfim, a propaganda eleitoral foi restringida, o horário eleitoral gratuito na televisão

Além deles, o órgão aguarda a visita de uma equipe de técnicos peruanos que pretendem levar a tecnologia para aquele país. O TSE - Tribunal Superior Eleitoral, com a OEA - Or-

"A discriminação racial e o preconceito ainda prevalecem no cotidiano dos brasileiros", diz Lula

Na opinião do candidato à reeleição à presidência da República pelo PT (nº 13), Luiz Inácio Lula da Silva, o Estatuto (da Igualdade Racial) é o instrumento legal que consolida e aperfeiçoa uma série de ações afirmativas para superar o racismo mediante a criação de mecanismos para reverter a condição de desvantagem socioeconômica em que se encontram os negros, baseado no reconhecimento da enorme importância da contribuição cultural, política e econômica dos afro-brasileiros para a nacionalidade. Lula, que respondeu ao questionário da Afirmativa através de sua comissão de programa de governo (Campanha Lula), disse que só dessa maneira o Estatuto torna a promoção da igualdade racial uma política de Estado, inalienável da sociedade brasileira.

Qual a sua plataforma no que diz respeito aos negros e afrodescendentes? Que projetos e idéias o senhor possui destinados à inclusão e ascensão do negro na sociedade? E no ensino superior?

Lula: O principal desafio é a implantação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que congrega medidas de curto, médio e longo prazos em todas as áreas da política pública. Várias dessas medidas já começaram a ser adotadas no Brasil e precisam ser fortalecidas e ampliadas. É preciso combinar programas assistenciais com aqueles que proporcionam a efetiva inserção dos negros na vida política e econômica do país, como o ensino universitário. Em março de 2003, o governo criou a Secretaria

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) para coordenar políticas de proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos discriminados. Publicou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, fundamentada nos princípios da transversalidade, descentralização e gestão democrática, e realizou em 2005 a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que reuniu instituições governamentais e da sociedade civil. As propostas apresentadas nessa ocasião foram a base para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Destacam-se entre as ações que devem ser continuamente ampliadas as políticas para quilombos, que propiciam a titula-

ção das terras dos quilombolas. Na educação, o programa Universidades para Todos oferece 203 mil bolsas de estudo para que alunos oriundos de escolas públicas possam estudar em instituições privadas, entre eles 63 mil negros e dois mil indígenas. Somadas a ele, 30 universidades públicas já adotam o sistema de reserva de vagas para negros e indígenas. Um orçamento da ordem de R\$ 2 milhões anuais está designado no Plano Plurianual (PPA 2004-2007) para implantar a Política Nacional de Saúde da População Negra. Em dezembro de 2004, foi lançado o "Projeto Afroatitude", que em 2005 e 2006 concedeu bolsas de iniciação científica para pesquisas sobre Aids e Saúde da População

Negra a 1050 estudantes cotistas negros em 11 universidades públicas.

Como o senhor enxerga iniciativas de inclusão de afrodescendentes, como a Lei de Cotas nas Universidades? O senhor é a favor da Lei de Cotas e por quê?

Lula: O Projeto de Lei 73/99, que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos advindos de escolas públicas, considerando a porcentagem de negros e indígenas nas unidades da federação, possui o mérito de combinar critérios raciais e sociais. Mais de 30 universidades públicas brasileiras já adotam a reserva de vagas para negros. O projeto garante a perenidade das ações afirmativas e constitui uma orientação necessária para que as políticas universalistas contemplem também os grupos discriminados.

Qual a sua posição em relação ao Estatuto de Igualdade Racial?

Lula: Fruto de um processo de debates entre políticos, pesquisadores e, principalmente, representantes do poder público e do movimento negro, o Estatuto é um projeto amplo e tem uma orientação no sentido de que todas as políticas de desenvolvimento econômico e social devam conter a dimensão de superação das desigualdades raciais. Embora os negros no Brasil constituam cerca de 80 milhões de pessoas, o que representa 46,2% do total, o racismo, a discriminação racial e o preconceito ainda prevalecem no cotidiano dos cidadãos brasileiros. O Estatuto é o instrumento legal que consolida e



aperfeiçoa uma série de ações afirmativas para superar o racismo mediante a criação de mecanismos para reverter a condição de desvantagem socioeconômica em que se encontram os negros, baseado no reconhecimento da enorme importância da contribuição cultural, política e econômica dos afro-brasileiros para a nacionalidade. Dessa maneira, torna a promoção da igualdade racial uma política de Estado, inalienável da sociedade brasileira.

Que medidas, no curto, médio e longo prazos, precisam ser tomadas para a diminuição dos altos índices de discriminação no país?

Lula: A diminuição da discriminação no país é um desafio para a sociedade brasileira. Não pode haver desenvolvimento sustentável e democracia no

Brasil se não for superada a condição de desvantagem histórica em que está colocada até hoje a população negra. Ao governo cabe reconhecer que existem desigualdades históricas e adotar políticas para superá-las, com o apoio da sociedade civil. As ações afirmativas nas áreas de saúde, educação e trabalho, que contribuem para propiciar à população negra o acesso equânime aos serviços públicos e ao desenvolvimento econômico e social, são fundamentais. A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do Projeto de lei 73/99 pelo Congresso Nacional é importante para o fortalecimento dessas políticas. Também cabe à sociedade brasileira modificar seus paradigmas e reconhecer a enorme contribuição dos afrodescendentes para a economia e a cultura do nosso país. ■

Vamos implantar ações afirmativas pelo sistema de pontuação acrescida", diz Alckmin

O candidato à presidência da República pelo PSDB (nº 45), Geraldo Alckmin, destaca: "Vamos implantar ações afirmativas pelo sistema de pontuação acrescida para melhor acesso à educação. Sou favorável a qualquer medida que favoreça a inclusão capaz de contemplar a diversidade brasileira". Confira a entrevista com o candidato Geraldo Alckmin.

Qual a sua plataforma no que diz respeito aos negros e afrodescendentes? Que projetos e idéias o senhor possui destinados à inclusão e ascensão do negro na sociedade? E no ensino superior?

Alckmin: Vamos dar continuidade, expandindo para o Brasil, as experiências positivas que implementamos em São Paulo. Nesse tema, como em outros, São Paulo é um exemplo para o Brasil. Veja: até o final do ano, todas as 44 comunidades quilombos do Estado estarão reconhecidas, quando não tituladas – isso porque, por força

de lei, algumas titulações competem ao Incra, que não está cumprindo sua parte.

Vamos implantar ações afirmativas pelo sistema de pontuação acrescida para melhor acesso à educação – adotado por instituições paulistas como a Unicamp e o Centro Paula Souza, responsável pela ampla rede de Faculdades de Tecnologia (FATECs) e Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) – e para outras áreas. Por exemplo: enviei à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo Projeto de Lei complementar visando impul-

sionar o acesso de afrodescendentes a cargos de defensor público, por meio de pontuação acrescida.

Como o senhor enxerga iniciativas de inclusão de afrodescendentes, como a Lei de Cotas nas Universidades? O senhor é a favor à Lei de Cotas e por quê?

Alckmin: O Brasil é o segundo país negro do mundo e o maior fora da África – só perdemos para a Nigéria. Durante séculos, 10 milhões de africanos foram tirados de sua terra para desenvolver o novo mundo – o maior holocausto de que se tem notícia. A alma do nosso país é negra. Há cinco séculos os afrodescendentes ajudam a construir nosso país, com vasta influência na nossa cultura.

Temos que trabalhar muito para corrigir as distorções. A educação é uma



chave importante. Treinamos quase 45 mil professores da rede pública para dar-lhes uma visão adequada da questão dos afrodescendentes para imprimir o tratamento correto desde as salas de aula do ensino básico e do ensino fundamental.

Não tenho dúvidas de que essa imensa fatia da população terá acesso cada vez maior ao ensino superior, por meio de ações afirmativas – pontuação acrescida é uma, cota é outra. Segundo pesquisa do Datafolha, 65% dos brasileiros são favoráveis à adoção de cotas. Estou aberto para o assunto. Mas não é a única solução. Hoje, mais de 40 instituições

de ensino superior no Brasil adotam medidas inclusivas sem qualquer interferência do governo federal. Sou favorável a qualquer medida que favoreça a inclusão capaz de contemplar a diversidade brasileira.

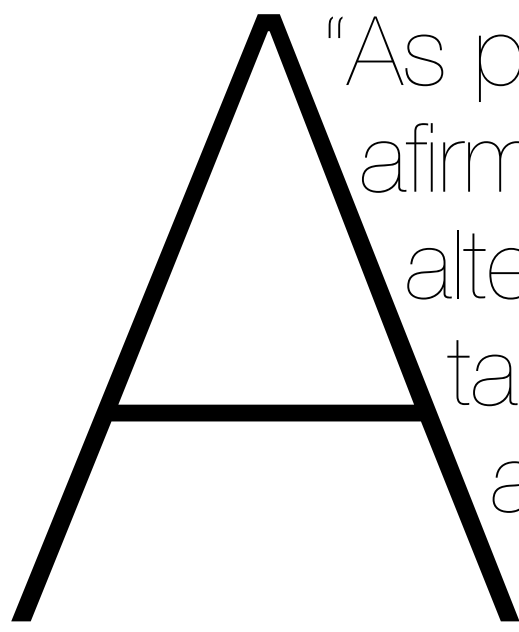
Qual a sua posição em relação ao Estatuto de Igualdade Racial?

Alckmin: Qualquer lei que leva este nome – Estatuto – precisa ser muito bem discutida, pois, pela natureza jurídica, estabelece regras de forma muito ampla. Há aspectos a considerar. Em Santa Catarina, por exemplo, a população afrodescendente não ultrapassa 10%, e o Estatuto propõe

medidas para 20% da população de cada localidade. Outra questão: temos que propor metas para dois, três, cinco anos no máximo, e não dez ou vinte anos, como prevê o Estatuto. É preciso avaliar os resultados das medidas num prazo razoável para examinar como continuar o processo de acesso dos afrodescendentes a todos os setores da vida brasileira. De todo modo, é bom atentar para um fato: o governo federal aprovou tudo o que quis nos últimos anos – por que não esse projeto?

Que medidas, no curto, médio e longo prazos, precisam ser tomadas para diminuição dos altos índices de discriminação no país?

Alckmin: Precisamos adotar medidas de inclusão não apenas substantivas, mas exemplares. Eu tenho a honra de ter colocado, pela primeira vez, um jurista negro, militante das causas em questão, homem de mais alta competência – o dr. Hédio Silva Jr. – numa secretaria de Estado como a de Justiça, uma pasta prestigiada. Além de fazer declarações, nossos dirigentes têm que tomar medidas como esta. O Brasil tem quadros excelentes desse segmento a serem aproveitados nas universidades e no setor público. A repressão à discriminação é importante para eliminar o racismo. Precisamos promover o treinamento nacional das polícias civil e militar nesse sentido. Precisamos mudar o sistema de valor, ver negros atuando na educação, na publicidade, no setor privado. Temos todos que contribuir para que o Brasil não precise mais de ações afirmativas. ■



“As políticas de ação afirmativa são as únicas alternativas para resolver tamanha disparidade”, afirma Cristovam Buarque

Cristovam Buarque, candidato à presidência pelo PDT (nº 12), se diz a favor da Lei de Cotas nas Universidades pela convicção da melhoria qualitativa e ampliação dos temas que nortearão as discussões de agora em diante. “Principalmente, por considerar que a diversidade de culturas e de raças gera uma sinergia, que se bem compreendida levaria, sem dúvida, o nosso País a um modelo novo de sociedade. O País sairia do modelo concentrador de renda, e poderes para um modelo inclusivista racial e socialmente justo.”

Qual a sua plataforma no que diz respeito aos negros e afrodescendentes? Que projeto e idéias o senhor possui destinados à inclusão e ascensão do negro na sociedade? E no ensino superior?

Cristovam Buarque: Politicamente, sempre pautei minhas ações com base na educação. Quanto a isso, eu poderia simplificar afirmando com certa tranquilidade que a partir da

melhoria na qualidade da educação pública de base, a questão do afrodescendente estaria resolvida, e creiam que eu já acreditei nessa possibilidade. Ao me aprofundar mais na questão, concluí que infelizmente as políticas generalistas não são suficientes para a solução da questão, devido à defasagem histórica existente entre os negros e não-negros, educacionalmente falando. Deste modo,

as políticas de ação afirmativa, propostas pelos movimentos negros são as únicas alternativas para resolver tamanha disparidade.

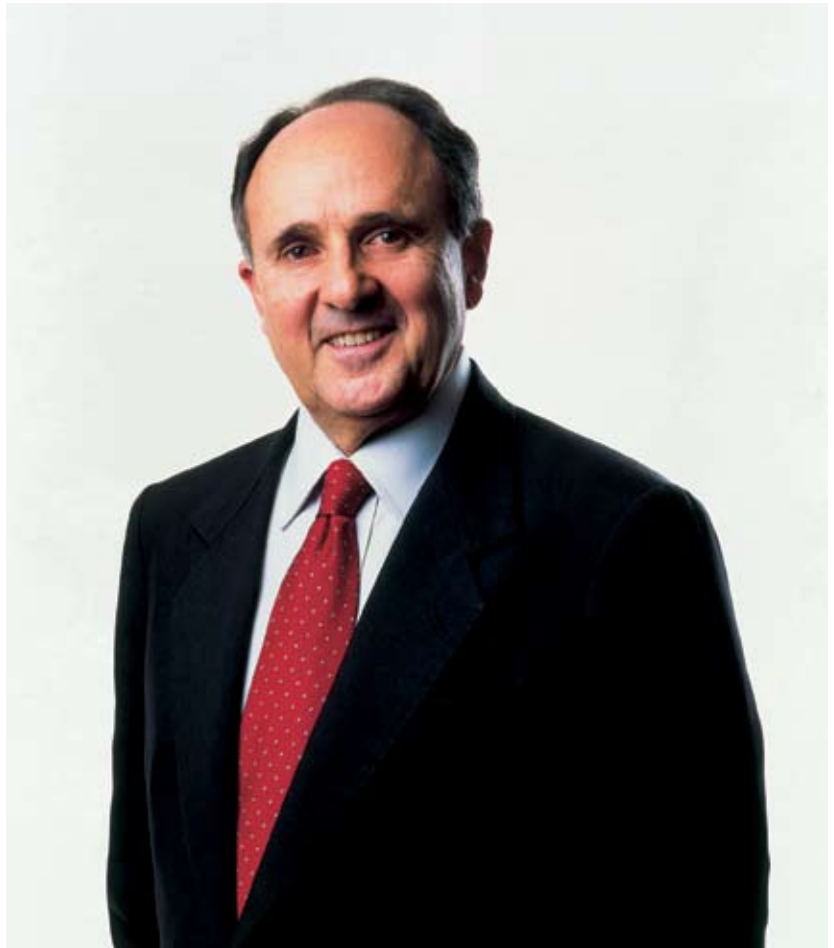
Como o senhor enxerga iniciativas de inclusão de afrodescendentes, como a Lei de Cotas nas Universidades? O senhor é a favor da Lei de Cotas e por quê?

Cristovam Buarque: Se esta pergunta fosse formulada há dez anos, eu teria dificuldade em responder afirmativamente que as cotas são em si mesmas a forma de redução das desigualdades de oportunidades entre os negros e os brancos brasileiros. Não só pelo acesso de jovens negros nas universidades, mas, principalmente pela reflexão que

as políticas das cotas trazem para a sociedade como um todo. A própria universidade brasileira terá que buscar respostas porque nunca se debruçou sobre as questões que são de interesse de quase metade da população do país. Hoje sou a favor da Lei de Cotas nas Universidades pela convicção da melhoria qualitativa e ampliação dos temas que a nortearam as discussões de agora em diante, e principalmente por considerar que a diversidade de culturas e de raças gera uma sinergia, que se bem compreendida levaria, sem dúvida, o nosso País a um modelo novo de sociedade. O País sairia do modelo concentrador de renda, e poderes para um modelo inclusivista racial e socialmente justo.

Qual a sua posição em relação ao Estatuto de Igualdade Racial?

Cristovam Buarque: No que diz respeito ao Estatuto de Igualdade Racial, creio que a discussão é salutar, e as dúvidas, quanto a sua real implantação na sociedade brasileira, serão sanadas mediante a convicção da maioria formada por aqueles, que conscientes das desigualdades raciais no Brasil, lutarão pela sua aprovação no Congresso Nacional. Eu sou um dos que acreditam na necessidade do Estatuto, até porque já votei fervorosamente no Senado Federal. Entretanto, creio que a discussão seguinte será a criação do Fundo Nacional de Combate às Desigualdades Raciais, e farei fileiras com aqueles que assim pensam, se for presidente da República, e implantando-o, por conseguinte.



Que medidas no curto, médio, longo prazos, precisam ser tomadas para diminuição dos altos índices de discriminação no país?

Cristovam Buarque: A inclusão do povo negro na economia e nos poderes constituídos terá que ser uma busca incessante de todos, e não somente, dos negros brasileiros. No curto e médio prazo, as políticas de cotas raciais, aliadas à implementação da lei nº 10.639/03, que

visa a inclusão na grade curricular do ensino médio e fundamental de História da África e dos afrodescendentes, que elevará consideravelmente a auto-estima das crianças e dos jovens negros. Essas medidas diminuirão índices de discriminação no Brasil. A titulação de terras para família remanescentes e quilombos é também uma medida de grande significado e responsabilidade do povo brasileiro. ■

“livre ingresso nas universidades”, defende Pimenta

Rui Costa Pimenta, candidato à presidência da República pelo PCO (nº 29), diz ser a favor da igualdade de oportunidades e que pretende, se eleito, promover a inclusão de afrodescendentes, principalmente, na educação e no mercado de trabalho.

Qual a sua plataforma no que diz respeito aos negros e afrodescendentes? Que projetos e idéias o senhor possui destinados à inclusão e ascensão do negro na sociedade? E no ensino superior?

Rui Pimenta: O Partido da Causa Operária entende que o problema do negro é um problema histórico no Brasil. É uma das questões democráticas não resolvidas da formação histórica nacional e da organização do Estado nacional. O programa do PCO para a questão negra apóia-se, logicamente, no conjunto de reivin-

dicações específicas do povo negro, mas tem apenas uma perspectiva estratégica: o governo operário e o socialismo. No que diz respeito à educação, é necessário reformar toda a estrutura educacional desde a educação infantil até a universidade, colocando professores negros para ministrarem as aulas e com currículos próprios à história e cultura negra e às condições reais de vida do povo negro. E, em particular, garantir o livre acesso à universidade. O PCO defende liberdade de cátedra: currículo específico sobre a história da

África, história do negro no Brasil, cultura e literatura negra etc., ministrados por professores negros e ajuda especial como bolsa-auxílio para os estudantes negros desde o ensino elementar.

Como o senhor enxerga iniciativas de inclusão de afrodescendentes, como a Lei de Cotas nas Universidades? O senhor é a favor da Lei de Cotas e por quê?

Rui Pimenta: Nosso partido entende que as cotas nas universidades são uma reivindicação da população negra, de suas organizações e apóia esta reivindicação, mas acreditamos que ela seja insuficiente e incapaz de resolver o problema, ou seja, que apenas a introdução de uma cota de participação de alunos negros nos es-

tabelecimentos de ensino não é suficiente, em absoluto, para acabar com a discriminação e a exclusão do povo negro das universidades. Defendemos que a reivindicação das cotas seja acompanhada do livre ingresso nas universidades, sem vestibular, sem nenhum impedimento para que estudantes negros e pobres, que hoje estão, na prática, fora das universidades, tenham acesso ao ensino superior.

Qual a sua posição em relação ao Estatuto de Igualdade Racial?

Rui Pimenta: Primeiramente, é preciso expressar que o nosso partido não alimenta a ilusão de que a situação do negro possa ser mudada em qualquer aspecto substancial através da aprovação de um projeto pelos deputados da classe dominante racista. A legislação é, no melhor dos casos, um reflexo retardado de uma determinada correlação de forças. Nenhuma legislação dará ao negro absolutamente nada que não tenha sido conquistado na prática. Em segundo lugar, é fundamental entender que uma coisa é um projeto e outra, em geral absolutamente diferente, aquilo que será efetivamente aprovado. O projeto é uma isca para que os oprimidos e explorados sejam fígados pelo anzol da aceitação passiva e da legitimação do que será efetivamente aprovado. Quem aceita as regras do jogo deverá, também, aceitar o resultado final. É a lógica do processo democrático. Neste sentido, apoiar o projeto será dar um cheque em branco para os deputados do Congresso Nacional fazerem o que quiserem. Para evitar que os negros sejam obrigados a abandonar



ou desmoralizar reivindicações históricas, é preciso que o movimento negro tenha uma plataforma concreta, com reivindicações concretas que podem ou não ser aprovadas, mas que servirão para continuar e ampliar a luta. Partes relativamente positivas do projeto, como o sistema de cotas – que provavelmente aparecerão muito desfiguradas na lei final, estão completamente abaixo em importância de medidas profundamente reacionárias como o processo de registro racial que está colocado no projeto.

Que medidas, no curto, médio e longo prazos, precisam ser tomadas para diminuição dos altos ín-

lices de discriminação no país?

Rui Pimenta: A discriminação é o resultado no terreno da cultura de um fato econômico. Sem a emancipação econômica nunca haverá emancipação cultural e jurídica do negro brasileiro. Somente a revolução da maioria da população, sob a direção da classe operária, pode oferecer uma solução verdadeira em perspectiva. A tradução desta perspectiva para uma política imediata somente pode se dar no terreno do fortalecimento, da luta e da organização, ou seja, da unidade organizativa do povo negro, dos homens e mulheres negras, em estreita conexão com a luta e a organização da classe operária. ■

“Bolsa de estudo integral a todos os carentes”, promete Bivar

“Com nossa proposta do Imposto Único Federal, entendemos que o Brasil vai atingir o seu real potencial de crescimento, beneficiando toda a população”, diz Luciano Caldas Bivar, candidato à presidência da República pelo PSL – Partido Social Liberal (nº 17).

Qual a sua plataforma no que diz respeito aos negros e afrodescendentes? Que projetos e idéias o senhor possui destinados à inclusão e ascensão do negro na sociedade? E no ensino superior?

Luciano Bivar: Nossa plataforma é a do desenvolvimento brasileiro. Entendemos que, na atual situação, a carga tributária e a má distribuição dos recursos extraídos da sociedade prejudicam o acesso das populações menos favorecidas a uma vida econômica ativa e, por consequência, à plena cidadania. Com nossa proposta do Imposto Único Federal, entendemos que o Brasil vai atingir o seu real potencial de crescimento, beneficiando toda a população.

Como o senhor enxerga iniciativas de inclusão de afrodescendentes, como a Lei de Cotas nas Universidades? O senhor é a favor da Lei de Cotas e por quê?

Luciano Bivar: Nossa proposta de governo prevê a concessão de bolsa de estudo integral a todos os estudantes carentes e bolsa de estudo parcial proporcional à capacidade de pagamento dos demais estudantes em todas as universidades e faculdades de ensino privado. O ensino básico

será federalizado, com a valorização dos professores, numa situação em que os recursos para a educação serão distribuídos conforme a situação social do estudante. Não haverá necessidade de cotas raciais.

Qual a sua posição em relação ao Estatuto de Igualdade Racial?

Luciano Bivar: A questão racial no Brasil é bastante complexa e contribui para a desigualdade, que é um dos principais problemas a ser enfrentados pelo País. Acreditamos que uma situação diferente será efetiva quando gerarmos uma situação em que a iniciativa pessoal seja incenti-

vada e toda a população tenha oportunidade de conquistar uma melhor posição social pelo trabalho.

Que medidas, no curto, médio e longo prazos, precisam ser tomadas para diminuição dos altos índices de discriminação no país?

Luciano Bivar: A discriminação racial é um ato abominável, resultado de séculos de exploração e de falta de oportunidades para boa parte da população brasileira. O que pretendemos é dinamizar e modernizar as relações sociais dando a todos a chance de desenvolver suas potencialidades e talentos. ■



"A visão de inclusão social do PSDC é abrangente", explica Eymael

José Maria Eymael, candidato à presidência pelo PSDC – Partido Social Democrata Cristão (nº 27), diz que o partido tem uma visão de inclusão social como um todo, de modo abrangente que não visa somente o negro, mas o jovem, a mulher, o idoso, o índio e o deficiente físico. "Inclusive, temos uma proposta de bolsa de estudos também ampla, destinada aos estudantes carentes. Objetivamos contribuir para erradicar o preconceito de raça em todos os setores da vida social e econômica do país, fazendo cumprir e aperfeiçoando a legislação específica."

Qual a sua plataforma no que diz respeito aos negros e afrodescendentes? Que projetos e idéias o senhor possui destinado à inclusão e ascensão do negro na sociedade? E no ensino superior?

José Maria Eymael: O PSDC tem por norma específica a participação do negro. Por determinação, o partido assegura a participação do afrodescendente em seus quadros diretivos e, inclusive, como candidato no processo eleitoral. Entretanto, o partido tem uma visão de inclusão social como um todo, de modo abrangente que não visa somente o negro, mas o jovem, a mulher, o idoso, o índio e o deficiente físico.

Inclusive, temos uma proposta de bolsa de estudos também ampla, destinadas aos estudantes carentes. Objetivamos contribuir para erradicar o preconceito de raça em todos os setores da vida social e econômica do país, fazendo cumprir e aperfeiçoando a legislação específica.

Como o senhor enxerga iniciativas de inclusão de afrodescendentes e a Lei de Cotas nas universidades? É a favor dessa lei? Por quê?

José Maria Eymael - A lei de cotas é uma política equivocada porque, no fundo, acaba discriminando as pessoas. Não é importante a cor da pessoa, mas sim a sua situação (condição financeira). Não é bom fazer distinção. Sabe-

mos da necessidade do resgate para o afrodescendente, mas independente da cor, tem que haver uma política efetiva de ação social. Precisamos assegurar às pessoas o direito de acesso à educação, em todos os níveis, quer através do ensino público, quer através do ensino privado, mediante a concessão de bolsas de estudos, crédito educativo e formas afins aos estudantes carentes.

Qual a sua posição em relação ao Estatuto de Igualdade Racial?

José Maria Eymael - Sou totalmente favorável às políticas públicas que promovam a plena igualdade racial, o que pressupõe, basicamente, a igualdade de oportunidades. A respeito do tema, o programa do partido estabelece assegurar a legitimidade e a proporcionalidade da representação política, em sua plenitude.

Que medidas, no curto, médio e longo prazo, precisam ser tomadas para a diminuição dos altos índices de discriminação no país?

José Maria Eymael - Formatar o programa de inclusão. Aplicar a legislação existente e assegurar a todos os brasileiros o acesso à educação, saúde, emprego e segurança. ■



Qual a sua plataforma no que diz respeito aos negros e afrodescendentes? Que projetos e idéias o Senhor possui destinados à inclusão e ascensão do negro na sociedade? E no Ensino Superior?

Aloísio Mercadante

“Seguindo o exemplo do governo Lula, pretendemos criar a Secretaria Estadual de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir), que deverá articular, junto a outras secretarias do governo, políticas para superação de desigualdades sociais históricas vividas por negros, índios etc. Além de ter o papel de desenvolver propostas de Estado para superação das discriminações que sofrem negros, índios, judeus, palestinos, ciganos, nordestinos, entre outros grupos. Dentre os projetos prioritários, iremos elaborar, com base no relatório da I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial de 2005 e consultando o movimento social, o Plano Estadual para Promoção da Igualdade Racial, que norteará nossa ação. Sua fiscalização será executada pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, que será criado como órgão fiscalizador da nossa Seppir. Assim, governo e sociedade civil - movimentos sociais e organizações - darão continuidade às estratégias de combate ao racismo e todas as formas de discriminação, com um diferencial: teremos um organismo governamental, impulsionado pelo movimento social para desenvolver tais ações”.



Foto: J. R. Duran

Candidato a governador de São Paulo, pelo PT (nº 13)

Carlos Apolinário

“Não possuo projeto específico para questão negra. Os políticos sempre mentem que têm uma infinidade de projetos e nunca os vemos colocá-los em ação. Ao invés de projetos e propostas eu tomei uma ação mais efetiva colocando um negro como vice-governador em minha chapa (*José Pereira “Pereira dos Metalúrgicos” – presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos*), mostrando e dando o devido respeito que o povo negro merece e tem direito iguais em ocupar cargos de alto escalão. Não se trata de valorização do negro e sim reconhecimento do seu trabalho e da sua capacidade. Geralmente as pessoas empregam negros e saem dizendo por aí como se isso fosse uma boa ação, um favor, quando na verdade é o que deveria ser feito normalmente, não há nenhum motivo para se gabar por isso”.



Candidato a governador de São Paulo, pelo PDT (nº 12)

Orestes Quércia

“Meu segundo governo terá, como teve o primeiro, um forte conteúdo de promoção social e elevação da dignidade do ser humano. As minorias e os discriminados terão nele um instrumento de inclusão social”.

Candidato ao governo do Estado de São Paulo pelo PMDB (nº 15)



Plínio de Arruda Sampaio

“Estou desenvolvendo a plataforma, pois conto com a participação e auxílio do movimento negro, para que todas as reivindicações sejam atendidas e a plataforma seja concebida da melhor forma possível. Inclusive, sou favorável ao sistema de cotas para negros nas universidades e a uma política forte em relação aos quilombos, assegurando-lhes a propriedade de suas terras e investindo em estruturação”.

Candidato ao governo de São Paulo pelo PSOL (nº 50)

Mário Guide

“O Brasil é um país de profundas desigualdades sociais. Dentre elas, destaco as desigualdades de renda, de região, de sexo (gênero) e de raças (negro, indígena etc.). Cada uma precisa de políticas específicas para serem reduzidas. Pesquisas demonstram pertencerem aos negros e afrodescendentes os mais altos índices de desemprego, de violência e, conseqüentemente, a mais baixa qualidade de vida. Pretendo implementar políticas que efetivamente desencadeiem o processo de transformação da realidade dos que vivenciam essa situação de desvantagem. Para que isso seja possível, faz-se necessário o fortalecimento da Secretaria Estadual de Gênero e Raça e através dos Conselhos e entidades ligadas ao Movimento Negro e Afrodescendentes elaborar as políticas públicas nesta área. As diretrizes são: combater o preconceito, a exclusão, a pobreza, o racismo, o desemprego, a falta de oportunidades. O PSB nomeará negros ou afrodescendentes para o primeiro escalão do governo”.

Candidato a governador de São Paulo pelo PSB (nº 40)



Qual a sua plataforma no que diz respeito aos negros e afrodescendentes? Que projetos e idéias o Senhor possui destinados à inclusão e ascensão do negro na sociedade? E nas universidades?

Afif Domingos

“Prover educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes pobres, independentemente da cor da pele, é o caminho para inclusão e ascensão social. Outra iniciativa será a educação pelo trabalho, encaminhando jovens em situação de risco para o aprendizado de profissões em empresas. Defendemos a igualdade de oportunidades”.

Candidato ao Senado Federal pelo PFL, (nº 252)



Alda Marco Antonio

“O Senado é uma casa igualitária para defender os interesses de todos e cumprir os deveres. A minha bandeira é a criança e a educação. Gostaria de ajudar em relação aos déficits em creches, que são grandes, e melhorar a questão da educação sem esquecer dos demais problemas da sociedade. Não adianta cuidar apenas da criança se o pai está desempregado. Defendo que a educação tem que ser dada para todos, isto é, universalizar o atendimento a todos. A escola tem que atender a todos. Defendo principalmente a escola com qualidade para todos. Sou favorável ao sistema de cotas para negros, índios e egressos de escolas públicas”.

A candidata ao Senado, pelo PMDB (nº 151)



Eduardo Suplicy

“A construção de uma sociedade civilizada e de um país mais justo e menos desigual são os objetivos da minha conduta na vida pública. **Não aceito nenhum tipo de discriminação entre seres humanos.** Mas, é claro que devemos ter em mente que os problemas sociais do Brasil, um dos campeões de desigualdade no mundo, são de tal ordem, com tantas consequências, por exemplo, em termos de violência e criminalidade diária, que devemos ter o mesmo senso de urgência citado por Martin Luther King Jr., em seu discurso de 28 de agosto de 1963, diante do Memorial do Abraham Lincoln, “Eu Tenho um Sonho” [...]. Nesse sentido, acredito que o caminho correto é mover gradualmente, mas firmemente, na direção da implantação de uma Renda Básica de Cidadania”.

Candidato à reeleição para o Senado pelo PT (nº 131)

Luiz Carlos Mancha Prates - Mancha

“Entendo, antes de tudo, que numa plataforma para as questões raciais, coloca-se no marco de um programa global que tenha como objetivo a derrubada do capitalismo e a construção de uma comunidade socialista. O racismo e todas as formas de opressão são utilizados para superexplorar setores da sociedade. A questão de raça e classe está, portanto, vinculada de forma estreita e qualquer análise e proposta nossa tem como objetivo estratégico a defesa dos interesses da classe trabalhadora aliada aos setores mais oprimidos da sociedade como negros, mulheres e homossexuais. Minha plataforma inclui uma política específica sobre a questão racial porque entendemos que a luta contra o racismo deva ser travada já, pois é visto que os negros, devido ao histórico de anos de escravidão, estão em condição de superexploração e miséria facilmente verificável em áreas como saúde, educação, condições de moradia, emprego e salário”.



Candidato a Senador pelo PSTU (nº 161)



Marcelo Lobo

“A melhor forma de inclusão e ascensão social se dá através da educação e da formação profissional. A redução da desigualdade é proporcional ao investimento no futuro profissional do cidadão. Para tal, não basta a universalização do acesso à escola, é necessário buscarmos a excelência do ensino fundamental e superior. Portanto, conferir aos afrodescendentes as condições de acesso a um ensino de qualidade faz parte de nosso projeto de Nação”.

Candidato a senador pelo PSB (nº 400),

Que medidas, no curto, médio e longo prazos, precisam ser tomadas para diminuição dos altos índices de discriminação no país?

Nelson Salomé

“Aumentar os níveis de informação à sociedade sobre os direitos do negro e, fundamentalmente, criar condições para que o negro, por seus próprios esforços, saia da condição de submissão. Que todos tenham pleno conhecimento da capacidade e da força que possuem. Assim, estarão muito mais ativos nas áreas da Educação e na ocupação de um mercado de trabalho que a cada novo dia mais portas abram para a ocupação dos negros”.

Candidato a deputado estadual pelo PL (nº 22.333)



Nivaldo Santana

“Precisa-se aumentar a organização e representatividade do movimento negro. Precisamos de mais coesão de idéias e enraizamento para gerar forças. Nos últimos anos o avanço tem sido significativo, o que traz mais relevância por parte de todos, na discussão das questões do negro. E aumenta também a nossa percepção, pois vai criando uma política de conscientização, uma força social dos negros em relação ao meio em que vivem e participam ativamente”.

Candidato à reeleição para deputado estadual pelo PC do B (nº 65.789)

Maria Teresa

“Apresentarei projetos em prol da comunidade; fazer valer nossos direitos”.

Candidata a deputada estadual pelo PMDB (nº 15.369)



Sebastião Arcanjo - Tiãozinho



“Primeiramente, é preciso que os negros mudem o olhar em relação aos negros que se destacam, dando inclusive maior apoio e participando das ações do movimento. E colocar aqueles que conseguiram em maior visibilidade, como referência política e pessoal. Os afrodescendentes devem usar o exemplo dessas pessoas como espelho. E a mudança no olhar da burguesia em relação ao negro, reconhecendo as ações afirmativas e apoiando-as. No meu caso e dos negros que começaram na minha época, rejeitamos a condição de, como negros, só bater tambor nos comícios e fomos em busca de um espaço nos palanques. Mas, no geral, o balanço que eu faço é positivo, pois existem vários movimentos pulsando e trabalhos como o da Afrobras comprovam isso”.

Candidato à reeleição para deputado estadual pelo PT (nº 13.580)

Geraldo da Silva - Prof. Geraldo da Fatec

“A educação como ponto de partida e fundamento de respeito. Em seguida, a visibilidade da comunidade negra em todas as instâncias quando se fala na educação, nos livros, nos vídeos, nas salas de aula e nos professores. Quanto mais professores negros tivermos em sala de aula, muito mais pessoas teremos que entendam que esta discriminação deva diminuir. São estes três pontos que eu julgo de extrema importância. Outros pontos surgirão a partir destes, as posições da comunidade negra nas várias instâncias de ocupação e profissionais”.

Candidato a deputado estadual pelo PSDB (nº 45.277)



João Sales

“Fazemos uma linha de frente para chegar ao entendimento desses autores de novelas que, a todo o momento, insistem em colocar alguns negros em papéis subservientes”.

Candidato a deputado estadual pelo PMDB (nº 15.673)

Como o senhor analisa a Lei de Cotas nas Universidades? É a favor e por quê?

Celso Pitta

“Partimos da constatação inequívoca de que existe neste país uma dívida histórica para com a comunidade negra e indígena. Numerosos são os levantamentos estatísticos e trabalhos de entidades como o IBGE e IPEA que quantitativa e qualitativamente demonstram este fato. Sendo a educação o veículo mais importante para o progresso material e mobilidade social, defendo a Lei de Cotas (PL 73/99), a ser estabelecida por um prazo determinado, como mecanismo necessário e inadiável para o acesso dos afrodescendentes ao ensino superior”.

Candidato a deputado federal pelo PTB (nº 1488)



Hédio Silva Júnior

“De cada cinco dias da nossa história, quatro dias, repito, quatro dias foram vividos sob o escravismo. Até 1950, ou seja, até pouco mais de 50 anos, em plena República, São Paulo ainda registrava obstáculos para o ingresso de crianças negras à educação básica. Isto sem falar do período do escravismo, no qual a proibição de acesso dos negros à escola era prevista em lei. Não há como superar este nível de desvantagem, de desigualdades de base, sem políticas públicas de promoção da igualdade racial, aqui incluídas as cotas na educação, no trabalho e em outras áreas.”.

Candidato a deputado federal pelo PFL (nº 2522)

Sidney Dutra

“Sou favorável à Lei das Cotas. Quando temos um problema de saúde, tomamos um remédio – isto não significa que vamos tomar o remédio por toda a vida, mas naquele momento há um problema que precisa ser curado. As cotas, na minha visão, são um remédio temporário para curar a doença da injustiça decorrente do regime de exclusão ainda na época da escravidão. Temos que aplicar este remédio, e até que alguém sugira algo melhor, sou defensor e favorável. Criticar dizendo que é contra sem oferecer outra solução é hipocrisia”.

Candidato a deputado federal pelo PFL (nº 2.577)



Vicentinho

“Sou totalmente a favor da Lei de Cotas nas universidades e não só nas universidades, também nas empresas. Tanto que tenho um projeto de Lei que exige que as empresas contratem pessoas negras e não-negras, em proporção correspondente aos dados determinados por institutos como IBGE, na cidade onde estão instaladas. A discriminação racial é um fato cotidiano, interferindo em todos os espaços, por isso faz-se necessária a criação de mecanismos que venham minorar esta situação”.

Candidato à reeleição para deputado federal pelo PT (nº 1.390).

alta democracia nas nossas eleições!

Por: Rosenildo Gomes Ferreira, repórter da Editoria de Negócios e titular da coluna Empresas do Bem, da revista IstoÉ Dinheiro.

Nos regimes democráticos, a campanha eleitoral funciona como uma espécie de momento de prestação de contas dos parlamentares aos seus eleitores. Serve também para que a sociedade como um todo revise a sua agenda de prioridades. Infelizmente não é o que vemos no Brasil. Desde a mais tenra idade ouço a defesa apaixonada da educação, da saúde e do resgate da dívida social como prioridades absolutas. Os indicadores sociais mostram, infelizmente, que ainda estamos muito longe disso.

Mas, afinal, por que será que os discursos floreados e recheados de frases de efeito dificilmente saem do papel? Talvez deva ser porque nós, eleitores e cidadãos, jamais cobramos de nossos representantes (vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores e o presidente da República) o cumprimento das promessas de campanha.

Em uma democracia representativa e ainda incipiente como a brasileira, o voto obrigatório transformou o ritual cívico-democrático-cidadão em um engodo. Somos obrigados a votar mas não temos o direito de “cassar” aqueles que não “honram” o voto recebido ou sequer cumprem o prometido durante a campanha. Na minha avaliação, o voto só deve-

rá, de fato, se constituir em uma arma eficaz e representativa da vontade da sociedade quando for facultativo. O voto compulsório, assim como a obrigatoriedade de transmissão da Voz do Brasil, são ranços herdados da ditadura e que, infelizmente, os parlamentares de todos os partidos insistem em continuar nos empurrando goela abaixo.

Talvez seja o medo da junção do voto facultativo com cláusulas que obriguem os nobres mandatários a honrar as promessas de palanque e seguir os programas de seus partidos. Não cumpriu, rua! Teme-se que a união desses dois elementos possa, aí sim, tornar a eleição cara. Menos no aspecto financeiro que no quesito ético e moral. Já imaginou, caro leitor, um deputado ser obrigado a dizer a verdade?

Muitos dos desmandos e da desconexão com a realidade (a semana de três dias, as férias de 90 dias, as convocações extraordinárias altamente remuneradas, os 15 salários por ano e as verbas de combustível suficientes para dar várias voltas em torno da Terra) acontecem porque o mandato, ao contrário do que ocorre nas democracias consolidadas, pertence ao parlamentar e não à sociedade. Os partidos, tal como barrigas de aluguel, servem apenas para ancorar projetos pessoais que muitas vezes



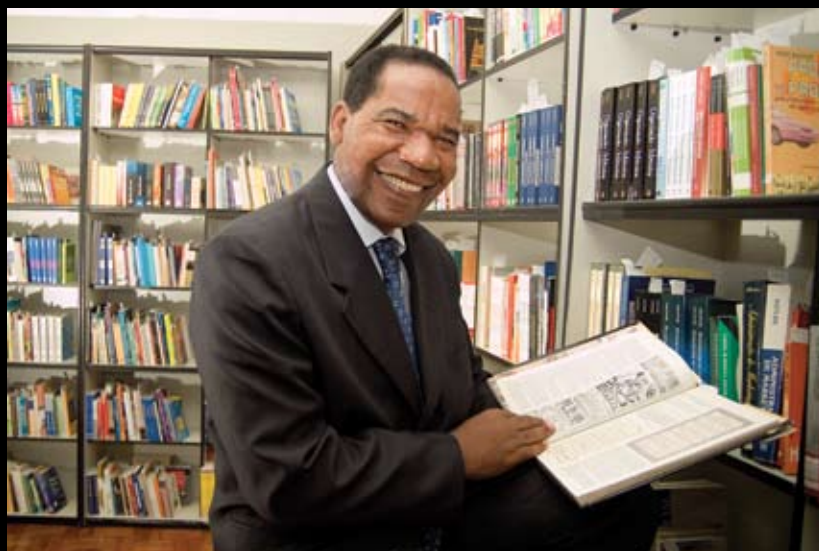
representam apenas a soberba do eleito. Enquanto parlamentares de todos os matizes virem a “coisa pública” como um torrão a ser pilhado, estamos condenados ao atraso e a ser o eterno país do futuro, onde jovens e velhos são massacrados diariamente pela violência e o descaso perpetrados pelo Estado.

Em outubro próximo teremos uma nova eleição. Um novo “show de democracia” pautado pela liberdade de expressão e o amplo acesso à informação e à divulgação das propostas. Pena que, na prática, todo esse arcabouço pseudodemocrata e social sejam um mero jogo de cena. Ou, como diriam os mais velhos: Apenas para inglês ver!

Bravíssimos!

Por: José Vicente, presidente da Afrobras e reitor da Unipalmarens

Foto: Marcello Vitorino



Educação pelo Amor de Deus é o título da consagrada obra de Antônio Ermírio de Moraes na qual, bradando a todos os ouvidos da nação, assevera em alto e bom som: A educação é a mola do progresso. A sua falta é a causa do atraso. Sem educação não há esperança.

Os caminhos enveredados por todos aqueles, que ao longo de toda história procuraram construir um protagonismo para o negro brasileiro, sempre esteve integrado e compreendido na indispensabilidade da educação como instrumento irrisoluto de superação e reconstrução da pessoa humana, na longa travessia que tem sido desde sempre a trajetória dessa brava gente brasileira, embalada pela convicção que a educação liberta, a liberdade educa e que sem educação jamais haverá liberdade.

Em cada novo tempo, novas mãos e novas mentes juntaram-se para dar continuidade a essa admirável caminhada. Por todos os lugares e por todo o tempo, a viagem de sempre, no mais das vezes reproduz a aflição, os maus presságios e as dores dos navios negreiros, mas também a fé,

a esperança e a crença da capacidade de realização, transformação e superação da pessoa humana. Se houve muitos recifes pela frente, muitos mais foram os esforços espetaculares para contornar e superar cada um deles, permitindo, assim, seguir à frente o farol que indicasse a direção de um porto seguro.

E da fé conducente, o novo milênio acorda para brindar a construção querida e desejada e para anunciar que a esperança está mais viva e mais real. Acorda para informar que esse germe está impregnado na vontade de toda a gente e que a cada dia mais sonhos e utopias tornam-se realidade pela magia transformadora da educação.

Nos seu oito anos de atuação, o espírito dessa travessia foi o combustível que alimentou as realizações da Afrobras. E a ponte que liga o alto mar à terra firme tem sido trabalho, obstinação, capacidade de realização e generosidade, muita generosidade de mãos solidárias e compromissadas que, sem alarde, todos os dias

ajudam a realizar cada passo dessa grande construção: um universo vibrante e fantástico de 5000 mil pessoas entre homens, mulheres, crianças, jovens e adultos.

Da alfabetização ao ensino superior e pós-superior; da música, canto e dança ao mercado de trabalho e mercado empresarial, país, mães, filhos, parentes e amigos juntam-se nessa verdadeira usina de solidariedade, amizade, fé e esperança de um mundo e dias melhores. Cada um fazendo a sua parte e cada parte ajudando o todo, firmes, convictos e certos do novo tempo que estão conformando.

Educando para a vida, para a cidadania e para a grandeza do país, todos aqueles que participam, constroem e colaboram com as realizações e o fortalecimento da Afrobras, devem brindar em festa pela missão regidamente cumprida, e sentirem-se bravíssimos realizadores dessa fabulosa construção: progresso, liberdade e esperança para as presente e futuras gerações. Bravíssimos!

AS SUAS ESCOLHAS REFLETEM QUEM VOCÊ É. ESCOLHA DIVERSIDADE. ESCOLHA UNIPALMARES.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O VESTIBULAR 2007 A PARTIR DE SETEMBRO DE 2006

A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é a primeira instituição de ensino superior voltada para a inclusão do negro na América Latina, uma proposta inédita que tem conquistado o respeito e a atenção de todo o país. É uma universidade completa, diferente de todas as outras, que reserva 50% das suas vagas para negros, e assim promove o diálogo, a reflexão e a integração. Uma idéia que nasce da crença de que o ser humano pode viver em harmonia e equilíbrio e que o desenvolvimento do Brasil passa, necessariamente, pela Educação de seus cidadãos, em especial aqueles historicamente excluídos. Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. Inscreva-se no Vestibular 2007 e viva a diferença.



Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares
Rua Washington Luís, 236 - Luz - Tel.: (11) 3313-8701
www.unipalmars.org.br

Realização: Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural